ANO IV - Nº 6 – MAIO – 2017 – ISSN: 2446-5941

Revista
DIGITAL
SIMONSEN

GÊNERO
MEDIEVAL
POLÍTICAS PÚBLICAS
ENTOMOLOGIA
SUSTENTABILIDADE
FEMINISMO
BASKARA
SEXUALIDADE

Equipe

Editor
Prof: Dr. Rodrigo Amaral
Coeditor:
Rosane Cristina de Oliveira
Funcionária:
Camila Teixeira
Aluno do Programa de Iniciação Científica:
Rafael Costa da Silva

Corpo Editorial

- Prof. Dr. Rodrigo Amaral (FIS/UNICBE)
- Prof. Dra. Rosane Cristina de Oliveira (FIS/UNICBE)
- Prof. Dr. Mauro Amoroso (UERJ)
- Prof. Dr. Ricardo Santa Rita de Oliveira (FIS)
- Prof. Dr. Sérgio Chahon (FIS)

Conselho Consultivo

- Prof. Ms. André Luiz Villagelim Bizerra (FIS)
- Prof. Ms. Antonio José Pereira Morais (FIS)
- Prof. Ms. Carla Regina Tadeu Apóstolo
- (FIS)
- Prof. Ms. Elias Nunes Frazão (FIS)
- Prof. Ms. Luiz Claudio G. Ribeiro (FIS)
- Prof. Dr. Patricia Woolley Cardoso L. Alves (FIS)
- Prof. Dr. Suelen Sales da Silva (FIS)

Revista Eletrônica Academica / Faculdades

Integradas Simonsem. Vol.6, n.6 (jun - dez 2017). Rio de janeiro , 2017 (on.line).

Semestral.

Revista Digital Simonsem

Disponível no Portal Simonsem em:

www.simonsem.br/revista-digital

ISSN 2446-5941

Siglas: FIS: Faculdades Integradas Simonsen; UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro;UCAM: Universidade Cândido Mendes

Revista Digital Simonsen

Editorial

Os trabalhos publicados nesta edição, seguindo o caráter interdisciplinar da Revista Digital Simonsen, apresenta dez artigos de áreas diversas: artes, educação, sociologia, direito, história, e uma entrevista. A tematica da sustentabilidade da educação ambiental é o foco de um dos artigos e da entrevista. O primeiro artigo é sobre a história recente brasileira, tendo como reflexão fundamental a figura política de João Goulart, é a temática de Jorge Antes, no artigo *Presidente João Goulart: figura proscrita da História do Brasil.* O texto aborda, criticamente, o papel de João Goulart no projeto reformista e seus ecos negativos para as camadas políticas contrárias a tais reformas.

A história local é a temática de Marcus Vinícius de Assis Ferreira no artigo *Das terras dos laranjais a formação do bairro Chatuba (1920-1960).* Neste estudo, o autor apresenta aspectos da formação de regiões da Baixada Fluminense e sua evolução com a citricultura. O texto é uma importante reflexão sobre a valorização da história de bairros como a Chatuba e uma discussão sobre o apogeu e o declínio da produção de laranjas no Estado do Rio de Janeiro.

Corroborando com os estudos de gênero, o artigo de Adrie Dealis, *Mulheres Vikings na Idade Média: abordagens e representações nas sagas islandesas (séc. XIII)*, é uma instigante reflexão sobre gênero e religião na sociedade escandinava na Idade Média. Neste texto, o autor analisa os padrões comportamentais femininos a partir da leitura das Sagas Islandesas do século XIII até o período transitório para o cristianismo, com o intuito de observar a diferença entre o papel social das mulheres pagãs e das mulheres cristãs Vikings.

O artigo de Mauro Vieira, *Entomologia forense e geoinformação – inovação de um banco de dados entomológico*, é uma contribuição importante para os estudos cartográficos em relação às questões de gestão. Nesta pesquisa, o autor propõe a criação da chamada "entomologia forense", com o intuito de utilizá-la na área de Saúde e Serviço Social, cujo objetivo é unificar bancos de dados em território nacional, cruzar informações e gerar resultados que auxiliem autoridades no processo de tomada de decisão.

A questão ambiental, que inspirou a nossa capa é, também o tema da entrevista e do artigo de Neusa Lana. Na entrevista, a professora dialoga sobre a importância das discussões ambientais, o papel dos espaços escolares e da família. O seu artigo, seguindo a orientação de suas reflexões abordadas na entrevista, intitulado *Educação ambiental crítica: muito comentada e pouco praticada*, é uma contribuição importante para as discussões que envolvem a educação ambiental crítica, que, segundo a autora, é muito discutida nos espaços escolares, entretanto, pouco praticada nas atividades cotidianas.

Os estudos em relação ao feminismo, gênero e sexualidade, estão contemplados nesta edição em três artigos. Anaquel Albuquerque e Rosane Oliveira, apresentam no artigo *Entre as tarefas da casa e o exercício profissional: desafios da mulher moderna na sociedade contemporânea*, cuja reflexão é sobre o papel atribuído às mulheres a partir da lógica machista que está em constante problematização. A ascensão profissional feminina e as cobranças em torno de sua atuação em relação aos "serviços" domésticos, ainda motivo de discussão no âmbito da sociedade machista brasileira, é posto em cheque neste artigo. Esta discussão é fundamental para promover uma reflexão e, quem sabe, uma mudança na sociedade contemporânea rumo à igualdade de gênero.

O artigo intitulado *Encarceramento feminino no presídio Talavera Bruce*, de Andréa Paixão, é uma discussão interessante sobre a questão da sexualidade feminina dentro das prisões, mais especificamente, o presídio destinado às mulheres, o Talavera Bruce. O texto aborda tanto as etapas e dificuldades de inserção do pesquisador no espaço prisional, como, também, identificou os padrões comportamentais e as violências sofridas pelas mulheres ao longo do tempo de cumprimento de suas sentenças.

O artigo *Breve panorama histórico do movimento feminista brasileiro: das sufragistas ao ciberfeminismo*, de Ana Claudia Felgueiras, apresenta uma abordagem interessante sobre a história do feminismo no Brasil, perpassando pela questão da dificuldade em pensar esta corrente ideológica do ponto de vista da igualdade de gênero. Em seguida, destaca as novas configurações de luta social das mulheres a partir da utilização do ciberespaço como uma plataforma importante para o movimento feminista na atualidade.

A questão da tecnologia e sua influência na formação da cidadania é o objeto de estudo de Renan Beloni, no artigo *Desafios na formação do cibercidadão*. A discussão perpassa pelos impactos do avanço tecnológico na vida cotidiana das pessoas e, também, analisa a inclusão digital nos espaços escolares como um importante instrumento no processo de formação dos sujeitos e sua utilização do ciberespaço.

A história do conteúdo de Equação do Segundo Grau é a temática do artigo de Telma Fidelis e Eline Victer, intitulado *Nem tudo é por* $\frac{-b\pm\sqrt{BHASKARA}}{2a}$*: uma abordagem Histórica.* Este artigo é uma interessante contribuição histórica em relação à construção das equações matemáticas e o processo histórico sob o qual está inserido.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

A CAPA

Nossa Capa traz um óleo sobre tela pintado por volta do ano de 1843 pelo pintor francês Félix Émile Taunay. Taunay chegou ao Brasil com a missão francesa, acompanhando seu pai, o consagrado pintor e artista Nicolas-Antoine Taunay, em 1816. Em 1819 foi nomeado por Dom João professor de pintura e paisagem da Academia Imperial de Belas Artes. Participou ativamente da vida artística e intelectual do Brasil, residindo com sua família próximo a Floresta da Tijuca, paisagem que o inspirou fortemente. A *Vista de um mato virgem que está reduzindo à carvão*, arte que tomamos de empréstimo para a capa da RDS traz a relação homem-natureza onde o feio da fumaça da devastação aparece em segundo plano, mostrando seus perigos, mas ao mesmo tempo a vitória do verde sobre a devastação.

Rodrigo Amaral (Editor)
Rosane Cristina de Oliveira (Coeditora)

Revista Digital Simonsen

Índice

Artes
- capa -0 5
Autor: Rodrigo Amaral

História
- Presidente João Goulart: figura proscrita da História do Brasil – 07
Autor: Jorge Arantes
- Das terras dos laranjais a formação do bairro Chatuba (1920-1960) – 24
Autor: Marcus Vinícius de Assis Ferreira
- Mulheres Vikings na Idade Média: abordagens e representações nas sagas islandesas (séc. XIII) – 33
Autor: Adrie Dealis Bilhéo da Silva

Geografia

- Entomologia forense e geoinformação – inovação de um banco de dados entomológico – 48
Autor: Mauro Sergio Vieira

Sustentabilidade
- Educação ambiental crítica: muito comentada e pouco praticada – 70
Autora: Neusa Bastos Ruiz Lanna

Ciências Social

- Entre as tarefas da casa e o exercício profissional: desafios da mulher moderna na sociedade contemporânea – 81
Autoras: Anaquel Goncalves Albuquerque e Rosane Cristina de Oliveira

Serviço Social
-intitulado Encarceramento feminino no presídio Talavera Bruce – 91
Autor: Andréa Paixão

Humanidade

- Breve panorama histórico do movimento feminista brasileiro: das sufragistas ao ciberfeminismo – 108
Autora: Ana Cláudia M.Leal Felgueiras

Letras

- Desafios na formação do cibercidadão – 122
Autor: Renan Beloni Teixeira Tavares

Matematica

- Nem tudo é por $\frac{-b\pm\sqrt{BHASKARA}}{2a}$ – 134
Autoras: Telma Fidelis Fragoso da Silva e Eline das Flores Victer

Entrevista - 150
Autor: Rodrigo Amaral

Revista Digital Simonsen
Como citar: ARANTES, Jorge. *Presidente João Goulart: Figura Proscrita da História do Brasil. In:* Revista Digital Simonsen, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: *www.simonsen.br/revistasimonsen*
ISSN:2446-5941

HISTÓRIA

PRESIDENTE JOÃO GOULART: FIGURA PROSCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL

Por: Jorge Arantes[1]

[1] Graduado em Direito e em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Licenciatura Plena em Sociologia e História, também pela UERJ. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes (UCAM/AVM - RJ). Livros Publicados: "Programa Especial de Educação: Um Projeto Político", Editora Mauad, 1998, e "Pequeno Dicionário Crítico: Histórico, Geográfico, Econômico, Político e Social", Editora Interciência, 2003. E-mail: prof_arantes@yahoo.com.br

> "Não é o povo nascente que degenera: este não se perde senão quando os homens feitos já se acham corrompidos".
>
> Montesquieu

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade resgatar a discussão e o debate em torno da figura do Presidente João Goulart, tão importante e, ao mesmo tempo, tão esquecida na memória nacional. A amnésia, intencionalmente provocada pelas camadas dominantes, produz reflexos altamente negativos, do ponto de vista econômico, político e social. Para tanto, tais camadas lançaram mão dos mais ardilosos expedientes no sentido de alcançar seus objetivos. Inicialmente, no uso do poder absoluto proporcionado pelo regime de exceção, simplesmente eclipsaram o nome de João Goulart, logo após o golpe burguês civil-militar de 31 de março de 1964. Posteriormente, utilizando-se do sistema educacional, negaram às classes estudantis, especialmente as mais desvalidas, o contato com a História Real do Brasil[2] da segunda metade do século XX. O presidente João Goulart, com suas ideias, propostas e projetos nacionais reformistas, com o fim de resgatar o Brasil para os brasileiros, na visão das elites econômicas, políticas e culturais, deveriam ser apagados da memória nacional, em benefício da manutenção de seus seculares privilégios. E deste processo de desfazimento da História nacional, resultou um povo que sobrevive num verdadeiro caos social, sem coesão política, inteiramente desprovido de qualquer resquício de cidadania, e altamente vulnerável às investidas marqueteiras das elites, promovidas pela mídia, que perpetuam a situação, quase que de anomia social.

COMO SE (DES)ESCREVE A HISTÓRIA DE UMA NAÇÃO

> "Talvez a maior lição da História seja que ninguém aprendeu as lições da História".
>
> Aldous Huxley

A História real do Brasil, compreendida entre os anos de 1950 e 1985, não pode ser analisada e debatida, em bases transparentes e livres de sectarismos ideológicos, sem a crucial

[2] Entende-se por História Real a narrativa imparcial, obedecendo a maior fidelidade dos fatos históricos, independentemente de qualquer matriz ideológica, a não ser com a verdade histórica.

presença da figura do presidente João Goulart, deposto pelo golpe de Estado burguês civil-militar de 31 de março de 1964.

Todavia, o que se observa é que, ao longo de todo o período de exceção imposto pela ditadura militar (1964 a 1985), o nome de João Goulart foi interditado em solo nacional, a ponto de, por ocasião de seu falecimento, em 6 de dezembro de 1976, não se decretar luto oficial. E, talvez, a mais despropositada deliberação do governo do general-presidente Geisel, imposta por decisão do comandante do III Exército, general Fernando Belfort Bethlem, tenha sido a proibição de que fosse feito um minuto de silêncio antes de uma partida de futebol entre o Sport Club Internacional e o Corintians, disputada no estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, no dia 14 de dezembro, oito dias após o falecimento do presidente, sendo desconhecida, até hoje, qualquer ocorrência semelhante.

Evidentemente que não se pode desconsiderar o potencial de liderança política que João Goulart ainda representava nos anos da ditadura, mesmo vivendo no exílio. Seus adversários, tanto civis quanto militares, reconheciam este potencial e, no mínimo, o respeitavam. Em março de 1964, portanto, dias antes do golpe, uma pesquisa de opinião pública realizada pelo IBOPE, revelou que 47% dos pesquisados votariam novamente no presidente João Goulart e que 76% da opinião pública era favorável a ele[3]. Almino Affonso, ex Ministro do Trabalho de Jango, nos informa maiores detalhes acerca do resultado de tal pesquisa, nos maiores centros metropolitanos do país, quando lembra que o apoio popular ao presidente foi de 77% em São Paulo, 78% em Recife, 85% em Porto Alegre, 74% no antigo estado da Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro), 70% em Belém e 85% em Salvador[4].

Assim, os adversários civis reconheciam a dificuldade de derrotá-lo nas urnas enquanto os militares viam, nele, a figura de um líder de massas que poderia trazer problemas aos seus projetos.

Os motivos que impuseram retaliações ao nome de João Goulart e o eclipsaram durante o regime militar, são compreendidos dentro da ótica dos governos ditatoriais. Entretanto, o que causa enorme perplexidade, é a continuidade deste processo, mesmo depois da chamada "redemocratização" do Brasil, a partir de 1985, portanto, há mais de três décadas.

Diversos pesquisadores apontam para um "esquecimento" de figuras emblemáticas de importantes períodos da história recente do Brasil. A professora Marieta de Morais Ferreira chama atenção para o fato de que, mesmo nos centros de estudos avançados, isto é, nos meios

[3] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil. 7ª edição, Rio de Janeiro/Brasília, Editora Revan/Universidade de Brasília, 2001, p. 185.
[4] AFFONSO, Almino. 1964 Na Visão do Ministro do Trabalho de João Goulart. 1ª edição, São Paulo, Fundap/Imprensa Oficial-SP, 2014, p. 642.

universitários, as pesquisas em torno da figura do presidente João Goulart e do seu governo – perfil, características e realizações –, não avançam, como seria de se esperar, em vista do muito que se espera ser resgatado deste período conturbado do início da década de 1960, no qual o movimento de participação popular no "fazer político" foi violentamente interrompido por um golpe de Estado.

Em 2004, quando se repensou, os quarenta anos do movimento golpista, muita coisa foi escrita e falada sobre o evento e suas consequências. No entanto, como anotou Marieta de Morais Ferreira, "*examinando-se o material produzido, pode-se dizer que a figura e o governo de João Goulart continuaram ocupando lugar secundário nos debates. Grande parte da produção privilegia o papel dos militares e da oposição civil a Jango. Os principais impasses de seu governo, seu papel no momento do golpe e sua atuação no exílio permanecem temas obscuros, não merecendo maior atenção de estudiosos e pesquisadores*"[5].

O professor Carlos Fico, que coordena o Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também trata do esquecimento desse período histórico e seu principal personagem argumentando que, "*embora João Goulart tenha vivido um dos episódios mais dramáticos da história recente do país, sua memória não é muito cultivada (positiva ou negativamente), ao contrário do que acontece com outros presidentes brasileiros, como Vargas, Jânio ou JK. Qualquer contagem que se fizer de museus, nomes de avenidas, monumentos e coisas do gênero indicará que mesmo os generais-presidentes do regime militar têm seu nome e memória mais cultuados*"[6].

Que motivos justificariam tamanho descaso da História com o presidente João Goulart? Que razões sustentariam este desprezo para com um período tão traumático e importante da História nacional que, quer queiram ou não as elites políticas, econômicas e culturais, que orquestram este processo, produzem reflexos, ainda hoje, na sociedade brasileira? O alheamento que é imposto aos brasileiros, especialmente entre os mais jovens, a respeito do golpe de 1964, incluindo suas causas e consequências, é entendido em razão das dimensões que o debate em torno do assunto pode suscitar entre os que almejam profundas e necessárias reformas da estrutura social brasileira.

A invasão europeia do atual território brasileiro no século XV investiu maciçamente na destruição da cultura e da memória dos aborígenes como instrumento para a consolidação da dominação. Ao que parece, fizeram escola, pois em última análise, quais os reais objetivos das

[5] FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenação). João Goulart: Entre a Memória e a História. 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2006, p. 8.
[6] FICO, Carlos. O Grande Irmão – Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo. O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira. 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2008, p. 69.

camadas dominantes ao induzir, especialmente os mais jovens, uma verdadeira amnésia histórica em torno do golpe e, principalmente, da figura do presidente João Goulart?

Em uma pesquisa de campo[7] realizada em 2010, foi constatado que maioria dos alunos do Ensino Médio da cidade do Rio de Janeiro, que participaram da mesma, são mais versados em História Geral do que na História recente do Brasil.

A referida pesquisa foi composta por nove questões de História sendo três relacionadas à Revolução Francesa, outras três sobre a Primeira Guerra Mundial e, as três últimas, versando sobre a História do Brasil pós-1950, todas em formato de múltipla escolha apresentando cinco opções para resposta[8].

Objetivando atingir os vários segmentos sociais da comunidade estudantil da cidade do Rio de Janeiro, a pesquisa foi aplicada durante o ano letivo de 2010, em alguns colégios públicos e particulares, desde vários bairros da Zona Sul, passando por alguns subúrbios da Central do Brasil e chegando até a Zona Oeste.

Os resultados, embora já esperados em virtude de uma avaliação prévia e superficial realizada em sala de aula, ultrapassaram todas as expectativas e surpreenderam enormemente pelos baixíssimos índices de acertos das questões sobre História do Brasil, quando comparados com os resultados obtidos nas questões de História Geral.

Participou da empreitada um total de 934 alunos, sendo 538 deles de colégios particulares e 396 de estabelecimentos públicos.

Para efeito de análise dos resultados foram considerados apenas os alunos que acertaram e os que erraram todas as questões de cada um dos temas propostos.

Para efeito de análise dos resultados, foram considerados apenas os alunos que acertaram e os que erraram todas as questões de cada um dos temas propostos, para que não houvesse aumento de complexidade na tabulação dos resultados e, mesmo, na compreensão dos mesmos. Assim, os alunos que acertaram ou que erraram apenas uma ou duas questões, não foram considerados no cômputo final, ou seja, é como se não tivessem participado da pesquisa.

(QUADRO 1)

[7] Esta pesquisa e parte do texto que a comenta, e que são apresentadas nesta publicação, são segmentos que compõem um capítulo de um projeto editorial, devidamente registrado junto à Biblioteca Nacional, a ser publicado em breve, mas que são antecipados no presente artigo.
[8] Ver no anexo I as questões que compuseram a pesquisa.

Quadro comparativo entre o número de acertos e de erros das questões propostas na pesquisa realizada nos colégios da rede particular

	Alunos que acertaram 1 questão	Alunos que acertaram 2 questões	Alunos que acertaram 3 questões	Alunos que erraram todas as questões	Total
Questões de História do Brasil	239 (44,42%)	112 (20,82%)	14 (2,60%)	173 (32,16%)	538 (100%)
Questões de História da Revolução Francesa	138 (25,65%)	250 (46,47%)	111 (20,64%)	39 (7,25%)	538 (100%)
Questões de História da Primeira Guerra Mundial	111 (20,64%)	149 (27,70%)	224 (41,63%)	54 (10,03%)	538 (100%)

(QUADRO 2)

Quadro comparativo entre o número de acertos e de erros das questões propostas na pesquisa realizada nos colégios da rede pública

	Alunos que acertaram 1 questão	Alunos que acertaram 2 questões	Alunos que acertaram 3 questões	Alunos que erraram todas as questões	Total
Questões de História do Brasil	161 (40,66%)	102 (25,75%)	1 (0,25%)	132 (33,34%)	396 (100%)
Questões de História da Revolução Francesa	131 (33,01%)	156 (39,40%)	66 (16,69%)	43 (10,9%)	396 (100%)
Questões de História da Primeira Guerra Mundial	132 (33,33%)	126 (31,83%)	76 (19,20%)	62 (15,65%)	396 (100%)

O quadro 1 mostra que dos 538 alunos da rede particular que responderam às questões propostas, a minoria, apenas 14 deles (**2,60%**), acertaram todas as questões sobre História do Brasil, enquanto 111 (**20,64%**) acertaram as três questões sobre História da Revolução Francesa e 224 (**41,63%**) também acertaram todas as questões sobre a História da Primeira Guerra Mundial. Quanto aos alunos que erraram todas as questões de cada um dos temas propostos verificou-se uma inversão, isto é, neste caso, a maioria, 173 alunos (**32,16%**), errou todas as questões sobre História do Brasil, enquanto 54 deles (**10,03%**), errou as questões de Primeira Guerra Mundial, e 39 alunos (**7,25%**) erraram todas as questões sobre Revolução Francesa. Percebe-se que quando se trata da história recente do Brasil, apenas a minoria (**2,60%**) acerta todas as questões, enquanto a maioria (**32,16%**) erra todas as questões propostas. Quando o tema é história da Revolução Francesa, também ocorre o inverso, ou seja, a maioria (**20,64%**) acerta todas as questões e a minoria (**7,25%**) erra todas as questões. O mesmo resultado vai se registrar em relação à História da Primeira Guerra Mundial. Novamente a maioria (**41,63%**) acerta todas as questões enquanto a minoria (**10,03%**) erra todas as questões.

Combinando os resultados apresentados para cada um dos temas propostos é possível concluir que os alunos pesquisados nos colégios particulares conhecem mais História Geral do que a história recente do Brasil.

O quadro 2 mostra que, do total de 396 estudantes do sistema público de ensino que participaram da pesquisa, somente um deles (**0,25%**) acertou as três questões propostas em História do Brasil, enquanto 66 (**16,69%**) acertaram todas as questões de história da Revolução Francesa, e 76 (**19,20%**) também acertaram todas as questões de historia da Primeira Guerra Mundial. Em relação aos alunos que não obtiveram nenhum acerto nas três questões de cada um dos temas propostos, o resultado vai ser o mesmo que o apresentado nos colégios particulares, ou seja, uma total inversão. Também entre os alunos da rede pública, a maioria deles, 132 pesquisados (**33,34%**), não conseguiu acertar nenhuma das três questões sobre História do Brasil, enquanto 62 (**15,65%**) erraram todas as questões sobre a Primeira Guerra Mundial, e 43 (**10,90%**) não obtiveram nenhum acerto nas três questões de História da Revolução Francesa.

Nota-se que também entre os alunos da rede pública, quando o tema é História do Brasil, é apenas a minoria (**0,25%**) que vai acertar todas as questões, ao mesmo tempo em que a maioria (**33,34%**) não consegue acertar sequer uma questão. Combinando-se tal resultado com o obtido nos dois outros temas, também vamos encontrar uma inversão. Quando se trata de História da Revolução Francesa, a maioria (**16,69%**) acerta todas as questões e a minoria (**10,90%**) erra todas

as questões. Quanto à História da Primeira Guerra Mundial vai se encontrar o mesmo resultado, ou seja, a maioria (**19,20%**) acertou todas as questões enquanto a minoria (**15,65%**) não obtém nenhum acerto.

É interessante observar como os resultados se repetem. Também nos colégios públicos torna-se evidente que os alunos pesquisados dominam muito mais o conhecimento sobre a História Geral do que sobre a História recente do Brasil.

Considerando-se os interesses escusos envolvidos neste "providencial" desconhecimento bem como a estrutura arcaica do sistema educacional brasileiro que, historicamente, nunca foi voltado para a formação de indivíduos críticos e conscientes de sua realidade social, seria injusto responsabilizar os alunos por não conhecerem satisfatoriamente a história recente do país. A atriz Fernanda Torres, ao comentar a importância do filme "O Que é isso, companheiro?", de Bruno Barreto, no qual viveu uma das sequestradoras do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em 1969, afirmou que "*precisamos atingir os jovens, eu não aprendi nada disso na escola,...*"[9].

E, assim, aos poucos, trabalhando lentamente as gerações mais novas, através dos aparelhos ideológicos – as escolas –, postos à disposição das camadas dominantes, episódios da História Real vão se transformando em lendas desinteressantes e, com o passar do tempo, caem no esquecimento e, daí, para a amnésia total, é um passo. Entre as populações de mais idade, a ausência de debates em torno de tais episódios, também vai conduzir a um "esquecimento", ou mesmo um apagão geral, provocado pelo desaparecimento físico desse segmento populacional. Através desse processo vai se apagando a memória nacional.

PORQUE JOAO GOULART FOI PROSCRITO DA HISTÓRIA DO BRASIL

> "(...) de uma coisa não abro mão: a minha dedicação e lealdade aos pequenos, aos deserdados da sorte, aos milhões de brasileiros que vegetam na miséria, maltratados e explorados por essa nossa elite egoísta"[10].
>
> João Goulart

O presidente João Goulart foi banido da história recente do Brasil por tudo aquilo que ele representou em termos de modernidade e perspectivas de mudanças para a sociedade brasileira. Ao

[9] Apud RIDENTI, Marcelo. Que História é Essa? In REIS, Daniel Aarão et alli. Versões e Ficções : O Sequestro da História. 2ª edição, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 27.
[10] PINHEIRO NETO, João. Jango: Um Depoimento Pessoal. 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2008, p. 36.

comentar sobre o golpe que o derrubou, o professor Darcy Ribeiro argumenta que Jango "*não caiu por ocasionais defeitos de seu governo. Foi derrubado em razão de suas altas qualidades, como responsável pelo maior esforço que se fez entre nós para passar o Brasil a limpo, criando aqui uma sociedade mais livre, e mais justa*"[11].

Como se sabe, o presidente João Goulart não era bem visto pelas camadas dominantes, tanto as do setor político quanto as do setor econômico. E vários foram os motivos que contribuíram para isso.

Depois de um rápido mandato como deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, chegou à Câmara Federal em 1950, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Getúlio Vargas, quando passou a estimular a aproximação do partido ao movimento sindical. Este detalhe, aparentemente irrelevante, não passou despercebido a seus adversários, e revela a origem da rejeição que viria a sofrer no início dos anos 1960.

Em 1951 assume a pasta do Ministério do Trabalho, dando início a um modelo de gestão que provocou a ira das elites, especialmente a classe empresarial, capitaneada pela poderosa Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) que, posteriormente, tanto contribuiria para a deflagração do golpe e a manutenção financeira do regime de exceção[12].

A respeito da atuação atípica de João Goulart no ministério do Trabalho, tão criticada pelas elites, sobretudo e especialmente os grandes empresários, o historiador e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Jorge Ferreira, esclarece ainda que "*a atuação de Goulart no ministério chocou amplos setores conservadores da sociedade brasileira – civis e militares. [...] Pela primeira vez na história republicana, uma autoridade pública encarregada das relações entre Estado, empresários e classe dos trabalhadores negava-se a acionar a máquina repressiva estatal para conter a onda reivindicatória e, algo inédito, dialogava, negociava e defendia os direitos dos assalariados*"[13]. Os segmentos mais reacionários das classes política e empresarial viam, nesta diferente modalidade de gestão do Ministério do Trabalho, a gênese de futuros processos conspiratórios. E foi exatamente esta "nova" modalidade de condução do ministério que acabou assustando a burguesia empregadora que, por sua vez, passou a ver em Jango o ministro dos "trabalhadores" e não o ministro do Trabalho, pois, como argumenta a professora Ângela de Castro Gomes, também da UFF, sua prática de "*negociar e se antecipar às demandas dos trabalhadores –*

[11] In MUNTEAL FILHO, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline & FREIXO, Adriano de (Orgs.). O Brasil de João Goulart: Um Projeto de Nação. 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora Contraponto/PUC-Rio, 2006, p. 210.
[12] Ver MÉDICI, Roberto Nogueira. Médici, O Depoimento. 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora Mauad, 1995, p. 72.
[13] FERREIRA, Jorge. João Goulart – Uma Biografia. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2011, p. 98.

forçando algumas vezes os empregadores a fazerem concessões – foi frequentemente vista e denunciada, não como uma forma de esvaziar conflitos, mas como uma maneira de estimulá-los e mesmo de 'pregar a luta de classes'"[14].

O clímax de sua atuação no Ministério do Trabalho deu-se quando propôs o aumento de 100% para o salário mínimo, em maio de 1954, com o fim de corrigir seu poder de compra, defasado desde 1943. A reação da União Democrática Nacional (UDN), partido político formado, principalmente, por banqueiros, empresários e industriais, secundada por alguns segmentos das Forças Armadas e das elites econômicas e políticas da direita, foi imediata. Nesta ocasião já se começou a vinculá-lo ao movimento comunista internacional.

Já na posse plena do mandato que lhe foi conferido, primeiro nas eleições de 1960, quando conquistou a vice-presidência, com 4.547.010 votos, o equivalente a 41,6% do eleitorado, e, a seguir, pelo plebiscito, de 6 de janeiro de 1963, quando 9.457.488 eleitores (73%), optaram pelo retorno ao presidencialismo, João Goulart empreendeu um conjunto de propostas nacional-reformistas que veio a colidir frontalmente com os interesses das elites econômicas nacionais e estrangeiras, especialmente as norte-americanas.

Tais reformas produziriam reflexos, especialmente no campo socioeconômico e administrativo, cujo objetivo fundamental era romper as amarras com as estruturas arcaicas que remontavam mesmo aos tempos coloniais e, com isso, modernizar o Brasil e criar circunstâncias que permitissem alavancar o seu processo de desenvolvimento econômico e social. Atingia, basicamente, a quatro setores vitais de sustentação da economia brasileira, isto é, o agrário, o administrativo, o financeiro e o tributário. Todavia, não foi bem recebida pelos donos do capital nacional e estrangeiro que, imediatamente, passaram a explorar o já desgastado discurso anticomunista de forma alarmista e apocalíptica com o fim de, no entender da pesquisadora Alzira Alves de Abreu, "*difundir o medo na classe média e identificar as 'reformas de base' com a passagem do regime capitalista para o comunista*"[15].

Há, é certo, uma vastíssima literatura que procura rediscutir e trazer luz aos tormentosos anos 1960, vivenciados no país. Todavia, peca pela parcimônia com que trata as realizações de João Goulart, enquanto Presidente Constitucional do Brasil..

[14] Ângela de Castro. Memórias em Disputa: Jango, Ministro do Trabalho ou dos Trabalhadores?. In FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenadora). João Goulart: Entre a Memória e a História. Op. Cit., p. 50.
[15] ABREU, Alzira Alves de. 1964: A Imprensa Ajudou a Derrubar o Governo Goulart. In FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenadora). João Goulart: Entre a Memória e a História, Op. Cit., p. 110.

Uma avaliação menos criteriosa da questão pode induzir ao grave equívoco de considerar seu mandato como algo totalmente infrutífero o que, na verdade, não corresponde à realidade. Seu governo foi marcado por grandes realizações, como a criação da Eletrobrás, a consolidação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (criada na gestão do presidente Juscelino Kubitschek) e a implantação da Universidade de Brasília – UnB. Sua preocupação com a questão social levou-o a insistir na aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, quando se estendeu aos camponeses os direitos trabalhistas, já usufruídos pelos trabalhadores urbanos, – carteira assinada, salário mínimo, férias, etc. –, e permitiu que se criasse um sistema de financiamento para a compra da casa própria beneficiando, inicialmente, cem mil famílias. Como lembra Moniz Bandeira, o presidente João Goulart.

"*assinou decreto obrigando as empresas industriais, comerciais e agrícolas com mais de cem empregados a proporcionar-lhes ensino elementar gratuito, e enviou ao congresso mensagem que concedia ao funcionalismo público o 13º salário e instituía a escala-móvel para o reajuste de seus rendimentos, direitos já aprovados para trabalhadores da indústria*"[16].

Em defesa da economia nacional, entre outras iniciativas, deu início aos estudos para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu sendo, portanto, seu idealizador. Criou a Usiminas, a Cosipa e a Ferro e Aço de Vitória, que impulsionou o setor siderúrgico nacional, segmento da indústria de base fundamental para o processo de desenvolvimento nacional, e cassou a autorização da Companhia de Mineração Curral del Rey, subsidiária da multinacional Hanna Co., para operar no Brasil, entre outras medidas contrárias aos interesses do capital estrangeiro mas em legítima defesa dos interesses nacionais. O historiador e professor, Jorge Ferreira, lembra ainda que "*mesmo lidando com as difíceis negociações políticas e com as dificuldades no plano econômico-financeiro, Goulart deu continuidade ao projeto desenvolvimentista. Aumentou 20% a capacidade de geração de energia elétrica;(...) A Petrobrás passou a contar com as refinarias Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, Gabriel Passos e Artur Bernardes, em Belo Horizonte, Landulfo Alves, na Bahia, e Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Oleodutos, como os de Belo Horizonte e Porto Alegre, foram construídos, bem como unidades industriais que permitiram ao país contar com um polo petroquímico genuinamente nacional*"[17]. Estes aspectos são criteriosa e sistematicamente omitidos pela história oficial que insiste em apagá-los da memória nacional[18].

[16] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil. Op. Cit., p. 147.
[17] FERREIRA, Jorge. João Goulart – Uma Biografia. Op. Cit., pp. 354/355.
[18] Ver FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: Entre a Memória e a História & MELO, Hildete Pereira de. A Política Macroeconômica e o Reformismo: Impasses de um Governo Sitiado. In FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenação). João Goulart: Entre a Memória e a História. Op. Cit., pp.27, 98 e 99.

Do ponto de vista pessoal e humano, diversos episódios atestam o perfil conflitante entre o presidente João Goulart e a ótica com a qual as camadas dominantes administravam o sistema excludente que consubstanciava a sociedade brasileira. Seu piloto e amigo pessoal, Manoel Leães, relembra a relação que Jango estabeleceu com os peões de sua Fazenda Três Marias, localizada em Mato Grosso, tão logo a adquiriu:

"*Até a chegada de Jango em Três Marias, como seu novo proprietário, eles jamais viram a cor de uma carteira de trabalho assinada. Quando ele chegou, foi logo anunciando que todos teriam carteira de trabalho assinada, ganhariam o salário mínimo e um rancho no final do mês. Lembro que alguns dias após essa decisão, ele foi procurado em Três Marias por um grupo de fazendeiros da região. Estavam inconformados porque ele havia assinado a carteira dos peões e lhes assegurado um salário mínimo. Jango respondeu que se ele podia pagar o mínimo, eles também podiam, e que se não o fizessem imediatamente, acionaria a fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho. Foi uma cena típica da vida de Jango. Ele era um grande fazendeiro, mas tinha sua preocupação voltada para os pobres, mesmo que desagradasse os poderosos*"[19].

Atitudes como estas permitem que se entendam melhor os ódios e rancores das elites que se levantaram contra ele, e mesmo a vinculação de seu nome ao movimento populista.

Por suas posições políticas em defesa de reformas sócio econômicas que viessem a aliviar as graves e profundas injustiças sociais, João Goulart foi condenado pela burguesia, no dizer de Dreifuss, "*como traidor de sua classe*"[20]. Por parte da direita e de alguns setores da esquerda, ainda hoje, é tido como o responsável direto pelo golpe e todas as suas nefastas consequências.

Razões de ordem prática justificam e explicam o processo de esquecimento que foi imposto à figura do presidente João Goulart. Embora de interesse da comunidade nacional em sua totalidade, seus projetos se confrontaram com o modelo historicamente oligárquico, excludente e oportunista que há séculos vem caracterizando a sociedade brasileira. Por isso, deveria, definitivamente, ser excluído da história nacional. Suas ideias e propostas reformistas teriam de ser soterradas sob o mais obscurantismo político. O alcance social de seus projetos deveria ficar definitivamente

[19] LEÃES, Manoel. Meu Amigo Jango. Depoimento a Kenny Braga. 1ª edição, Porto Alegre (RS), Editora Sulina, 2003, p. 27.

[20] DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 5ª edição, Petrópolis (RJ), Editora Vozes, 1987, p. 141.

desconhecido e longe das discussões das futuras gerações. Ao que parece, a materialização de uma genuína política de preservação dos privilégios das elites políticas, econômicas e culturais.

COMO SE REESCREVER A HISTÓRIA DE UMA NAÇÃO

> "Há três categorias de homens: a) os que contam a sua história; b) os que não a contam; c) os que não a têm".
>
> Max Aub

Vive-se, hoje, as consequências do processo histórico de ontem. E as experiências vivenciadas na atualidade, por sua vez, vão determinar a realidade que será vivida amanhã. Assim, passado, presente e futuro não podem ser vistos de forma estanque e dissociados, tendo em vista o fato de comporem uma única totalidade. Só se compreende o presente conhecendo-se o passado. Daí se dizer que povo sem memória não tem passado, não tem história, e, não tendo passado, não compreende o seu presente e, por isso, não está capacitado para construir seu futuro.

O nível de valorização dos direitos do cidadão, que se possui na atualidade, está diretamente relacionado ao conhecimento dos sacrifícios resultantes de todo um processo de lutas que ocorreram, no passado, e que resultaram em conquistas sociais. Assim, o exercício dos mais variados direitos sociais e políticos consolidados no presente – salário mínimo, férias, voto universal e liberdade de expressão, entre outros –, é uma consequência de intensas lutas travadas no passado e que, com certeza, fizeram vítimas fatais. Daí, a importância da História Real no processo de construção da cidadania de um povo, na formação de sua consciência de nação e no despertar do seu espírito de "animal político". Como se percebe, a História vai se revelar como poderosa aliada do processo de transformação da sociedade visto que politiza, cria "consciências críticas e analíticas", e desperta o indivíduo para a importância do "fazer político e social".

A respeito da importância da História no processo de construção da cidadania, a professora Maria Celina D'Araújo argumenta que "*este constante rever não é só atividade intelectual: é exercício de cidadania. Devemos estar sempre equipados para pensar e repensar nossa história e, através dela, nosso destino*"[21]. E é exatamente este perfil do estudo da História, esta forma crítica e analítica de se estudar o passado que incomoda as classes dominantes, uma vez que põe em risco o secular usufruto ilegítimo de seus privilégios. Como as Forças Armadas, logo após o golpe de 1964, se puseram a serviço dessas mesmas elites, nada mais compreensível do que lançarem mão do controle desse poderoso instrumento popular de construção da cidadania. Como lembra o professor

[21] D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon & CASTRO, Celso. Visões do Golpe: A Memória Militar sobre 1964. 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Relume-Dumará, 1994, p. 8.

Aquino, "*o grande fantasma da ditadura era o ensino de História. Segundo um dos chefes militares do golpe, 'os professores de História são os responsáveis pela subversão da juventude'. Daí a legislação destinada, especificamente, a 'esvaziar' o estudo de História*"[22]. A reboque deste esquema de manipulação do processo histórico, também a eliminação das disciplinas de Sociologia e de Filosofia do currículo do curso secundário, bem como a assinatura do Acordo MEC-USAID, submetendo o sistema educacional do país aos interesses dos Estados Unidos, compuseram o projeto cultural oferecido à sociedade brasileira logo após o golpe de 1964.

Recontar a História Real do Brasil, sem perspectivas jacobinistas e revanchistas, e obstaculizar este processo de "desfazimento" da História nacional – mais um desserviço que as elites conservadoras e reacionárias da direita prestam ao país –, e resgatar o nome, as propostas de governo e as realizações sociais do presidente João Goulart, que não foram poucas – com todos os seus acertos e desacertos –, torna-se um fator fundamental e de grande importância para o processo de preservação da memória nacional, e elemento essencial no sentido de permitir um melhor entendimento acerca das razões que levaram à aglutinação das forças reacionárias da direita política, das elites econômicas nacionais e estrangeiras e da alta oficialidade das Forças Armadas brasileiras, contra o projeto nacionalista e reformador do presidente João Goulart. De acordo com Hildete Pereira de Melo et alli, professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), "*a história não pode relegar esse político apenas ao esquecimento e à paz dos cemitérios*"[23]. O debate em torno de sua trajetória política e de suas realizações poderiam contribuir para o surgimento de novas propostas que contemplassem mais intensamente o atendimento das demandas sociais atuais.

[22] AQUINO, Rubim Santos Leão de. O Grande Fantasma. In WERNEWCK DA SILVA, José Luiz. A Deformação da História ou Para não Esquecer. 1ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985, p. 50. Citado em AQUINO, Rubim Santos Leão de et alli. Sociedade Brasileira: Uma História Através dos Movimentos Sociais. 5ª edição, Rio de Janeiro, Editora Record, 2007, p. 720.

[23]Hildete Pereira de; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; ARAÚJO, Victor Leonardo de. A Política Macroeconômica e o Reformismo Social: Impasses de um Governo Sitiado. In FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenadora). João Goulart: Entre a Memória e a História. Op. Cit. p. 80.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> "Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica".
>
> Paulo Freire

Salvo as exceções, a História do Brasil vem sendo contada, há cinco séculos, de acordo com os interesses daqueles que a escrevem. Assim, nossos jovens aprendem que o Brasil foi "descoberto", que nossos "índios" foram salvos pela ação cristã dos portugueses e dos jesuítas, que D. Pedro I proclamou a "Independência" do Brasil, que em 1930 houve uma "revolução" e, em 1964, mais uma "revolução", chamada de Gloriosa por seus artífices, com o fim de preservar o Brasil das investidas do movimento comunista internacional propagado por Moscou.

Que classes foram e têm sido beneficiadas por esta versão oficial de nossa História? Que classes têm se consumido com os resultados práticos dessa versão histórica? Como se sabe, o processo educacional se revela como o um dos instrumentos mais eficazes no processo de emancipação dos povos. E foi exatamente este instrumento o escolhido pelas camadas dominantes da Colônia, do Império e da República, no sentido de manter as massas populares inteiramente alheias ao processo de construção da Nação brasileira.

Portanto, a História do Brasil está por ser contada, sobretudo a mais recente, especialmente para as populações estudantis mais subalternas, que não têm acesso à uma educação pública de qualidade, voltada não apenas para conteúdos programáticos mas, também, para a formação de indivíduos críticos e conscientes de sua realidade social e, como tais, instrumentos de uma verdadeira "revolução" que, realmente, transforme a Nação e devolva o Brasil aos brasileiros.

ANEXO I

01 – Assinale a alternativa que indica a classe social que mais se beneficiou com a **Revolução Francesa**:
(a) Trabalhador rural
(b) Trabalhador urbano
(c) Clero
(d) Burguesia
(e) Militares

02 – Identifique, entre as opções oferecidas abaixo, aquela que apresenta o episódio que marcou o início das rebeliões violentas que compuseram a **Revolução Francesa**:
(a) A Batalha de Waterloo.
(b) O assassinato de Marat, líder jacobino.
(c) A tomada da Bastilha.
(d) Os massacres de Setembro.
(e) O Golpe do 18 Brumário.

03 – O rei francês Luis **XVI** foi guilhotinado na Praça da Revolução, em 21 de janeiro de 1793. Marque alternativa que informa a acusação que lhe foi imputada:
(a) Traição à França.
(b) Recusa em convocar a Assembléia Nacional Constituinte.
(c) Dissolução da Assembléia Nacional Constituinte.
(d) Extinção do Terceiro Estado.
(e) Ter levado a França a uma verdadeira insolvência.

04 – Os eventos históricos elencados abaixo estão relacionados à **Primeira Guerra Mundial**. Assinale a opção que aponta aquele que é considerado o estopim do conflito:
(a) A formação da Tríplice Aliança.
(b) A formação da Tríplice Entente.
(c) A invasão do território da Sérvia pelo Exército da Áustria.
(d) O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco.
(e) A recusa da Sérvia em apurar o assassinato de Francisco Ferdinando.

05 – Identifique a alternativa que apresenta o tratado que impôs severas punições à Itália e à Alemanha, especialmente a esta última, logo após o término da **Primeira Guerra Mundial**:
(a) Tratado de Fontainebleau
(b) Tratado de Tordesilhas
(c) Tratado de Versalhes
(d) Tratado de Maastrich
(e) Tratado de Sèvres

06 – Marque a opção que indica o país que mais se beneficiou, financeiramente, com a **Primeira Guerra Mundial**:
(a) França
(b) EUA
(c) Inglaterra
(d) Rússia
(e) Áustria

07 – As opções abaixo elencam alguns nomes de presidentes brasileiros dos anos 1950 e 1960. Marque aquela que aponta o presidente que renunciou ao mandato em 25 de agosto de 1961:
(a) Getúlio Vargas
(b) Juscelino Kubitschek
(c) Jânio Quadros
(d) João Goulart
(e) Castelo Branco

08 – Assinale a alternativa que apresenta a principal acusação contra o presidente **João Goulart**, que resultou na sua deposição da Presidência da República, em 31 de março de 1964:
(a) O fato de pretender levar o Brasil à adoção do sistema socialista.
(b) A intenção de romper relações diplomáticas e econômicas com os EUA.
(c) O fato de conspirar contra o Exército Brasileiro.
(d) O desejo de golpear as instituições democráticas e instalar no Brasil uma ditadura de esquerda.
(e) A intenção de preparar o Brasil para o enfrentamento direto com os EUA.

09 – Alguns políticos brasileiros, de grande projeção nacional, sobretudo na década de 1960, são elencados abaixo. Identifique aquele que organizou a **Cadeia da Legalidade**, em 1961, logo após o veto militar à posse de João Goulart, na Presidência da República:
(a) Leonel Brizola
(b) Miguel Arraes
(c) Juscelino Kubitschek
(d) Jânio Quadros
(e) Carlos Lacerda

REFERÊNCIAS

AARÃO, Daniel et alli. Versões e Ficções : O Sequestro da História. 2ª edição, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

AFFONSO, Almino. 1964 Na Visão do Ministro do Trabalho de João Goulart. 1ª edição, São Paulo, Fundap/Imprensa Oficial-SP, 2014.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. O Grande Fantasma. In WERNEWCK DA SILVA, José Luiz. A Deformação da História ou Para não Esquecer. 1ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985, p. 50. Citado em AQUINO, Rubim Santos Leão de et alli. Sociedade Brasileira: Uma História Através dos Movimentos Sociais. 5ª edição, Rio de Janeiro, Editora Record, 2007, p. 720.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil. 7ª edição, Rio de Janeiro/Brasília, Editora Revan/Universidade de Brasília, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon & CASTRO, Celso. Visões do Golpe: A Memória Militar sobre 1964. 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Relume-Dumará, 1994.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 5ª edição, Petrópolis (RJ), Editora Vozes, 1987.

FERREIRA, Jorge. João Goulart – Uma Biografia. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenação). João Goulart: Entre a Memória e a História. 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2006.

FICO, Carlos. O Grande Irmão – Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo. O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira. 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2008.

LEÃES, Manoel. Meu Amigo Jango. Depoimento a Kenny Braga. 1ª edição, Porto Alegre (RS), Editora Sulina, 2003.

MÉDICI, Roberto Nogueira. Médici, O Depoimento. 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora Mauad, 1995.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline & FREIXO, Adriano de (Orgs.). O Brasil de João Goulart: Um Projeto de Nação. 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora Contraponto/PUC-Rio, 2006.

PINHEIRO NETO, João. Jango: Um Depoimento Pessoal. 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2008.

Revista Digital Simonsen
Como citar: FERREIRA,Marcus Vinícius de Assis. *Das Terras Dos Laranjais A Formação Do Bairro Chatuba (1920 A 1960)*: *In:* Revista Digital Simonsen, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: *www.simonsen.br/revistasimonsen* ISSN:2446-5941

HISTÓRIA

DAS TERRAS DOS LARANJAIS A FORMAÇÃO DO BAIRRO CHATUBA (1920 a 1960)

Por: Marcus Vinícius de Assis Ferreira[1]

[1] Marcus Vinícius de Assis Ferreira: Graduado em Licenciatura Plena em História pelas Faculdades Integradas Simonsen (FIS). e-mail: marcus_historia@yahoo.com

INTRODUÇÃO

É importante observarmos antes de tudo que o presente trabalho visa trazer como tema de estudo as principais influências econômicas e sociais da citricultura da laranja na Baixada Fluminense, tendo como partida inicial de estudo e de investigação essa atividade.

O trabalho procura demonstrar também o surgimento e o processo dos loteamentos no Município de Nova Iguaçu, com o intuito de fazer ver as mudanças de uma organização social local, devido o declínio e rompimento de uma atividade agrária anterior (Ciclo da laranja).

O artigo não irá somente relatar a História de Nova Iguaçu mas irá relatar também a História de Mesquita. O artigo irá descrever e principalmente investigar a origem populacional do bairro da Chatuba de Mesquita e os motivos e causas que contribuíram para sua formação, resgatando a identidade e os valores que o bairro possui, fazendo com que o caro leitor possa observar e identificar a importância social e econômica que o bairro contribuiu para o Município de Nova Iguaçu e para o Estado do Rio de Janeiro.

O tema irá apurar os valores da Baixada Fluminense, descrevendo e destacando em certa parte, alguns acontecimentos de sua História na qual o bairro da Chatuba esta inserida geograficamente, fazendo com que o público em geral possa conhecer em certa forma, um pouco da História da Baixada Fluminense.

É de extrema importância ressaltar que a pesquisa de investigação tem como linha cronológica os anos de 1920 a 1960, tendo como causas de análise, fatores sociais, econômicos e culturais, fazendo com que de forma geral se valorize a História do bairro da Chatuba. O trabalho irá relacionar os acontecimentos do território pesquisado no cenário internacional, fazendo com que o leitor possa ter uma melhor compreensão dos fatos ocorridos.

Em uma visão geral, o artigo não tem somente o propósito de resgatar os valores e a identidade do bairro ou muito menos descrever e relatar sua História, mas e também uma tentativa de romper uma visão marginalizada e equivocada que parte da sociedade tem sobre o bairro e sobre a Baixada Fluminense.

O trabalho de investigação tem como objetivo destacar as causas que contribuíram para a desarticulação da citricultura da laranja no bairro da Chatuba, analisar o processo de loteamentos pós-decadência da citricultura da laranja na Baixada Fluminense, compreender a formação do bairro, apontar os motivos que influenciaram o processo migratório no território, identificar a origem populacional local.

Justificasse que as inúmeras visitas a ONG “Mundo Novo”, possibilitou uma observação minuciosa do território na qual ela está inserida, fazendo com que se perceba a necessidade do resgate da História e da Memória do bairro da Chatuba.

A marginalização descrita pela mídia leva a ter uma interpretação extremamente equivocada e erronia do bairro, direcionando a uma concepção completamente diferente da sua realidade. A falta de informações do território acaba se concentrando somente na chacina ocorrida no dia 08 de setembro de 2012, com jovens que foram assassinados por tomar banho na cachoeira ou principalmente pelas famosas músicas de Funk proibidos. Infelizmente as ausências de informações

acabam difamando, denegrindo e desvalorizando o território, escondendo e camuflando a sua grande História.

Cria-se a necessidade de informações, porém surge também a necessidade de resgatar a identidade, valores e a História do bairro da Chatuba. A falta do conhecimento de sua História acaba contribuindo na dificuldade e compreensão da nova geração para com suas realidades. O tema irá proporcionar a compressão do presente e tentará contribuir para o futuro, possibilitando o resgate da História e da memória da área nomeada Chatuba.

CHATUBA E O CICLO DA LARANJA

Torna-se necessário ressaltar que o surgimento do "ciclo" da laranja na Baixada Fluminense se deu devido à decadência da cafeicultura no Rio de Janeiro. O interesse por uma nova atividade econômica fez com que autoridades da época incentivassem a busca de culturas alternativas que pudessem substituir a antiga economia que por muito tempo foi à base econômica da Baixada Fluminense. As primeiras plantações de laranjas foram encontradas em São Gonçalo e trazidas para Nova Iguaçu no último quartel do século XIX. A nova citricultura encontrou o relevo, o solo e o clima propício ao cultivo, localizou-se no mesmo espaço do plantio do café (RODRIGUES, 2006). Inicialmente as plantações de laranja ocuparam os morros de Nova Iguaçu, com o tempo passaram a ocupar as áreas de planície[2] do município.

Segundo Manoel Ricardo Simões as obras de saneamento e drenagem da Baixada Fluminense favoreceram em grande escala o plantio da laranja. As obras teveram a intervenção direta do ex-presidente do estado e do país, Nilo Peçanha. "Com a recuperação de áreas pantanosas, várias chácaras de pequena área vão surgindo no Município", aumentado o plantio e tal atividade. (SIMÕES, 2004).

FIGURA 1: Nilo Peçanha

FONTE: Emerson Santiago/ Site Infoescola

Nilo Peçanha foi um dos grandes incentivadores do "ciclo" da laranja na Baixada Fluminense e por conta disso foi homenageado. A localidade por nome São Mateus passou a se chamar Nilópolis por influência do seu nome.

[2] "Planície é uma grande área geográfica com pouca variação de altitude como, por exemplo; o deserto ou um pântano. É um terreno plano e baixo, pouco acima do nível do mar. É um dos tipos de relevo mais aproveitados pelo homem para atividades agrícolas".

> "Nilo Peçanha atuou junto às companhias transatlânticas para que o preço do frete da laranja fosse reduzido e que seu transporte fosse realizado em melhores condições para conservação do fruto. Como presidente da República, ele atuou junto à Argentina no sentido de firmar um acordo de reciprocidade de isenção de direitos aduaneiros sobre o comércio de frutas entre os dois países[3]".

É importante ressaltar que a citricultura da laranja se deu em pequenas propriedades. O surgimento das chácaras surgiu devido à falência dos grandes proprietários de terras. A abolição da escravatura permitiu aos grandes donos de terras a ausência de mão de obra para as atividades agrícolas, ao mesmo tempo, estes proprietários se encontravam descapitalizados, fazendo com que não tivessem condições de arcar com os custos do trabalho assalariado. A solução encontrada pelos grandes latifundiários foi à fragmentação das suas grandes áreas de terras em chácaras para a facilidade de venda ou arrendamento para pequenos produtores que contavam com a mão de obra familiar. As chácaras não eram somente o local de trabalho, mas era um lugar de moradia. (SIMÕES, 2006).

A citricultura se deu em terras onde hoje encontra-se Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados, Mesquita e Nova Iguaçu (TAVARES, 2007). Vale ressaltar que o solo propício ao cultivo, à proximidade com a estrada de ferro e a imediação com os mercados consumidores, fez com que se intensificasse ainda mais a nova atividade.

FIGURA 2: Plantações de laranja entre 1930 a 1940

FONTE: BARROS, 2011, p.80.

A citricultura da laranja foi muito importante para a economia de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro, sua atividade se deu entre os anos de 1920 e 1940. As laranjas colhidas eram selecionadas e embaladas em barracões de laranjas, conhecidas por "packing houses", para comercialização nos mercados internos e externos. As laranjas foram comercializadas para vários países da Europa como "Inglaterra, Argentina, Holanda, França, Bélgica, Alemanha, Suíça, Chile, Dacar, Noruega, Finlândia e Suécia", mas também para os principais mercados consumidores internos no Rio de Janeiro e em São Paulo. As laranjas exportadas eram encaminhadas por trens até a zona portuária do Rio de janeiro e depois enviadas pelos grandes navios frigoríficos a Europa. (RODRIGUES, 2006) e (SIMÕES, 2004).

[3] (RODRIGUES, 2006, p.40).

FIGURA 3: "Colhedores de laranja, 1930".

FONTE: TAVARES, 2007, p.137.

É importante ressaltar que o processo de decadência do ciclo da laranja se deu entre os anos de 1939 e 1940. Segundo Simões a cultura da laranja entra em decadência no mesmo ano do seu apogeu. Em 1939 os laranjais se encontravam no seu patamar mais alto, de produção e exportação. Nesse mesmo ano se se inicia a II Guerra Mundial[4], conflito que traria uma serie de empecilhos à exportação da laranja, interditando as navegações comerciais frente aos perigos dos ataques (SIMÕES, 2004). O declínio da laranja não se fundamenta somente a II Guerra Mundial, mas também a outros fatores, bem como a falta de combustível que impedia a comercialização interna e a falta de armazéns frigoríficos, fatores que contribuíam para apodrecimentos dos frutos nos pés, propiciando o aparecimento de pragas, entre estas, a praga conhecida como "mosca do mediterrâneo" (RODRIGUES, 2006). O aparecimento dessa mosca proporcionou uma queda bem elevada na produção. Alguns plantadores não conseguiram lidar com essa situação e outros conseguiram resistir. Em 1940 se iniciou o processo de fracionamentos das chácaras em forma de loteamentos, devido, o declínio da citricultura da laranja (SIMÕES, 2004).

Segundo Gisela de Jesus Barros, a citricultura da laranja se fez presente no bairro da Chatuba, onde a cultura dos laranjais encontrou terra fértil e propício ao cultivo(BARROS,2011). É importante mencionar que o espaço geográfico denominado Chatuba já fez parte do antigo distrito de Nova Iguaçu. Torna-se necessário explicitar que além da citricultura encontrar terra fértil ao cultivo ela foi beneficiada com a existência de dois rios na região, Sarapuí[5] e Socorro. A abundância de água beneficiava a irrigação das plantações, contribuindo para a produção de laranjas.

Como relatado anteriormente, a citricultura da laranja surgiu devido o declínio da atividade do café. Segundo Guilherme Peres e Marcus Antonio Monteiro Nogueira no bairro da Chatuba existiu uma feitoria de café pertencente ao antigo proprietário Jerônimo José de Mesquita, Barão de Mesquita, considerado o primeiro Barão da Região, hoje atual município de Mesquita seu título foi concedido pelo Imperador Dom Pedro II, seu nome tem influência direta ao nome do município (PERES, 2004) e (NOGUEIRA, 2004). Podemos dizer que o bairro da Chatuba fez parte da

[4] "A Segunda Guerra Mundial foi um conflito militar global que durou de 1939 a 1945, envolvendo a maioria das nações do mundo — incluindo todas as grandes potências."
[5] "Deságua no Rio Iguaçu, no município de Duque de Caxias, na região da Baixada Fluminense. Passa pelos municípios de Nilópolis, Duque de Caxias, Mesquita, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Belford Roxo."

cafeicultura do Estado do Rio de Janeiro e foi contribuinte para tal atividade que por muito tempo foi a base econômica da Baixada e do Brasil. Vale apena lembrar que o plantio do café na Chatuba contou com mão de obra escrava africana.

Concluímos nesse tópico que o bairro da Chatuba foi muito importante para citricultura da laranja, aonde abrigou em suas terras tal atividade. Suas laranjas foram importantes para o mercado internos e externos. O ciclo da laranja na Chatuba foi de extrema contribuição para a economia do Rio de Janeiro.

OCUPAÇÃO URBANA E A FORMAÇÃO DO BAIRRO CHATUBA

O bairro Chatuba esta localizado no Município de Mesquita do Estado do Rio de Janeiro, o território faz divisa entre os Municípios de Nilópolis e Nova Iguaçu, o bairro ocupa uma área que compreende parte do morro do maciço do Gericinó. O território esta posicionado entre os rios Sarapuí e Socorro. Vale destacar que o bairro da Chatuba pertenceu ao antigo distrito de Nova Iguaçu até 1999. A emancipação do Município de Mesquita contribuiu para que o bairro fizesse parte do 1° Distrito da cidade.

FIGURA 4: Bairro Chatuba

FONTE: Foto por Marcus Vinicius de Assis Ferreira. Coleção particular, 2015.

O processo da formação do bairro Chatuba se deu devido a desarticulação e o declínio da produção da laranja. O preço e a facilidade de pagamentos dos lotes fizeram com que se motivasse a procura pelo território. A ausência de infraestrutura contribuía a diminuição dos preços dos terrenos (SILVA, 2005). É importante ressaltar que um dos motivos que fizeram as pessoas se atraírem pela localidade da Chatuba, foi a abundância de água na região. Devido à ausência de infraestrutura na localidade, o rio Sarapuí e o córrego Socorro acabavam de certa forma sanando partes das necessidades de abastecimento de água e de esgoto da região.

A atração das pessoas para o bairro da Chatuba se deu primeiramente devido à citricultura da laranja, os trabalhos nas colheitas atraiam pessoas de diversas partes do Brasil. Segundo Maria Fatima de Souza Silva a presença da citricultura da laranja na Baixada Fluminense contribuiu para a imigração de pessoas notadamente de fluminenses e de mineiros interessados no trabalho nas colheitas (SILVA, 2005).

A imigração em massa para o bairro Chatuba surgiu a partir dos anos de 1930, com as obras de saneamento básico da Baixada Fluminense. A imigração para o bairro se intensificou nos anos 1950, devido a alta dos preços de imóveis nas áreas suburbanas no Município do Rio de Janeiro. A alta dos preços dos imóveis no subúrbio carioca favoreceu o deslocamento de levas de trabalhadores de baixa renda que habitavam o subúrbio do Rio de Janeiro a se deslocar para a Baixada.

A busca por melhores condições de vida fazia com que pessoas de características rurais migrassem para as grandes cidades. O crescimento industrial na cidade do Rio de janeiro passou a atrair numerosa mão-de-obra, a falta de moradias no centro do Rio faz com que essas pessoas migrem para as áreas periféricas, suburbanas e para a Baixada Fluminense. (ABREU, 2013)

Torna-se necessário ressaltar que a origem populacional no bairro da Chatuba varia-se de mineiros, cariocas, fluminenses e de nordestinos, pessoas de baixa renda atraídas pelo alaranjado, preços baixos dos lotes e principalmente pela proximidade com a estrada de ferro (SILVA, 2005), (BARROS, 2010) e (ABREU, 2013). A eletrificação da ferrovia Central do Brasil, a inauguração da Avenida Brasil e abertura ao tráfego da Rodovia Presidente Dutra contribuíram para o processo de imigração em massa para o bairro da Chatuba (SOUZA, 2004)

Segundo os moradores mais antigos, Chatuba já ficou conhecida como “bairro Delamare”. A antiga proprietária de suas terras, o Banco Delamare, foi a principal responsável pelo processo de loteamentos no bairro, contribuindo consequentemente no surgimento do bairro Chatuba. Segundo Ney Alberto Gonçalves de Barros o processo de loteamentos do bairro Chatuba se iniciou em 1951 com o antigo Banco Delamare (Barros, 2004).

FIGURA 5: Rua Lídia, ano de 1958.

FONTE: TAVARES, 2007, p.134.

Antes da ocupação do Banco Delamare, havia várias famílias camponesas que dependia da subsistência da agricultura. Nesse período o bairro era uma fazenda conhecida e chamada Chatuba. Com a titulação de posse do Banco Delamare, várias famílias sofreram ameaçadas de despejo, ocasionando um grande desespero e conflito entre essas pessoas (IMPRENSA POPULAR, 1952).

A fazenda da Chatuba antes de sua decadência e conquista do Banco Delamare pertenceu ao antigo proprietário chamado Manuel Eamalheda, o mesmo além de possuir as terras na Chatuba

também possuía uma fábrica de fogos. Os terrenos foram hipotecados ao Banco Delamare, porém mais tarde este se declarou dono do território (IMPRENSA POPULAR, 1952).

O surgimento e a imigração dos lavradores na região se deram devido o arrendamento do antigo proprietário Manuel Eamalheda. Com a mudança de dono os pequenos produtores passaram a pagar o aluguel ao encarregado pelo Banco Delamare, Cordovil Germano. Com o passar do tempo o cobrador Cordovil Germano se negou a receber o aluguel dos camponeses alegando que as terras seriam loteadas e vendidas. (IMPRENSA POPULAR, 1952)

Sem nenhuma indenização aos camponeses, o Banco Delamare iniciou o processo de loteamentos na região, contribuindo consequentemente em inúmeros prejuízos as famílias agrícolas do território. A invasão dos tratores gerou prejuízo e destruição das terras cultivadas que era a principal fonte de sustento para essas famílias. As muitíssimas reclamações dos pequenos produtores ao diretor do Banco fez com que o mesmo prometesse a pagar os estragos ocasionados pelos tratores. Vale ressaltar que em nenhum momento o diretor do Banco prometeu indenizar os agricultores que se retiraram do território ou muito coloca-los em outra região propícia ao cultivo. Além do Banco Delamare surgem novos proprietários de terras na região atraídos pelos lucros das vendas dos lotes, contribuindo no aceleramento expulsão da classe camponesa local (IMPRENSA POPULAR, 1952).

CONCLUSÃO

Podemos concluir que a formação urbana no bairro da Chatuba se deu devido à posse de terra do antigo Banco Delamare, que contribuiu com o processo da formação do bairro. O surgimento urbano na localidade trouxe prejuízo à antiga população rural existente na região, tornando o território atrativo para lucros e venda de lotes. Os baixos preços dos terrenos e a facilidade de pagamento fizeram com que acelerasse a formação e surgimento urbano na região. A proximidade com a estrada de ferro, o surgimento da Avenida Brasil e da Rodovia Presidente Dutra, contribuíram para o acesso e a imigração extensa para o bairro da Chatuba.

BIBLIOGRAFIAS

ABREU, MAURÍCIO DE ALMEIDA. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4º edição. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

BARROS, GISELE DE JESUS. *Nossas Ruas têm História Mesquita/ RJ. Rio de Janeiro*. Edição do autor. 2011.

BARROS, NEY ALBERTO GONÇALVES DE. Do Pouso da Cachoeira ao Município de Mesquita (1692-1999)**.** In: Gênesis Tôrres (Org.). *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. São João de Meriti, RJ: IPAHB, 2004.P.177-181.

IMPRENSA POPULAR. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional 01142(1),1952.P.8.

NOGUEIRA, MARCUS ANTONIO MONTEIRO. A fazenda São Mateus. In: Gênesis Tôrres (Org.). *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. São João de Meriti, RJ: IPAHB, 2004. P.85-89.

PERES, GUILHERME. Itinerários. In: Gênesis Tôrres (Org.). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, RJ: IPAHB, 2004. P.122-123.

RODRIGUES, ADRIANNO OLIVEIRA. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 90`s): economia e território em processo*. 2006.121f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro. 2006.

SILVA, MARIA FATIMA DE SOUZA. *Das Terras de Mutambó ao Município de Mesquita – RJ: Memórias da Emancipação nas vozes da Cidade*. 2005.148f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de janeiro 2005.

SIMÕES, MANOEL RICARDO. *A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense*. 2006.292f. Dissertação (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociência da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2006.

SIMÕES, MANOEL RICARDO. Processo de Produção do Espaço da Baixada – Décadas De 1930/1970. In: Gênesis Tôrres (Org.). *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. São João de Meriti, RJ: IPAHB, 2004. P.148-155.

SOUZA, SOLANI MARIA. A Memória dos Laranjais na Cidade dos Loteamentos. In: Gênesis Tôrres (Org.). *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. São João de Meriti, RJ: IPAHB, 2004. P.138-147.

TAVARES, ROSSANA BRANDÃO. *As várias Mesquitas de várias Baixadas*. 2007.143f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.

Revista Digital Simonsen
Como citar: SILVA, Adrie Dealis Bilhéo. *Mulheres Vikings na Idade Média: Abordagens e Representações nas Sagas Islandesas (SÉC.XIII). In:* Revista Digital Simonsen, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: *www.simonsen.br/revistasimonsen* ISSN:2446-5941

HISTÓRIA

MULHERES VIKINGS NA IDADE MÉDIA: ABORDAGENS E REPRESENTAÇÕES NAS SAGAS ISLANDESAS (SÉC. XIII)

Por: Adrie Dealis Bilhéo da Silva[1]

[1]Graduando em Licenciatura em História pelas Faculdades Integradas Simonsen, Bolsista do Programa de Iniciação Científica das FIS e membro pesquisador do GELHIS (Grupo de Estudos da Licenciatura em História). adriedealis@gmail.com

Revista Digital Simonsen

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo proporcionar uma reflexão a sobre relação de gênero e a religião na Idade Média, especificamente na sociedade escandinava, analisando o comportamento feminino por meio das Sagas Islandesas (séc. XIII). A pesquisa visa demonstrar as diferenças do papel social da mulher pagã e da mulher cristã Viking, quais os limites impostos a elas, analisando as transformações sofridas pela mulher Viking neste período transitório para o cristianismo.

INTRODUÇÃO

A marginalização das mulheres é perceptível ao longo de toda produção historiográfica, a construção da imagem feminina é realizada sob o olhar dos homens. Não seria diferente durante a Idade Média, na qual toda documentação disponível foi escrita em sua maior parte por homens letrados como os padres e monges. No entanto a preocupação com o resgate de histórias das mulheres, incentivado pelo engajamento feminista iniciado nos anos de 1960, principalmente ligado à historiografia social e estudos antropológicos, vem acontecendo em um número cada dia mais crescente.

Segundo José Rivair Macedo (2002) na Idade Média, assim como em outros momentos históricos, a sociedade estabeleceu limites e papéis de comportamento para ambos os sexos. Porém eram os homens que estavam no controle, delimitando regras e valores éticos cristãos ou o ideal de guerra encontrado nas sociedades pagãs[2]. Entendendo a religião como um fenômeno de origem social, sendo assim uma leitura também cultural na qual através dos mitos, ritos e símbolos é possível compreender de forma parcial o "ethos" [3] de um povo, investigá-la propícia um entendimento a respeito de suas ideias e sentimentos a respeito da sociedade. A religião incentiva de forma consciente e inconsciente um comportamento humano desejável para a ordem social. Avaliando por meio dessa leitura é possível observar a exclusão da participação feminina no jogo do poder, características encontradas em sociedades cristãs e até mesmo em outras religiões.

É nessa perspectiva que essa pesquisa pretende se estabelecer, por meio das fontes literárias, como as Sagas Islandesas[4], a Saga dos Groenlandeses e Saga de Eiríkr, o Vermelho, conhecidas como as Sagas de Vínland, ambas compiladas por volta do século XIII. De acordo com Maltauro as

[2]MACEDO, JOSÉ RIVAIR. A Mulher na Idade Média. 5° ed. São Paulo: Contexto, 2002. p.10
[3]GEERTZ, CLIFFORD. A Interpretação das Culturas - 1° ed. 13° reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p.92
[4]Para um estudo mais detalhado sobre as Sagas Islandesas consultar Patrícia Pires Boulhosa, "Sagas islandesas como fonte da história da Escandinávia medieval" originalmente publicado em *Signum 7* (2005) 13-39; disponível em http://www.boulhosa.net/artigos.htm com paginação independente.

Sagas fazem parte das principais fontes literárias e históricas em relação às antigas tradições da sociedade escandinava medieval. Por intermédio dessas narrativas "sabe-se que tais fontes misturam material legendário com feitos históricos sendo possível observar em suas entrelinhas inúmeros aspectos sócio-políticos" *(2005: 33)*.

Por se tratar de contos escandinavos pertencentes aos chamados povos germânicos, combinam elementos relacionados aos cultos pagãos no arcabouço das fontes. Esta investigação também deve considerar as narrativas do historiador romano Cornélio Tácito. A proposta é entender a influência da religiosidade durante a Idade Média analisando os limites impostos as mulheres Vikings[5] e a construção de papéis sociais durante o período pagão, bem como no advento da transição para o cristianismo.

Para Perrot a mulher medieval se manteve na organização social de forma periférica, ou seja, sua participação estava atrelada diretamente ou indiretamente ao cotidiano dos homens, deixando assim, sua contribuição cultural para formação das sociedades.

> Se ela não tem o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes. No Ocidente Contemporâneo, elas investem no privado, no familiar e mesmo no social, na sociedade civil. Reinam no imaginário dos homens, preenchem suas noites e ocupam seus sonhos. (1988, p. 167)

Nosso maior objetivo é demonstrar o dinamismo da participação feminina durante o medievo escandinavo, bem como relacionar a ideologia de gênero. Como afirma Butler à construção dos significados do gênero estabelecidos culturalmente delimita um padrão comportamental desejado à manutenção da ordem criada.

> Quando a cultura relevante que constrói o gênero e compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é destino. Neste caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (2003, p. 26)

As histórias da colonização da Groelândia e da descoberta e ineficaz tentativa de colonizar a América do Norte (região do atual Canadá) [6] pelos Vikings encontradas nas Sagas dos Groenlandeses e de Eiríkr, o Vermelho, retratam duas mulheres com os mesmos nomes, porém com comportamentos diferentes, mas ambas desempenham papel fundamental nas expedições de

[5]A origem da palavra Viking deriva do nórdico víkingr que representava os comerciantes e aventureiros que velejavam para outras regiões. Segundo Johnni Langer nenhum escandinavo se reconhecia como viking, a expressão passou a ser utilizada por volta do século XVIII para designar os habitantes da Escandinávia medieval (séculos VIII a XI, conhecida como a Era Viking), e atualmente é utilizado por grande parte de pesquisadores dessa temática. C.f LANGER,JOHNNI. Deuses, Monstros, Heróis: ensaios de mitologia e religião viking. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. p.169

[6]Para os interessados no conteúdo histórico das Sagas conseguirá obter na internet detalhes das expedições que os vikings realizaram na América do Norte. Existem sites que apresentam as descobertas arqueológicas bem como artefatos que mencionam a presença dos escandinavos no Canadá: http://whc.unesco.org/fr/list/4 e http://www.pc.gc.ca/eng/lhnnhs/nl/meadows/natcul/decouverte_discover.aspx.

colonização, suas participações delimitam de forma parcial a imagem feminina na Escandinávia medieval (séculos X e XI).

SAGA DOS GROENLANDESES

A Saga dos Groenlandeses se enquadram nas Íslendingasögur, conhecidas como as sagas de famílias. A saga em questão, de maneira geral, narra às sucessivas expulsões de Eirikr, o vermelho da Noruega devido assassinatos e da Islândia por conta das brigas e discórdias com os habitantes da ilha, Eiríkr foi declarado proscrito na Assembleia de Thórsnes e empreendeu expedições de descoberta e colonização da Groenlândia. Também relata a posterior chegada às terras a oeste da Groenlândia, na qual reconhecemos ser a América do Norte[7].

GUDRID THORBJARNARDÓTTIR

Após as expedições de Eiríkr zarpar em busca das terras que lhe foram informadas da existência a oeste da Islândia, o explorador se depara com essas terras e se fixa ao lugar dando-lhe o nome de Groenlândia.[8] Conta-se que para essa empreitada vinte e cinco navios foram enviados, mas apenas quatorze conseguiram chegar, e isso se deu quinze invernos antes do Cristianismo ser estabelecido na Islândia.[9] Posteriormente a essa expedição, Leifr filho de Eiríkr, o vermelho realizou uma nova jornada em busca de novas terras, a oeste das que o seu pai encontrou. Leifr contratou uma tripulação e solicitou a companhia de seu pai, que se recusou, devido a sua idade avançada.

Segundo Langer: (...) "os vikings foram um povo construtor de navios com uma cultura dedicada ao mar. A expansão de sua civilização e de suas conquistas deve-se diretamente ao seu conhecimento em tecnologia náutica, a mais sofisticada de toda a Idade Média". (2009:176). Leifr então encontra essas terras e decide então povoa-la e explorá-la e decide nomeá-la de Vínland (Terra das Parreiras) devido às diversas riquezas encontradas. Então Leifr Eiríksson opta retornar a Groenlândia para contar a sua então descoberta, mas se depara com uma pequena ilha habitada, resolvendo oferecer ajuda para as pessoas ali encontradas. Dentre essas pessoas estão Thórir e sua mulher Gudrid. Por esse feito Leifr ficou conhecido como o afortunado, devido suas riquezas e sua honra. Naquele mesmo Inverno uma doença atingiu o grupo encontrado com Thórir e Gudrid, e alguns de seu bando morrem juntamente com o próprio Thórir além de Eiríkr, o vermelho.

---

[7] ANÔNIMO: Três Sagas Islandesas; tradução e posfácio Théo da Borba Moosburger. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, pág 64.

[8] Grœnland significa Terra Verde.

[9] Na Escandinávia e na Islândia os habitantes eram pagãos, e a transição para o Cristianismo aconteceu de forma gradual em cada região. Na Islândia o Cristianismo foi adotado por volta do ano 1000.

Gudrid Thorbjarnardóttir que foi mencionada anteriormente como esposa de Thórir, se casara com Thorsteinn, um dos filhos de Eiríkr, o vermelho[10]. Thorsteinn decide realizar outra expedição para Vínland, pois desejara encontrar o corpo de seu outro irmão Thorvarldr que havia sido morto por um Skrælingar[11]. Então Thorsteinn organiza uma tripulação com vinte e cinco homens além de sua mulher Gudrid. Ela passa então a acompanhar todas as jornadas marítimas e exploratórias. Partem então para o seu objetivo, mas devido às condições náuticas saíram de sua rota não sabendo ao certo a sua localização. Então Thorsteinn decide procurar abrigo ao seu grupo conseguindo acomoda-los ficando somente ele e Gudrid em seu navio. Novamente uma forte doença atinge o grupo de Thorsteinn, submetendo o falecimento do mesmo. Gudrid muito abalada com a morte de seu marido, que antes de morrer lhe havia feito uma previsão para o seu futuro dizendo que iria se casar com um homem muito nobre de origem islandesa e viveriam por muito tempo juntos na qual teriam filhos honrosos, destemidos e brilhantes. Thorsteinn ainda acrescentou que Gudrid iria se fixar na Islândia se tornando uma freira e realizaria uma peregrinação para Roma[12]. Gudrid com ajuda de um fazendeiro que lhe prometerá ajudar a retornar para Groelândia volta para junto de Leifr. Naquele mesmo verão parte da Noruega para Groenlândia um navio liderado por um homem nobre conhecido como Thorfínnr Karlsefni que logo se apaixona por Gudrid pedindo-lhe em casamento.

Ela deixa que Leifr responda por ela, na qual permite que o casamento se realizasse. Quem escolhia o marido para as filhas eram os pais, porém elas não eram obrigadas a casar, a iniciativa partia do noivo o de seu pai que realizava a proposta para o pai ou guardião da noiva. (2009: 175).

Naquele tempo falava-se novamente em uma nova expedição para Vínland, pressionados pelas as pessoas e principalmente por Gudrid, Kalrsefni organiza uma tripulação com sessenta homens e cinco mulheres. Ao chegar às terras almejadas ele logo determina a construção de habitação e exige a coleta das riquezas da região. Kalrsefni se depara com os Skrælingar e consegue estabelecer uma troca de recursos e por um certe tempo convivem em harmonia. É também nesse período que nasce o filho de Gudrid e Kalrsefni, chamado de Snorri. Gudrid juntamente ao berço de seu filho recebe de forma misteriosa a presença de uma mulher de túnica escura, que tinha uma estatura baixa, cabelos castanhos claros e tinha os olhos bem enormes, estava portando uma faixa em torno da cabeça. Gudrid muito assustada com a situação pergunta quem é aquela pessoa em sua frente que curiosamente chama-se também de Gudrid, depois de passado o susto, a senhora da casa solicita que sentasse ao seu lado, mas ao mesmo tempo ocorre então um desentendimento entre Skrælingar que foi morto por um homem do grupo de Kalrsefni fazendo que essa aparição

[10] Na sociedade viking nem idade e a virgindade eram problemas para que as mulheres se casassem. Sendo assim elas poderiam ao longo de sua vida ter vários maridos.
[11] Eram como os nórdicos chamavam os habitantes encontrados a oeste da Escandinávia e Islândia.
[12] Gudrid é apresentada nessa saga como uma mulher cristã, muito inteligente e bela e que sabia conviver em harmonia entre as pessoas.

misteriosa desaparecesse. A Saga narra que houve uma batalha entre eles com a vitória de Kalrsefni que logo depois preferiu voltar para Groenlândia temendo o retorno dos Skrælingar[13].

A descrição de Gudrid Thorbjarnardóttir na saga condiz com o papel da mulher na Escandinávia medieval que desde muito nova aprende a ser dócil e respeitosa, e que quando adulta detinha a função de cuidadora das tarefas domésticas, das crianças, enfermos e idosos e de todas as atividades relacionadas ao cuidado da família. De acordo com Langer as chaves que ficavam presas ao cinto simbolizava a importância da mulher na estrutura familiar, quando ausentes os homens, elas seriam responsáveis do controle da casa. (2009:175) Tácito revela: "Nenhum homem forte e belicoso se inclina ao trabalho, pois entregam ao cuidado das mulheres as moradas, os serviços domésticos e os do campo" (Tácito cap. XV).

Por ser tratar de uma saga que retrata as histórias e aventuras colonizadoras dos habitantes da Escandinávia durante o século XI na qual o mundo nórdico pagão passava por um momento de contato e lenta transição ao Cristianismo é possível visualizar nos personagens da narrativa e principalmente na figura de Gudrid, elementos da religião pagã e comportamentos em sintonia com características do Cristianismo. No episódio onde Thorsteinn em seu leito de morte realiza uma previsão para o futuro de Gudrid define uma inversão de papeis sociais predominante na Era Viking. A prática da realização de adivinhação e clarividência[14] na Escandinávia era fundamentalmente feminina, e quando praticado por homens delimitaria uma quebra de prestígio estrutural na organização da sociedade na Era Viking. Langer afirma:

> Mas ainda, os homens que realizariam tal prática seriam acometidos de certa fraqueza e ansiedade, trazendo tanta vergonha e efeminação que o seiðr seria praticado majoritariamente por mulheres (Ynglinga saga). Nas fontes literárias, o rito mágico é preponderante com figuras femininas, e alguns praticantes masculinos teriam sido queimados pelo envolvimento no ritual (Harald saga hárfgra 36). (2015, p. 43)

É possível verificar que Gudrid ao retornar para Groenlândia com a ajuda do fazendeiro, retorno para a proteção de Leifr, irmão do marido morto mencionado anteriormente. E quando é apresentado o interesse de Karlsefni em se casar com Gudrid, a mesma solicita a permissão de Leifr para realizar de tal evento. Gudrid em nenhum momento contesta ou debate sobre qualquer ordem, apresentando que independente da estratificação social a mulher era submissa às decisões de seus familiares. Segundo Maltauro a submissão feminina perante a sua família confirma o contexto

[13] ANÔNIMO: Três Sagas Islandesas; tradução e posfácio Théo da Borba Moosburger. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, pág 79.

[14] Na Era Viking existiam diversas práticas magicas, dentre elas o Seiðr, praticadas por estruturas religiosas e inseridas em comunidades de caráter rural na Escandinávia.

histórico na organização social dos germanos e escandinavos. (2005:38). As características de Gudrid combinam submissão e feminilidade, demonstrando um cenário típico delimitado à representação da mulher escandinava durante a Idade Média.

FREYDÍS EIRÍKSDÓTTIR

Na saga dos groenlandeses a personagem é descrita como filha de Eiríkr, o vermelho. Ela era casada com Thorvardr e viviam na Groenlândia, naquele tempo a população da ilha ainda eram pagãos. Freydís era uma mulher extremamente orgulhosa e seu marido não obtinha nenhuma influência de acordo com a narrativa. A participação de Freydís na saga surge no momento na qual Karlsefni retorna de Vínland. A filha de Eiríkr, o vermelho demonstra muito interesse nas terras recém-descobertas[15]. Acontece que chega à Groenlândia um navio liderado pelos irmãos de origem islandesa chamados de Helgi e Finnbogi e em seguida ela foi ao encontro dos irmãos e propôs um acordo, para que os irmãos juntamente com ela realizassem uma nova expedição para Vínland e que dividissem todas as riquezas de lá obtidas. Freydís e os irmãos realizaram um novo trato, na qual ambos os navios partiriam contendo uma tripulação de trinta e cinco homens, não contando com as mulheres. Acontece que Freydís quebra a palavra e leva em seu navio cinco homens a mais, escondendo-nos dos irmãos que só descobrem ao chegarem a Vínland. Por conta da navegação os irmãos chegaram primeiro em terra e logo descarregaram o seu navio e transportaram suas cargas as habitações feitas por Leifr. Freydís demonstrou não ficar satisfeita com atitude dos irmãos reclamando que as habitações de seu irmão foram emprestadas para ela. Helgi e Finnbogi mesmo descontentes com a situação abandonaram as casas feitas por Leifr e construíram uma nova para ele[16].

Nota-se que o papel desempenhado por Freydís como líder e organizadora de uma expedição marítima demonstra uma inversão da realidade na Escandinávia medieval, pois era responsabilidade dos homens essa atividade. Na saga é Freydís que demonstra interesse nas terras encontradas, além das negociações e acordos realizados com os irmãos islandeses. No entanto mesmo manifestando interesse pelas as terras e riquezas, Freydís parece ser dependente do suporte masculino para empreender as viagens, não podendo por conta própria a realização de uma incursão marítima.

Freydís desempenha um papel de dominação, evidenciando interesse na obtenção de riquezas para legitimar sua posição social dentro da sociedade. Para Perrot os recentes estudos realizados em relação ao papel da mulher evidenciam a presença das mulheres, e a totalidade de

[15] ANÔNIMO: Três Sagas Islandesas; tradução e posfácio Théo da Borba Moosburger. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, pág 79.
[16] ANÔNIMO: Três Sagas Islandesas; tradução e posfácio Théo da Borba Moosburger. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, pág 80.

suas participações, mesmos inseridos dentro de uma lógica cultural é possível constatar a existência de poderes (1988:170). Segundo esses estudos de gênero, esses poderes:

> (...) informais das mulheres controlam de fato a parte mais importante dos recursos e decisões; nessas condições, a perpetuação do "mito" do poder masculino serve ao interesse dos dois "gêneros"; por trás da ficção desse poder, as mulheres podem desenvolver à vontade suas próprias estratégias. (1988, p.171).

No inverno, numa tentativa de reconciliar os dois grupos os irmãos realizaram um festejo e desejaram que tivessem jogos e diversão, no entanto houve desentendimento entre eles fazendo que entre os grupos não existissem mais contato por todo aquele inverno. A saga conta que em uma manhã Freydís caminha em direção à casa dos irmãos e pede para eles que trocassem de navio, pois era de tamanho maior e explicou que desejara ir embora de Vínland, Finnbogi aceita sua proposta[17]. Acontece que ao retornar a sua morada Freydís relata ao seu marido que fora barganhar o navio dos irmãos, porém enfurecidos lhes trataram muito mal e surraram-na. Ela desafia Thorvardr para que vingasse sua honra e sua humilhação ameaçando-o se separar caso não fizesse. De acordo com Langer "todos os escandinavos dependiam de sua família para obter alimentos, abrigo, companhia e, principalmente, proteção e vinganças". (2009: 173-174).

O marido não suportando as queixas da sua esposa ordenou que seus homens se fortificassem e solicitou a ida imediata a casa dos irmãos. Segundo Tácito: "Além disso, acreditam que o sexo feminino possui algo divinatório e de profético, pois não desprezam seus conselhos nem deixam de cumprir seus pedidos." (Tácito cap. VIII). Enquanto dormiam os homens de Thorvardr amarraram-nos e levavam-nos para fora da casa. Freydís mandava matar cada homem que saia da casa, restando apenas às mulheres, pois ninguém desejava matar. Então Freydís pega um machado e mata todas as mulheres que ali estavam e ainda ameaçou a seu grupo dizendo que mataria a quem contasse o ocorrido e se perguntassem sobre o paradeiro dos irmãos deveriam dizer que permanecerem em Vínland[18].

De acordo com a saga, Freydís incita seu marido a realizar a vingança pela suposta violação sofrida pelos irmãos. Maltauro diz que na sociedade escandinava medieval, no que se refere à lei para execução de vingança era destinado a qualquer familiar direto e indireto, como os maridos, filhos, genros e cunhados. (2005 :39). No entanto, o papel feminino era encorajar a vingança, pois conforme é demonstrado em diversas sagas, um dos poderes e direitos das mulheres na era Viking era de persuadir com a finalidade de conseguir um determinado objetivo.

---

[17] ANÔNIMO: Três Sagas Islandesas; tradução e posfácio Théo da Borba Moosburger. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, pág 81.

[18] ANÔNIMO: Três Sagas Islandesas; tradução e posfácio Théo da Borba Moosburger. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, pág 82.

Freydís e seu marido organizaram e prepararam uma expedição para voltar à Groenlândia, utilizando o navio que pertenceu aos irmãos e levando com eles todas as riquezas da terra extraída. Ao chegar, ela a fim de que ocultassem o ocorrido, partilha grande parte das riquezas para seu grupo, mas nem todos foram comedidos sobre o episódio em Vínland, chegando aos ouvidos de seu irmão Leifr, que entristecido com a maldade dela não realiza o castigo em que ela merecia apenas lhe desejara uma profecia em que todos os descendentes de Freydís desfrutassem de pouca prosperidade.

O comportamento de Freydís nas expedições demonstra uma mescla entre ferocidade, poder de persuasão e autoridade, que por meio de sua influência social é capaz de realizar atividades de preponderância masculina na Escandinávia medieval. É interessante notar também a coragem na execução das mulheres, por ela mesma assassinada. Embora governar e realizar expedições fossem função masculina, quem efetuava as decisões era a filha de Eiríkr, o vermelho, entretanto, é possível visualizar características da submissão feminina diante aos homens. Perrot salienta que é preciso relativizar a questão de gênero, não existindo um modelo geral autêntico para todas as sociedades. (1988:171) Assim, a participação de Freydís na saga é interessante, pois demonstra ora elementos de submissão e outros de rompimento com os padrões sexuais estabelecidos na estrutura social na Era Viking.

A SAGA DE EIRÍKR, O VERMELHO

Essa saga , assim como a narrativa dos groenlandeses, analisada anteriormente, se engloba nas sagas de família e colonização da Islândia, titulada como Íslendingasögur. Esse relato, de maneira similar, também narra às expedições Vikings de colonização da Groenlândia e posterior descoberta da América do Norte (Canadá) realizada durante os séculos X e XI. Eiríkr, o vermelho devido a uma sucessão de conflitos e brigas na Islândia é julgado e condenado, sendo expulso da ilha. É descrito na saga que Eiríkr descobre terras a oeste da Islândia, em que resolver chamar de Groenlândia, construindo habitações e morando na ilha. Como mencionado, essas duas sagas narram a mesmas histórias, mas contendo alguns desacordos, que podem ser observadas nos relatos na qual citam as participações das mulheres nas expedições colonizadoras. Investigaremos as representações das personagens Gudrid e Freydís novamente.

GUDRID THORBJARNARDÓTTIR

Na saga de Eiríkr, o vermelho, Gudrid é apresentada como filha de Thorbjörn, ela era uma mulher bela e distinta, sabendo se comportar em qualquer circunstancia. Ormr um fazendeiro amigo

de seu pai cuidava dela[19]. Conta-se que Einarr, que era um rico comerciante demonstra interesse e se casar com a filha de Thorbjörn. No entanto ele encontra certa dificuldade, pois de acordo com a saga ela era uma mulher muito difícil de conseguir porque era exigente com relação a maridos, como também era o seu pai. Após a descrição do casamento, é relatado que na Groenlândia a população passava por uma grande fome. Na habitação do fazendeiro conhecido como Thorkell na qual acolhia todos os membros do pai de Gudrid, existia uma mulher entre o grupo que se chamava de Thorbjörg (pequena sibila) que de acordo com a narrativa era única adivinha remanescente de um grupo de nove irmãs adivinhas. Thorkell convida a adivinha em uma festividade para realizar uma previsão do futuro, desejando saber quando iria terminar a escassez de alimentos na ilha. Segundo Langer a prática de adivinhação e profecias era função das Spákonas (mulheres profetisas). Sendo essa ocupação era predominantemente feminina encontrada referencias dessas atividades tanto nos tempos pagãos como durante a transição para Cristianismo (2015:50). É organizada uma recepção para a adivinha, que informou efetuar os rituais para realização da magia profética na manhã do dia posterior a festividade. Foi solicitado por ela que encontrasse todas as mulheres conhecedoras da habilidade de evocar espíritos. Foi procurada por toda fazenda alguma mulher versada nessa prática. Quem se pronuncia dizendo saber conjurar essa magia é Gudrid, de acordo com ela, aprendeu essa habilidade com sua mãe de criação, esposa de Ormr. Por ser uma mulher cristã, segundo a saga, Gudrid não estava confortável de realizar um ofício feito por mulheres pagãs, porém é pressionada por Thorkell para tal atividade. Gudrid faz o canto e juntamente com a profetisa conjura os espíritos, sendo informados que aquela escassez de alimentos logo terminaria. Agradecida pela ajuda de Gudrid, a adivinha lhe realiza uma profecia, dizendo que iria se casar na Groenlândia, mas que não iria prolongar-se, pois estava destinada a ir ter filhos e ir viver na Islândia.

O comportamento de Gudrid nesse episódio propicia um entendimento sobre as relações sociais na Escandinávia durante a passagem para o Cristianismo. Na saga é relatado que Gudrid é uma mulher cristã, mas por pertencer a uma sociedade na qual o paganismo ainda se manifestava, demonstra respeitar os costumes e praticas realizada por algumas pessoas na Groenlândia. Ao que se parece o personagem de Gudrid é inserida dentro de um ambiente tipicamente feminino, onde a magia e a profecia atribuíam-se a figura da mulher na era viking. Segundo Geertz:

> Na crença e na prática religiosa, o *ethos* de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida. (2008, p.67).

[19] Segunda a tradição viking, o costume de pegar ou cuidar de parentes de outras pessoas era uma prática comum.

A saga de Eiríkr, o vermelho, narra o segundo casamento de Gudrid com um dos filhos de Eiríkr, o vermelho, conhecido com Thorsteinn. Eles viviam em uma habitação de um fazendeiro na Groelândia. Então moravam na fazenda o fazendeiro e sua mulher Sigrídr juntamente com Thorsteinn e Gudrid. Conta-se que surgiu uma forte doença na fazenda logo no inicio do inverno, e outros q moravam por perto adoeciam e logo tardaria a falecer. Acontece que Gardi, um supervisor de trabalho, é o primeiro a ficar doente e em seguida a mulher do fazendeiro e o filho de Eiríkr. Gudrid escuta de Thorsteinn o seu último pedido que gostaria que enterrasse seu corpo próximo a uma igreja junto com outras pessoas que morreram lá e o corpo de Gardi deveria ser queimado em uma pira, pois segundo Thorsteinn ele era o causador de todas essas mortes[20]. Após o falecimento de seu marido, Gudrid permanece com todos os bens, e ela é acolhida por Eiríkr, o vermelho[21].

Posteriormente a esse incidente, aparece na Groenlândia um homem nobre e rico chamado Thorfinnr Karlsefni. Ele faz um pedido de casamento para Gudrid, e Eiríkr que ficou responsável da sua tutela, recebeu bem a proposta e logo realiza a cerimônia. Realizado o matrimônio manifesta-se interesse por parte de Karlsefni de empreender uma expedição para Vínland. Foi organizada uma expedição com cento e quarenta homens e eles velejaram costeando as ilhas a oeste da Groelândia.

Após encontrar Vínland, Karlsefni decide seguir ao sul do continente em busca de terras em condições melhores, ao chegarem, se deparam com homens com canoas de couro, de acordo com a saga, eram um grupo grande, que pareciam estar pescando ao longo do rio[22]. Karlsefni decide montar acampamento próximo a esses homens, que inicialmente aparentavam ser amistosos realizando trocas comerciais. Acontece que um, um touro que pertencia o grupo de Karlsefni, correu para floresta mugindo muito alto, assustando os Skaelingar, que depois do ocorrido não realizaram mais comércio. Em seguida, aconteceu um grande confronto entre eles, e o líder da expedição decide voltar para Groenlândia. No trajeto da volta, ele permanece em algumas ilhas, se fixando por um tempo, sucede que Gudrid teve seu filho, chamado Snorri, e quando completados três anos de idade, decidem voltar para sua terra de origem devido às hostilidades com os nativos além da falta de mulheres na tripulação e no verão seguinte foram para Islândia. A saga conta que Snorri Karlsefnisson foi responsável por uma linhagem de bispos islandeses.

O personagem de Gudrid na saga é característico de uma mulher na Escandinávia medieval, ou seja, a representação feminina estava atrelada a sua conduta social, e sua participação demonstra

[20] Antes de o Cristianismo fixar-se na Groenlândia era costume aos povos pagãos queimarem os corpos nas piras logo ao falecerem. E segundo a saga, após a transição para Cristianismo se tornou uma prática popular enterrar os corpos próximo às fazendas e era cravada na altura do peito uma estaca, que posteriormente algum padre retirava, vertia água benta e realizava o culto.

[21] ANÔNIMO: Três Sagas Islandesas; tradução e posfácio Théo da Borba Moosburger. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, pág 105.

[22] Esses homens encontrados, de acordo com a Saga dos Groenlandeses analisada anteriormente, seriam os Skaelingar.

um comportamento comum vivido pelas mulheres vikings. Para Langer a figura de Gudrid Thorbjarnardóttir seria definida:

> Como transmissora do conhecimento, preservando a tradição mágica (ao conhecer o rito do Varðlokur) e tornando-se uma peregrina para Roma quando anciã, uma mulher-elo entre duas realidades diferentes, mas totalmente integradas (o Velho e Novo Mundo, o paganismo e o cristianismo). (2015, p. 58).

A descrição de Gudrid deve ser entendida como uma adaptação de uma nova realidade, onde, diferentes culturas, modos de viver e costumes se cruzam, e o resultado heterogêneo desse cruzamento é resultante de nova formação cultural. Essa mediação religiosa desempenhada por Gudrid de acordo com Le Goff, leva ao fascínio na sua figura, pois sua relevância está ligada as impressionantes participações nas expedições colonizadoras para os contemporâneos, e para os antigos pelo fato da ascendência de quatro bispos islandeses.(2013: 132). O deslumbre no personagem de Gudrid deve-se a importância na herança histórica, não tão evidenciadas nas sagas, sendo atribuição do historiador a destacá-la.

FREYDÍS EIRÍKSDÓTTIR

Na saga de Eiríkr, o vermelho, Freydís é mencionada como filha ilegítima de Eiríkr, o vermelho e que era casada com um homem chamado de Thorvardr. Foi organizada uma expedição por Karlsefni para Vínland, e conta-se que Freydís e seu marido acompanharam-nos. Ao encontrar as terras almejadas, Karlsefni e seu grupo permaneceram todo o verão na nova terra, não se preocupavam com nada, pois as abundancias das riquezas e de alimentos eram notáveis e viveram durante todo esse período realizando festividades. Acontece que um dia eles avistaram um grupo de indivíduos com canoas pescando ao longo de um rio, Karlsefni curioso arrisca-se a ir ao encontro desse grupo, a fim de conhecê-los. Resolve-se montar um acampamento mais próximo a esses indivíduos e no começo da primavera novamente foram avistados homens pescando, e dessa vez Karlsefni vai de encontro, com a finalidade de realizar comércio entre si. Skraelingar eram como os vikings chamavam esses homens encontrados em Vínland. Karlsefni oferecia tecidos vermelhos em troca de peles de animais, eles desejavam comprar as armas e escudos, porém Karlsefni não aceitou. E por muito tempo foi realizado essa negociação, até que um dia um touro trazido pelos vikings se solta e corre em direção à floresta, mugindo muito alto, amedrontando os Skraelingar que pegaram as sua canoas e fugiram para longe. E por um tempo prolongado não foram mais vistos esses homens[23].

Decorre que ao se passar umas três semanas, um grupo enorme surgiu, gritando muito alto, pegaram suas armas e avançaram nas tropas Vikings. Ocorreu uma grande luta entre eles, segundo a

[23] ANÔNIMO: Três Sagas Islandesas; tradução e posfácio Théo da Borba Moosburger. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, pág 116.

saga os Skraelingar tinham catapultas e alvejaram o grupo de Karlsefni, fazendo que recuassem para um desfiladeiro. Freydís observa todo aquele episódio e muito irritada pela postura de Karlsefni resolve ir ao encontro de seu grupo, demorando um pouco para acompanha-los, pois estava grávida, no entanto, ela foi avistada pelos Skraelingar que vão em direção a Freydís, ela acuada, encontra um homem morto no chão, pega a sua espada e coloca um dos seios para fora da roupa e começa a bater a espada em cima do seio amostra. Eles se assustaram com a atitude de Freydís. "Os agressores, aturdidos por uma cena tão insólita – combatidos furiosamente por uma mulher com cabelos de fogo e grávida -, acabaram fugindo do local". (Langer, 2009: 175-176). Karlsefni e seu grupo comtemplaram a sua boa sorte, e mesmo evidenciando que aquela terra era muito rica viveriam lá sempre temerosos por outros ataques dos Skraelingar, resolveu-se então ir embora rumo a sua terra de origem.

A descrição do comportamento de Freydís na saga destoa com o papel da mulher durante a era viking, a função da mulher era atrelada ao suporte doméstico. Mas em determinados casos, como das expedições colonizadoras, poderia realizar a defesa armada mediante as investidas. (2009: 175) Como é o episódio destacado na saga. No entanto o que Tácito descreve é que a posição da mulher na sociedade medieval era de apoio ao marido quando em guerra, e em casos de necessidade seria força auxiliar. Tácito destacou:

> Afim de que a mulher não se julgue desobrigada de pensamentos virtuosos nem alheia aos negócios da guerra é advertida, logo ao inicio do rito nupcial, de que deve partilhar com o marido dos trabalhos e dos perigos que ele enfrentar e lhe deve solidariedade perfeita nos sofrimentos e nas façanhas que alcançar, tanto na paz como nos campos de batalha. (Tácito cap. XVIII).

No entanto, as mulheres que Tácito cita, não são as mulheres nórdicas e sim as celtas. Embora não existem evidências arqueológicas da participação feminina em batalhas, em certos momentos a participação da mulher poderia estar presente, mas na maioria das vezes as mulheres estariam de fora das funções marciais. (2005: 34) A guerra na cultura escandinava era relacionada aos homens, e a inversão desses papéis afetaria as relações de poder existentes na era viking.

CONCLUSÃO

O emprego do conceito antropológico Ethos de Geertz e de gênero de Perrot nas Sagas dos Groenlandeses e de Eiríkr, o vermelho é útil para demonstrar a complexidade das relações sociais.

A religião como um dos meios de estudo cultural, na qual delimitam comportamentos desejáveis a ordem de uma sociedade, transmite um sentido lógico ou simbólico para as funções sexuais existentes. De acordo com Geertz o estudo antropológico da religião propicia um olhar amplo às representações simbólicas, onde ao reconstruir os papeis sócias e ideológicos é possível compreender a natureza da criação de um mito ou uma "verdade". (2008: 90) No entanto para

analisar uma cultura onde a sociedade se dividia em atividades predominantemente masculinas e femininas, foi fundamental a utilização do estudo de gênero, para isso, a aplicação dos estudos de Perrot na investigação. Procurou-se evidenciar a ação feminina nas sagas, a participação das mulheres e totalidade de seus diferentes papéis.

A maneira em que são representadas as mulheres nas sagas coloca em destaque o dinamismo de seus comportamentos, que através das praticas religiosas e cotidianas são capazes de demonstrar sua participação dentro da sociedade. Mesmo que essas mulheres façam parte de uma cultura religiosa em transição podemos vislumbrar as formas de agir, condutas de sociabilidade, resumindo as adaptações e mudanças sofridas por elas ao longo da Idade Média.

Nessa pesquisa examinamos duas mulheres importantes e fundamentais nas experiências colonizadoras, embora tendo os mesmos nomes, desempenham atividades distintas. As duas sagas analisadas relatam a mesma história, e por ser tratarem de transmissões orais e posteriores redações (século XIII), deve-se relativizar os desacordos entre elas, como também as participações de Gudrid e Freydís, entendendo essas divergências como elemento histórico que sofreu influência humana e temporal em sua memorização, ou seja, as sagas são fruto de propagação cultural que passou por mediação de seus respectivos escritores desencadeando em duas versões diferentes. Contudo, através destas versões podemos notar o dinamismo dos papéis exercidos pelas mulheres escandinavas na Era Viking.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMARIAS

ANÔNIMO: Três Sagas Islandesas; tradução e posfácio Théo da Borba Moosburger. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

TÁCITO. Germânia. Traduzido para o português disponível em: http://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/germania-98-d-c.

FONTES SECUNDARIAS

BOULHOSA, Patrícia Pires. “Sagas islandesas como fonte da história da Escandinávia medieval” originalmente publicado em *Signum 7* (2005) 13-39; disponível em http://www.boulhosa.net/artigos.htm com paginação independente.

BUTLER, Judith. P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade; tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Novos domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFF, Jacques Le. Homens e mulheres da Idade Média; tradução Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

MACEDO, JOSÉ RIVAIR. A Mulher na Idade Média. 5° ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MALTAURO, M. Â. A representação da mulher viking na Volsunga Saga. Brathair (Rio de Janeiro) v. 5, 2005. p. 32- 44.

LANGER, Johnni. Deuses, Monstros, Heróis: ensaios de mitologia e religião viking. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

_____ Na Trilha dos Vikings: estudos de religiosidade nórdica. João Pessoa: Editora da UFPB. 2015.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros; tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Revista Digital Simonsen
Como citar: VIEIRA, Mauro Sergio. *Entomologia Forense e Geoinformação – Inovação de um Banco de Dados Entomológicos. In:* Revista Digital Simonsen, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: *www.simonsen.br/revistasimonsen* ISSN:2446-5941

GEOGRAFIA

ENTOMOLOGIA FORENSE E GEOINFORMAÇÃO – INOVAÇÃO DE UM BANCO DE DADOS ENTOMOLÓGICO

Por: Mauro Sergio Vieira[1]

[1] Mauro Sergio Vieira, Mestrando em Ciências Ambientais pela Universidade Severino Sombra – USS, Especialista em Sensoriamento Remoto, Sistema de Informações Geográficas e Educação Ambiental - Professor das Faculdades Integradas SIMONSEN,maurosergio_vieira@yahoo.com.br, maurosergio.prof.geo@gmail.com

Revista Digital Simonsen

RESUMO

A demanda por informações aplicadas a planos de gestões tornam-se cada vez mais necessárias. Atualmente a Cartografia, apoiam essas demandas proporcionando sua base fundamental de conceitos e de tecnologias, trazendo colaboração e inovação aos conteúdos já tabulados, tornando as informações verdadeiras fontes de trabalho, aplicação e gestão próprias de dados anteriormente subutilizado. As Categorias de Informações Cartográficas se alinham com as suas classes e estas com suas divisões, propondo uma estratificação de informações que chegam aos níveis do Mapeamento Sistemático e Cadastral largamente utilizadas por Estados e Municípios onde a preocupação com a Gestão é item prioritário. A cada dia aparecem novos eventos, técnicos e acadêmicos, que podem robustecer as classes de informações da criadas, fundamentadas em documentos técnicos que norteiam as suas aquisições e edições oriundos da Diretoria de Serviço Geográfico do Exército. A Entomologia Forense é uma ciência que se utiliza dos insetos e da fauna cadavérica para a elucidação de casos onde a morte do indivíduo até então constitua um enigma. Os processos são regionalizados e não compartilhados. Pensando nisso, este artigo se propõe a criar uma classe denominada "entomologia forense" e agrega-la a Categoria Saúde e Serviço Social. Constituir e unificar bancos de dados em todas as regiões do Brasil e cruzar informações nele contidos e analisar os resultados que nortearam e apoiaram autoridades na tomada de decisões.

PALAVRAS-CHAVES: Banco de Dados Geográficos, Cartografia, Diretoria de Serviço Geográfico, Entomologia Forense.

SUMMARY

The demand for information applied to management plans becomes more and more necessary. Currently Cartography supports these demands by providing their fundamental basis of concepts and technologies, bringing collaboration and innovation to the already tabulated contents, making information true sources of work, application and management of data previously underutilized. The categories of Cartographic Information align with their classes and these with their divisions, proposing a stratification of information that reaches the levels of Systematic and Cadastral Mapping widely used by States and Municipalities where the concern with the Management is a priority. Every day new events, technical and academic appear that can strengthen the information classes of the maids, based on technical documents that guide their acquisitions and editions from the Army Geographic Service Directorate. Forensic Entomology is a science that uses insects and cadaveric fauna to elucidate cases where the death of the individual until then constitutes an enigma. The processes are regionalized and not shared. Thinking about it, this article

proposes to create a class called "forensic entomology" and adds it to the category Health and Social Service. Constitute and unify databases in all regions of Brazil and cross information contained therein and analyze the results that guided and supported decision makers.

KEYWORDS: Geographic Database, Cartography, Geographical Service Directorate, Forensic Entomology.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade sugerir a criação de uma nova classe de informação geoespacial denominada ***Entomologia Forense***. Para melhor entendimento do que ela pode representar serão definidas suas principais características e relacionamentos.

O artigo “Entomologia Forense: Os Insetos são de maior importância para a Ciência Criminal”, Grigulo, Maria Marta Marinoski. "ENTOMOLOGIA FORENSE: OS INSETOS DE MAIOR IMPORTÂNCIA PARA A CIÊNCIA CRIMINAL." *Jornada Integrada em Biologia* (2016): 47-58; denota que a Entomologia Forense é um ramo das ciências forenses que utiliza os insetos como indícios e vestígios para a elucidação de crimes violentos e ainda, é a ciência que utiliza a aplicação do conhecimento da biologia dos insetos e artrópodes para investigações criminais, sendo que sua maior contribuição ocorre por meio da estimativa de IPM (intervalo pós-morte) já que os insetos são os primeiros a chegarem no local onde se encontra o corpo. Expõe a fauna cadavérica em cada estágio da morte e principalmente a sucessão ecológica de inseto e artrópodes necrófilos e predadores que residem nos cadáveres, enfatizando a fauna que existe em maior abundância e que tem maior importância para a entomologia forense na resolução de casos judiciais. Os resultados encontrados indicam as preferências pelos estágios de decomposição e as diferenças de alimentação de cada espécie.

A ciência tem como principal fundamento o estudo dos insetos, seus comportamentos, desenvolvimento, etc. Aliando este conjunto aos casos forenses dos quais cada inseto tem importância fundamental para identificação dos casos pós morte a partir das datações cujas evidências, são reproduzidas pelos organismos que se alimentam dos materiais orgânicos.

OBJETIVO GERAL

A proposta deste artigo é abrir precedentes para incluir num banco de dados geoespacial, associado ao Sistema CARTOGRÁFICO NACIONAL, os dados coletados em campo pela Entomologia Forense e espacializá-los com a intenção clara de regionalizar as evidências e casos

¨que estariam associados aos diversos tipos e características dos insetos pertencentes às regiões de ocorrências, tendo após a análise das informações, um mapa com as evidências das espécies de insetos pertencentes às regiões, suas características biológicas, comportamentos, tempos de pupação, etc.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Como objetivo específico este artigo se propõe a tornar viável a criação de um Banco de Dados, denominado ***"Entomologia Forense"*** cujas características estarão associadas a uma Categoria de Informação Geoespacial, tornando-se uma das Classes desta Categoria. A manipulação desses dados ocorrerá em maneira análoga como ocorre na estrutura atual de Geoprocessamento e Geoinformação com a utilização de softwares de Processamento, Geoespacialização e consultas, como por exemplo: ArcGis, QGIS.

DESENVOLVIMENTO

A geoinformação já consta de vários trabalhos associados as gestões de diversos ramos de aplicações como por exemplo: Meio Ambiente, Sustentabilidade, Hidrografia, Relevo, Vegetação, Sistema de Transportes, Energia e Comunicações, Abastecimento de Água e Saneamento Básico, Educação e Cultura, Estrutura Econômica, Localidades, Pontos de Referência, Limites, Administração Pública, Saúde e Serviço Social. Todos esses campos de trabalho possuem subdivisões as quais as informações tornam-se elementos fundamentais nas suas gestões, compartilhamentos e aplicações. Geoespacializar, ou seja, tornar geograficamente visível e correta suas posições na Terra, constitui aspecto fundamental em conhecer o território e saber onde ocorrem as modificações nos cenários específicos de cada um desses exemplos.

No caso da Entomologia, propõe-se uni-la a uma categoria geoespacial e torná-la uma classe de informação. Construindo os relacionamentos necessários para associar os casos forenses, os insetos, suas características especificas em cada fase das suas evoluções às suas posições geográficas, evidenciando por áreas e características físicas regionais aos insetos específicos e que só busquem ocorrências em determinadas regiões geográficas. Este modelo parece sugerir que poderíamos cruzar informações em regiões geográficas diferentes, tornando viáveis informações que hoje se restrinjam as áreas as quais ocorrem, cujas informações ficam restritas à elas e não são compartilhadas.

ENTOMOLOGIA FORENSE E GEOINFORMAÇÃO

Atualmente a geoinformação está associada a vários elementos que contêm informações que podem ser espacializadas e relacionadas com suas posições geográficas. Podemos citar a Cartografia como a ciência que mais se apropria dos fundamentos que relacionou os aspectos

provenientes da ciência propriamente dita com suas subdivisões, chamadas de **categorias de geoinformação**[2] e suas classes, como por exemplo, Hidrografia, Vegetação, Altimetria (curvas de nível), Planimetria (toponímia, simbologias, estradas, trilhas, etc) e que agora constituem-se categorias cujos elementos contém atributos constantes numa tabela que podem ser relacionados entre si, expressando resultados que podem ser espacializados, ou seja, conhecer-se onde ocorrem, em qual região e os aspectos inerentes à geografia que podem influenciar nos resultados, porém independentemente de qualquer aspecto, as informações podem traduzir-se em mapas, tornando a visualização e manipulação das informações otimizadas e visualmente agradáveis, bastando para isso os dados estarem disponibilizados em tabelas especificas, onde o cruzamento dos seus conteúdos retornam valores que são espacialmente exibidos.

Ainda usando a Cartografia como ciência e os processos atuais de mapeamento, dividiu-se o sistema de informações em treze categorias a saber: Hidrografia, Relevo, Vegetação, Sistemas de Transporte, Energia e Comunicações, Abastecimento de Agua e Saneamento Básico, Educação e Cultura, Estrutura Econômica, Localidades, Pontos de Referência, Limites, Administração Pública, Saúde e Serviço Social.

Cada categoria tem sua subdivisão em função específica a que pertence, onde os atributos constantes nas suas tabelas possuem as informações inerentes à categoria e suas classes especificas.

O intuito é apresentar a ciência Entomologia Forense, e estabelecer uma relação com uma das categorias de informações já existente no modelo conceitual e extrapolar o raciocínio mostrando que é possível se pensar na criação de uma nova classe, aqui com o nome de Entolomologia Forense, que se adequaria e se encaixaria a uma categoria já existente. Sugiro categoria Saúde e Serviço Social por seus relacionamentos retornarem resultados ligados à saúde humana e qualidade de vida.

MATERIAIS E MÉTODOS

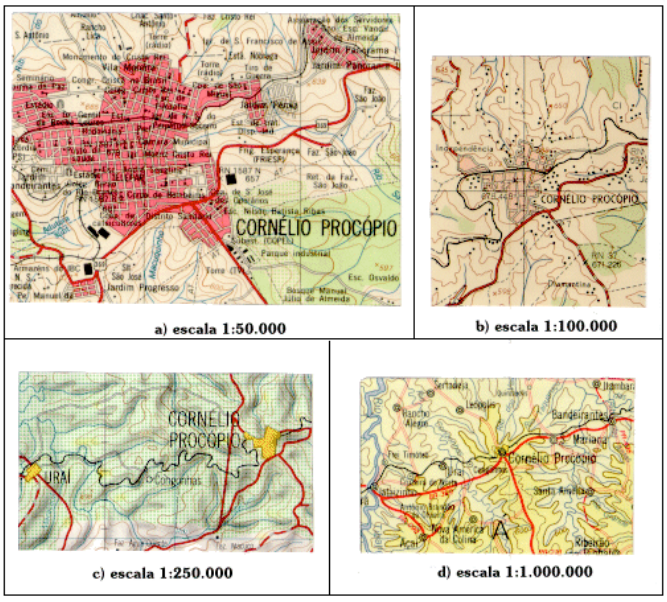
Os materiais que serão utilizados que venham ratificar o objetivo especifico deste artigo, apoiam-se numa base consolidada em Metodologias de trabalhos desenvolvidas em função de princípios básicos da Cartografia.

O Sistema Cartográfico Nacional (SCN) estabelece escalas de representação para o Espaço Geográfico Brasileiro (EGB). Um dos motivos para a estratificação em escalas é utilizá-las como um dos parâmetros para definir quais feições e qual o nível de densificação deve ser empregado na

[2] Categorias de Geoinformações: Na modelagem conceitual dos dados geoespaciais, as ocorrências (instâncias) são representadas por classes de objetos e mesma natureza e funcionalidades. Essas classes foram agrupadas em **categorias de informação**, cuja premissa básica para esse agrupamento é o aspecto funcional comum

representação do território nacional. Deve-se observar qual será a escala de exibição, pois grandes áreas são cobertas por pequenas escalas e vice versa, agindo a informação diretamente na proporcionalidade da sua representação. As figura 1 e 2 mostram o nível de estratificação a qual as informações podem ser pormenorizadas e aquelas que sofrem degradação. Este conceito estará diretamente relacionado com o plano de exibição e a densidade de informação que se queria representar. No caso de representações muito pequenas, como por exemplo: pontos isolados de coordenadas, pequenas áreas, pontos em vias públicas e em comunidades, ou lugares onde as ocorrências a que este artigo propõe representar através da criação da classe ***Entomologia Forense***, deve-se então usar escalas cada vez maiores (1:5000, 1:2000, 1:1000 etc). Pode-se observar que quanto maior a escala, maior é o nível de detalhamento.

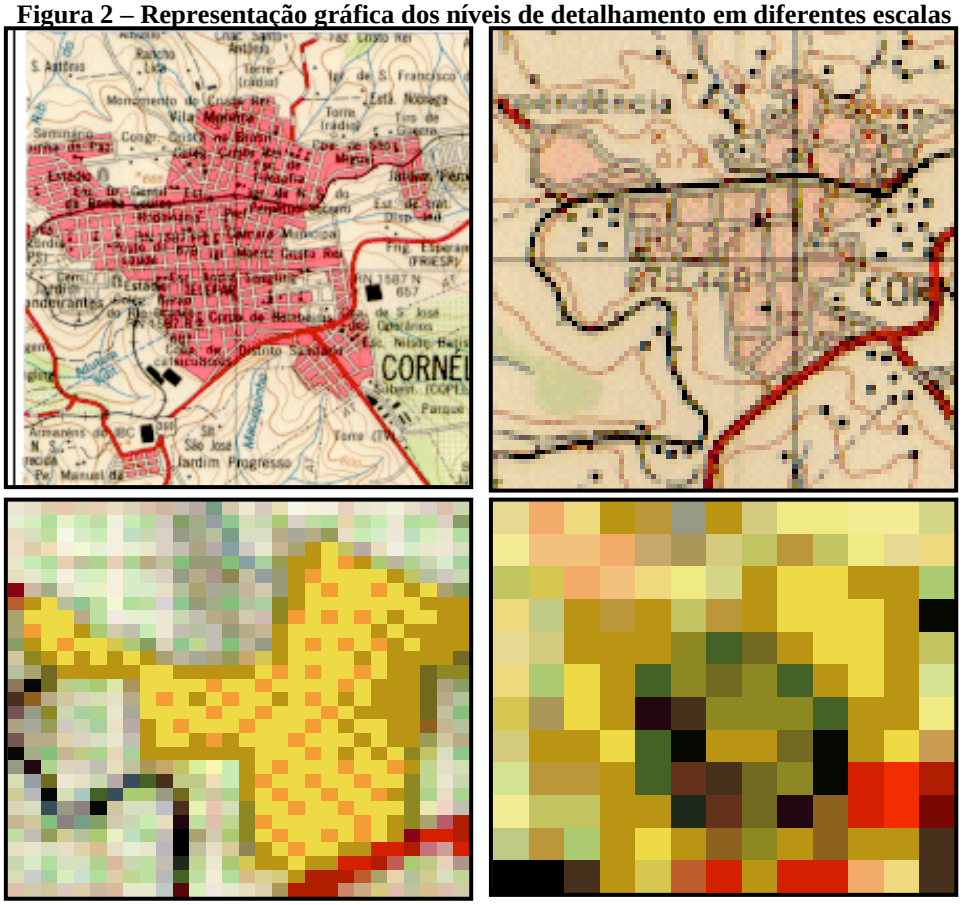
Figura 1 – Representação gráfica das principais escalas de mapeamento



A figura 4 abaixo exibe o nivel de degradação da informação a partir da menor porção de imagem, chamada de Pixel. Quanto mais se amplia o fator de escala, maior é a deformação das informações contidas em 1 pixel de imagem.

Este fator esta diretamente relacionado com a qualidade da imagem, fator este traduzidos em bits ou mb. Exemplo: imagens de 8, 16, 32 bits e 8, 16, 32 mb de resolução espacial.

Figura 2 – Representação gráfica dos níveis de detalhamento em diferentes escalas



3. 1 MODELAGEM ATUAL DA CATEGORIA SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL

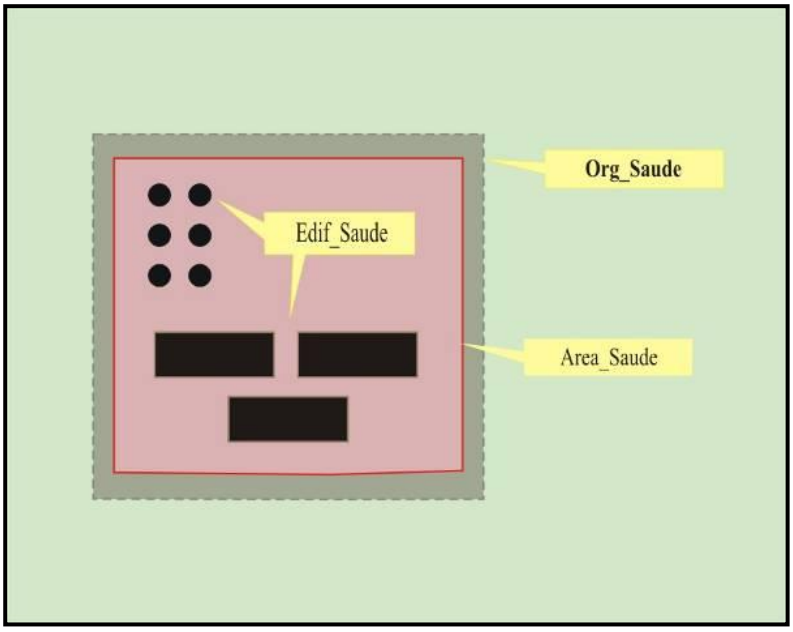
Na modelagem atual das Especificações Técnicas para Aquisição de Dados Vetoriais Geoespaciais, a categoria Saúde e Serviço Social apresenta atualmente as informações de acordo com o quadro 1, abaixo. Os campos estabelecem regras para construção das geometrias dos objetos, de atributos que caracterizará a categoria e dos relacionamentos aos quais as classes poderão interagir entre si.

CATEGORIA: SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL

Classe	
Org_Saude	
Situação	**Método de Confecção**
Geral	**Regra Geral** A regra geral de construção da geometria dos objetos da classe **Org_Saude** é: 1) Objetos desta classe agregam as geometrias de objetos de outras classes cujas primitivas geométricas podem ser do tipo ponto e/ou polígono. 2) Os objetos agregados que formam este complexo serão identificados e selecionados pelo operador. **Atributos:** **administracao = "***Desconhecida"* ou "*Federal"* ou "*Estadual"* ou "*Municipal"* ou "*Privada";* **tipoGrupoCnae = "***Desconhecido"* ou "*85.1 – Atividades de Atenção à Saúde"* ou "*85.2 – Serviços Veterinários" ou " Outros";* **Relacionamentos:** - Esta classe possui as seguintes especializações: **Org_Saude_Militar** e **Org_Saude_Pub**; - Agrega classes da própria categoria cujos objetos podem ser: **Area_Saude; Edif_Saude;**

Quadro 1 – Classe Organização de Saúde e suas atributações - Fonte ET-ADGV / DSG

Figura 5 – Representação gráfica da Classe Org Saúde – Fonte ET-ADGV / DSG

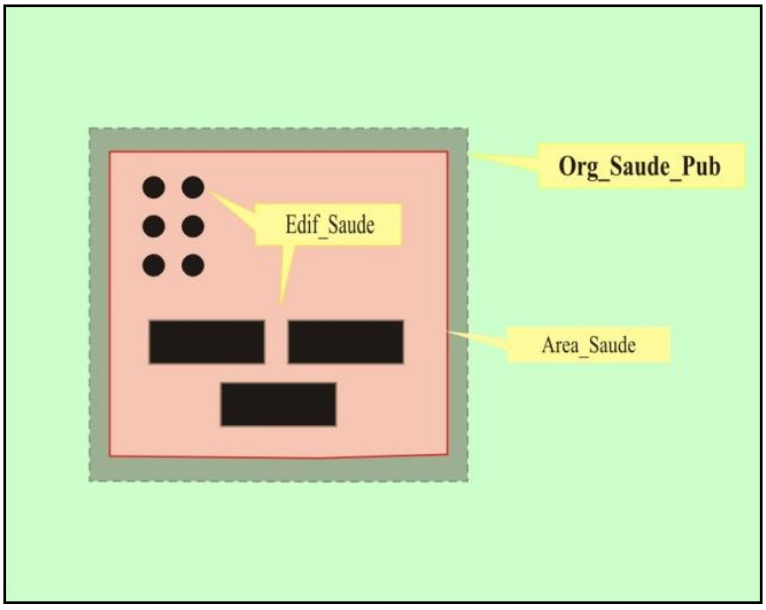


O Quadro 2 apresenta a mesma categoria (Org Saúde) porem relaciona seus atributos com a classe Saúde Pública, apresentando campos tabulares específicos para que o usuário possa interagir com os atributos que deverá ser informado por este.

Quadro 2 – Classe Organização de Saúde Pública e suas atributações - Fonte ET-ADGV / DSG

Classe	
Org_Saude_Pub	
Situação	**Método de Confecção**
Geral	**Regra Geral:** A regra geral de construção da geometria dos objetos da classe **Org_Saude_Pub** é: Objetos desta classe agregam as geometrias de objetos de outras classes cujas primitivas geométricas podem ser do tipo ponto e/ou polígono. 1) Os objetos agregados que formam este complexo serão identificados e selecionados pelo operador. **Atributos:** **administracao** = **"***Desconhecida"* ou "*Federal"* ou "*Estadual"* ou "*Municipal"* ou "*Privada";* **tipoGrupoCnae** = **"***Desconhecido"* ou "*85.1 – Atividades de Atenção à Saúde"* ou "*85.2 – Serviços Veterinários" ou " Outros";* **tipoClasseCnae** = **"***Desconhecido"* ou "7512-4- *Regulação das Atividades Sociais e Culturais" ou "Outros";* **poderPublico** = *" Executivo"* **Relacionamentos:** - Esta classe é especialização das classes **Org_Saude** e **Org_Pub_Civil**; - Agrega classes da própria categoria cujos objetos podem ser: **Area_Saude; Edif_Saude;**

Figura 6 – Representação gráfica da Classe Org Saúde Pública - Fonte ET-ADGV / DSG



3.1.2 DESCRIÇÃO DOS CAMPOS DA CLASSE ORG-SAÚDE

Observando os quadros 1 e 2 pode-se perceber que sempre existirá uma regra geral para construção da **geometria dos objetos**[3] que a compuser. Neste caso, esta classe poderia ser representada com a geometria de ponto ou polígono, dependendo do seu tamanho físico e a escala de mapeamento a qual seria representada. Posteriormente será explicado mais suscintamente as relações das escalas de mapeamento com a representação dos objetos geoespaciais.

Quadro 3 – Método de confecção dos atributos de uma classe - Fonte ET-ADGV / DSG

Classe	
Org_Saude	
Situação	**Método de Confecção**
Geral	**Regra Geral:** A regra geral de construção da geometria dos objetos da classe **Org_Saude** é: 3) Objetos desta classe agregam as geometrias de objetos de outras classes cujas primitivas geométricas podem ser do tipo ponto e/ou polígono. 4) Os objetos agregados que formam este complexo serão identificados e selecionados pelo operador. **Atributos:** **administracao = "***Desconhecida"* ou *"Federal"* ou *"Estadual"* ou *"Municipal"* ou *"Privada";* **tipoGrupoCnae = "***Desconhecido"* ou *"85.1 – Atividades de Atenção à Saúde"* ou *"85.2 – Serviços Veterinários" ou " Outros";* **Relacionamentos:** - Esta classe possui as seguintes especializações: **Org_Saude_Militar** e **Org_Saude_Pub**; - Agrega classes da própria categoria cujos objetos podem ser: **Area_Saude; Edif_Saude;**

Em análise do quadro 3 a regra geral estabelece que essa classe é de uma Organização de Saúde e que poderá ser representada pelas geometrias ponto e/ou polígono. Quanto ao tipo de administração: *"Desconhecido"*, *"Federal"*, *"Estadual"*, *"Municipal"* ou *"Privada"*. E quanto ao tipo de serviço: *"Atividades de atenção à Saúde"*, *"Serviços Veterinários"* ou *"Outros"*. E no último campo os tipos de relacionamentos aos quais os atributos podem interagir entre si.

Seguindo essa linha de raciocínio pode-se agregar valores espaciais as mais variadas fontes de informações, desenvolvendo e atribuindo nas tabelas de relacionamentos, as características especificas desses novos elementos, bastando para isso enquadrá-los numa das classes dentro de

[3] Em geoinformação existem 3 formas geométricas de construir os objetos: Ponto, Linha e Polígono. A maneira como serão construídos os elementos estará diretamente relacionada com a forma pela qual serão tratados os dados e informações pelos softwares de processamento, sejam eles livres como o QGIS ou proprietários como o ArcGis

uma das 13 categorias informadas anteriormente, como sugerido a Categoria Saúde e Serviço Social.

Os resultados retornam a espacialização das informações tabulares e são exibidas em mapas e em várias possibilidades, para diversas consultas, cruzando os campos criados das tabelas e os inter-relacionando.

Antes de apresentar a proposta de tabela da nova classe ***Entomologia Forense*** e seus atributos, será apresentado um breve histórico sobre os documentos que serviram de base para o que se tem atualmente referente a geoinformação e o que se constitui base fundamental para construção das tabelas.

3.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA AQUISIÇÃO DE DADOS VETORIAIS GEOESPACIAIS / ET - ADVGG

Documento elaborado pela **Diretoria de Serviço Geográfico do Exército – DSG**, em consonância com a **Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE**, que representa atualmente como são adquiridas as feições cartográficas, associando-as aos objetos que "conversam" entre si. Antigamente as representações eram descritas pela Tabela Brasileira de Convenções Cartográficas – TCBD que, se fundamentava no Manual Técnico destas convenções, o T34/701 - I parte, e ainda no mesmo Manual na sua II parte exibiriam como essas convecções seriam representadas. Esta época era dominada pelos mapas e cartas em papel e em ambiente inteiramente analógico cujas representações ficavam restritas as suas convenções para esta forma.

Com a informatização dos processos cartográficos, aumentaram as possibilidades das informações acerca dos elementos e das maneiras de como seriam agora representados. Para isso foram criadas as tabelas e as geometrias de composição dos elementos tornando a cartografia antes analógica em digital e assim garantir a homogeneização da produção nacional dos dados geoespaciais, tornando possível a automatização da cartografia com a implementação de processos. Abaixo o quadro 4 mostra de forma genérica a divisão da cartografia sendo representada por categorias de informação.

Quadro 4 – Categorias de Informações Geográficas – ET-ADGV / DSG

Seção 1	**Hidrografia**	Categoria que representa o conjunto das águas interiores oceânicas da superfície terrestre, bem como elementos, naturais ou artificiais, emersos ou submersos, contidos no ambiente
Seção 2	**Relevo**	Categoria que representa a forma da superfície da Terra e dos fundos das águas tratando, também, os materiais expostos, com exceção da cobertura vegetal.
Seção 3	**Vegetação**	Categoria que representa, em caráter geral os diversos tipos de vegetação e áreas cultivadas.
Seção 4	**Sistema de Transporte**	Categoria que agrupa o conjunto de sistemas destinados ao transporte e deslocamentos de cargas e passageiros, bem como as estruturas de suporte ligadas a estas atividades
Seção 5	**Energia e Comunicação**	Categoria que representa as estruturas associadas à geração, transmissão e distribuição de energia, bem como as de comunicação.
Seção 6	**Abastecimento de Água e Saneamento Básico**	Categoria que agrupa o conjunto de estruturas associadas à captação, ao armazenamento, ao tratamento e a distribuição de água, bem como às relativas ao saneamento básico.
Seção 7	**Educação e Cultura**	Categoria que representa as áreas e as edificações associadas à educação e ao esporte, cultura e lazer
Seção 8	**Estrutura Econômica**	Categoria que representa as áreas e as edificações onde são realizadas atividades para produção de bens e serviços que, em geral apresentam resultado econômico.
Seção 9	**Localidades**	Categoria que representa os diversos tipos de concentrações de habitações humanas.
Seção 10	**Pontos de Referência**	Categoria que agrupa as classes de elementos que servem como referência a edições e relação a superfície da Terra ou de fenômenos naturais.
Seção 11	**Limites**	Categoria que representa os distintos níveis políticos-administrativos e as áreas especiais; áreas de planejamento operacional, áreas particulares (não classificadas nas demais categorias), bem como os elementos que delimitam materialmente essas linhas no terreno.
Seção 12	**Administração Publica**	Categoria que representa as áreas e as edificações onde são realizadas as atividades inerentes ao poder público
Seção 13	**Saúde e Serviço Social**	Categoria que representa as áreas e as edificações relativas ao serviço sociais e a saúde.

Para um sistema eficaz e eficiente de informações, independentemente da categoria ou classe que ele pertença, torna-se fundamental que este sistema seja alimentado por informações que representem os objetivos aos quais ele venha se relacionar e que seus objetos possam estabelecer relações de construção e geometrias condizentes com as classes as quais irão pertencer.

Para criação de uma classe chamada ***"entomologia forense",*** as informações que alimentarão o banco de dados proposto assim como os campos das tabelas de relacionamento, terão que interagir de maneira uniforme e equilibrada, por exemplo, quando o operador identificar uma área de ocorrência, esta deverá ser desenha com a geometria ***Área***, e quando localizar o ponto exato dentro da área, este deverá ser representado pelas suas coordenadas geográficas e com a geometria ***Ponto*** e deverá ser estabelecida uma relação entre o Diagrama de Classes de Objetos e a tabela a ser criada que represente os campos a serem preenchidos pelo operador.

Pode-se seguir a mesma regra de construção de geometrias já utilizadas pela Diretoria de Serviço Geográfico amplamente ratificada em trabalhos e metodologias por ela utilizadas. As regras para a construção da geometria abordarão 4 (quatro) itens:

1. Finalidade complementar da geometria do objeto – explicação opcional, indicada para o entendimento das funcionalidades adicionais da geometria dos objetos, não obrigatória;

2. Regra geral – Definem a(s) primitiva(s) geométrica(s) e estabelece os procedimentos genéricos para o traçado da geometria e, se for o caso, apresentará ainda casos particulares;

3. Atributos: Se limitará aos atributos cujo preenchimento é obrigatório (NÃO NULO) no momento de aquisição da geometria e são essenciais ao processo de produção de dados geoespaciais vetoriais. O atributo nome da instância da classe de objeto, no caso de existir, sempre será preenchido. Não cabe a esta Especificação definir normas sobre o posicionamento de textos em produtos impressos ou em meios de visualização em tela, com exceção da classe de objeto Nome Local. O posicionamento da toponímia deve ser realizado de forma automática pela implementação de rotinas e deverá obedecer a **Especificação Técnica para a Representação de Dados Geoespaciais Vetoriais (ET-RDGV).** Nada impede que metodologias de trabalho venham a prever a implantação de procedimentos para pré-definir posições adequadas dos textos visando futuras impressões ou representações temáticas.

4. Relacionamentos – Exibe as implicações dos relacionamentos constantes do diagrama de classes em face da construção da geometria. Estes relacionamentos devem conter valores que

possam "conversar" com os campos das tabelas a serem preenchidas, para que retornem valores significativos e representativos.

3.2.1 CONSTRUÇÕES DAS GEOMETRIAS DE OBJETOS

Este item representa a maneira pela qual todas as geometrias da nova classe poderá ser representada. Como já foi dito anteriormente, esta relação torna-se imprescindível para que ocorram os relacionamentos fundamentais para que os dados coletados possam ser representados de forma temática, ou mesmo a partir de uma carta especifica.

O quadro abaixo exibe as geometrias associadas a Geoinformação.

Quadro 5 – Primitivas geométricas – ET-EDGV / DSG

	Ponto
	Linha
	Polígono

3.3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA EDIÇÃO DE DADOS VETORIAIS GEOEPACIAIS / ET-EDVG

Outro documento que estabelece uma relação alinhada com os avanços que aconteceram no campo do Mapeamento Cartográfico Nacional, sobretudo em tecnologias que se baseiam no Sensoriamento Remoto Sistemas de Produção Cartográficas, Banco de Dados Geoespaciais, Posicionamento por Satélites e soluções que se utilizam da WEB para disseminar seus resultados.

Uma Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) deve definir padrões para os dados que a compõe. Um padrão pode ser representado na forma de uma Especificação Técnica, assim as ET-EDGV representam o padrão atual de aquisição de dados geoespaciais e como eles irão relacionar-se com os atributos a eles correspondidos.

Este documento enfoca a estrutura de dados vetoriais e destina-se aos produtores de informações, desenvolvedores de Sistemas de Informações Geográficas – SIG e usuários finais de dados geoespaciais. A técnica foi elaborada baseada em modelos conceituais e em dados geoespaciais modelados denominados **classe de objetos**[4].

[4] "um modelo de dados é um conjunto de conceitos que podem ser usados para descrever a estrutura e as operações em banco de dados" e ainda "... é necessário construir uma abstração dos objetos e fenômenos do mundo real, de modo a obter uma forma de representação conveniente, embora simplificada, que seja adequada às finalidades das aplicações do banco de dados".

3.4 BANCO DE DADOS DA ENTOMOLOGIA FORENSE

Para início dos trabalhos acerca desde artigo, foi criado um banco de dados entomológico com os atributos comuns às regiões citadas. A tabela 1 exibe os campos a serem preenchidos pelo usuário e alimentado o banco de dados.

1	2			3	4	5		
	Condição Climática			Temperatura ºC	Estado Fisico	Tipos de Insetos		
Estado	Bom	Chuvoso	Nublado		Decomposição	Mosca	Besouro	Outros
Amazonas								
Pará								
Amapá								
Acre								

Tabela 1 – Campos do Banco de Dados Forense

Descrição dos campos:

1 – Estado: Será inserida a região de trabalho;

2 – Condição climática: Será relatada e transcrita a condição climática no momento do evento: Bom, Chuvoso ou Nublado;

3 – Temperatura: Será mencionada a temperatura seca em ° C;

4 – Estado físico do cadáver: Decomposição, Putrefação;

5 – Tipos de Insetos encontrados: Mosca, Besouro, Outros.

A proposta será incluir na Categoria da ET-ADGV – Saúde e Serviço Social a nova classe Entomologia forense. O quadro abaixo mostra como ficaria os atributos e características da nova classe.

Quadro 6 – Categoria de Informação – Saúde e Serviço Social

CLASSE	*PRIMITIVA GEOMÉTRICA*	*1:25.000*	*1:50.000*	*1:100.000*	*1:250.000*	*CRITÉRIOS/ OBS*
Org_Saude	-	-	-	-	-	AGREGADOR
	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	
Area_Saude	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	Polígono	X	X	X	-	Área ≥ 5 x 5mm
Edif_Saude	Ponto	X	X	X	-	-
	-	-	-	-	-	-
	Polígono	X	X	-	-	Área ≥ 5 x 5mm
Org_Servico_ Social	-	-	-	-	-	AGREGADOR
	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	
Area_Servico_ Social	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	Polígono	X	X	X	-	Área ≥ 5 x 5mm
Edif_Servico_ Social	Ponto	X	X	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	Polígono	X	-	-	-	Área ≥ 5 x 5mm
Descontinuidade_ Geometria_Saude_ Servico_Social	Ponto	X	X	X	X	-
	Linha	X	X	X	X	
	Polígono	X	X	X	X	
Entomologia_Forense	**Ponto**	**X**	**X**	**X**	**X**	**AGREGADOR**
	Linha	**X**	**X**	**X**	**X**	
	Poligono	**X**	**X**	**X**	**X**	

A Metodologia estabelecida pela estimativa de IMP (Intervalo Pós Morte) deverá ser atributada conforme a Tabela 2 a seguir, onde serão exibidos dados complementares (Critério AGREGADOR) sobre o cadáver e o estado pelo qual se encontra.

Esses são os estágios em que se tem possibilidade de estimar qual o momento em que houve a ocorrência e quando o reambulador chegou ao local.

Tabela 2 – Metodologias de estimativa de IMP

	Metodologias
Cadáver	Evaporação tegumentar
	Rigidez Cadavérica Resfriamento do Corpo
	Livores Cadavéricos
	Autólise e Putrefação

3.4.1 DESCRIÇÃO DOS TIPOS DE METODOLOGIAS DO CRITÉRIO AGREGADOR:

Evaporação Tegumentar: Consiste no dessecamento da pele, perdendo liquido, e caracteriza-se pela perda de peso, endurecimento da pele como se fosse um pergaminho e, ainda, diminuição da tensão do globo ocular podendo ter deformação caso ocorra pressão;

Rigidez Cadavérica: os tecidos ficam rígidos com a evaporação, em razão da desidratação muscular, esse fenômeno tem início logo após a morte e pode durar are 48 horas depois da morte;

Resfriamento do Corpo: Estágio variante, pois depende de aspectos termorreguladores de cada situação de morte;

Livores Cadavéricos: Constituidos por manchas vermelho-violáceas, formadas pela falta de circulação sanguínea, em que o sangue se deposita nas partes mais baixas do corpo;

Autólise e Putrefação: a Autólise ocorre pela desintegração dos tecidos, já a putrefação ocorre pela ação de microorganismos e varia em função da temperatura, clima, umidade etc. Após o especialista preencher os campos contidos no banco de dados a partir da sua tabela de atributos de entomologia forense, deverá a seguir obter as coordenadas de campo, seja do ponto de ocorrência e a delimitação da área julgada por ele importante que constitua fator agregador e elucidador. Será utilizado um aparelho GPS portátil e suas coordenadas posteriormente locadas na Base Cartográfica digital disponível.

3.4.2 PREENCHIMENTO DE ATRIBUTOS EM GABINETE:

Ao chegar em gabinete, o especialista forense, geógrafo e/ou técnico em geoprocessamento deverá complementar e/ou ratificar os dados de campo com informações que devam constar nas

tabelas de atributos do Banco de dados da entomologia forense. Essas informações são mostradas a seguir e farão parte das tabelas a serem criadas e posteriormente relacionadas:

- Analise do comprimento e peso da larva;

- Tempo estimado da larva adulta;

- Temperatura em °C;

- Umidade relativa;

- Local da ocorrência: Estado – Cidade – Bairro – Endereço

- Hora de chegada na ocorrência;

- Hora de partida da ocorrência;

- Condição climática no momento da chegada: Chuvoso, Seco, Nublado, Ensolarado;

- Estado do corpo: Em decomposição, Putrefado, Esqueletizado;

- Idade aproximada do corpo;

- Sexo do corpo;

- Primeiros Insetos: Calliphoridae, Muscidae, Sarcophagidae, Histeridae, Staphylinidae;

- Após os primeiros: Besouros (Dermestidae, Histeridae, Staphylinidae)

- Parte de corpo onde os insetos tem maior ocorrência: Crânio, pescoço, boca, nariz, articulações, etc;

- Família dos insetos: caso o operador não saiba o campo da tabela deverá ser NULL.

3.4.3 CONSULTAS

Uma consulta espacial está diretamente relacionada com os campos das tabelas que irão se relacionar. Os campos são preenchidos e seus dados interligados e relacionados entre campos de outras tabelas e, como resultados, retornam informações tabulares, mapas temáticos, estatísticas e uma vasta gama de informações que contemplam vários planos de gestões. Abaixo apresento alguns exemplos:

1) Mostre a região que se tem maior ocorrência de casos cujos insetos são da ordem Coleoptera:

Informações Geoespaciais Tabuladas:

- Região Geográfica: Coordenadas Geográficas ou Plano Retangulares;
- Tabela de Casos: Tipos e locais de ocorrências;
- Tipos de insetos encontrados na região geográfica de ocorrência;
- Tabela dos tipos de insetos encontrados nas regiões geográficas;
- Características de um determinado inseto que só ocorre em uma determinada região;

2) Em qual região que a pupa amadurece mais rápido?

Informações Geoespaciais Tabuladas:

- Região Geográfica: Coordenadas Geográficas ou Plano Retangulares;
- Tabela de Casos: Tipos e locais de ocorrências;
- Tipos de insetos encontrados na região geográfica de ocorrência;
- Tabela dos tipos de insetos encontrados nas regiões geográficas;
- Características de um determinado inseto que só ocorre em uma determinada região;
- Campo tempo médio da pupa transforma-se em larva;

3) Em qual região houve mais casos no ano XX:

Informações Geoespaciais Tabuladas:

- Região Geográfica: Coordenadas Geográficas ou Plano Retangulares;
- Tabela de Casos: Tipos e locais de ocorrências;
- dia mês e ano do preenchimento dos campo das tabelas in loco;

4) Qual a região geográfica em que houveram mais casos onde insetos da ordem Dípteros Muscóides trouxeram resultados mais rápidos e expressivos:

Informações Geoespaciais Tabuladas:

- Região Geográfica: Coordenadas Geográficas ou Plano Retangulares;
- Tabela de Casos: Tipos e locais de ocorrências;
- Tipos de insetos encontrados na região geográfica de ocorrência;
- Tabela dos tipos de insetos encontrados nas regiões geográficas;
- Características de um determinado inseto que só ocorre em uma determinada região;
- Tabela do tempo médio de pupação dos insetos encontrados na região geográfica.

3.5 PLATAFORMA DIGITAL DE AQUISIÇÃO E EDIÇÃO DE DADOS

Para cadastro das informações e confecção e preparação das tabelas, têm-se alternativas proprietárias como o software **ArcGis**[5] e livres como o **QGis**[6]**,** este último podendo ser encontrado em http://qgis.org/pt_BR/site/forusers/download.html e está atualmente na versão 2.18.

A Diretoria de Serviço Geográfico do Exército – DSG, através das suas Unidades Cartográficas espalhadas pelas 5 regiões do Brasil, desenvolvem trabalhos específicos de GeoInformações e Geoprocessamento. Assim, desenvolveu um plugin para ser utilizado juntamente com o QGis que absorve muitas funcionalidades do ArcGis e integra uma plataforma proprietária com as soluções em softwares livres afim de não perder-se as características de obtenção das informações, uma vez que, cada uma dessas soluções têm arquiteturas diferentes e entendimentos sobre dados Geoespaciais visto de maneiras igualmente diferentes. Por exemplo o ArcGis trabalha com Banco de Dados no formato tabular e relacional, enquanto que o QGis com Biblioteca de feições cartográficas e possíveis de relacionamento.

Os procedimentos constam em carregar a Base Cartográfica em um notebook alimentando-o com as tabelas de atributos referentes ao Banco de Dados que, neste caso, o Banco de dados seria o FORENSE.

Em seguida, já na região de trabalho e especificamente no lugar correspondente ao evento, atributará os campos da tabelas com as informações que o pesquisador/reambulador começa a ter contato: região geográfica, coordenadas geográficas ou UTM, Estado, Cidade, Bairro, endereço aproximado, tipos de insetos encontrados, temperatura, condições climáticas, tempo médio de pupação, etc .

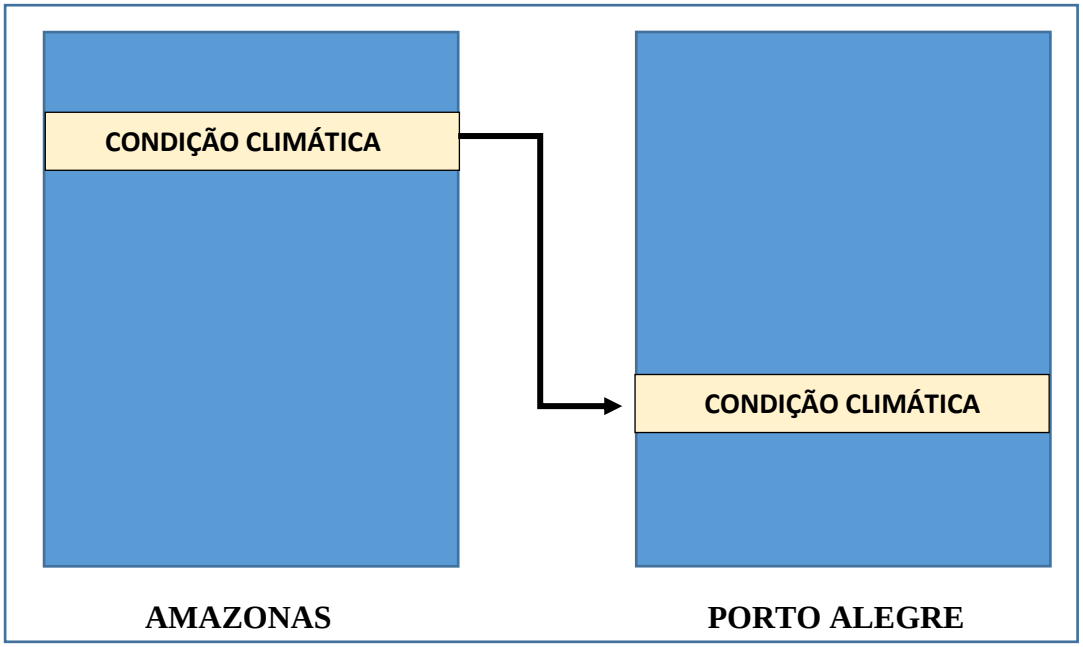
Os campos que não forem preenchidos não poderão ser relacionados para retornarem valores que correspondessem a estes campos e, campos comuns nas tabelas referentes aos Estados do Brasil poderão ser relacionados se contiver informações em campos comuns em tabelas de dados diferentes. Ex. Campo Condição climática na Região Norte e o mesmo campo na Região Sul.

---

[5] "É um Sistema de Informação Geográfica (GIS) utilizado para criação e utilização de mapas, compilação de dados geográficos, analise de informações mapeadas e gestão de informações geográficas em bancos de dados"

[6] **"**É um programa de Sistema de Informação Geográfica com código aberto e licenciado sob a Licença Pública Geral GNU. O **QGIS**, como também é chamado, é um projeto oficial da Open Source Geospatial Foundation (OSGeo). Pode ser utilizado em Linux, Unix, Mac OSX, Windows e Android."

Figura 3 – Exemplo de Modelagem e Relacionamento



4. CONCLUSÃO

Como dito antes, o geoprocessamento pode demandar e agregar uma vasta gama de aplicações. E, buscar-se catalogar as ocorrências, cuja Entomologia Forense poderá trazer maior contribuição aos Órgãos e autoridades, espacializando as informações por regiões geográficas, agregando as características locais e as comparando com outras regiões, aumentará a produtividade e poderá otimizar os processos atuais, além de unificar os Bancos de Dados regionais e desenvolver um grande Banco Entomológico, extrapolando as informações para as outras regiões do Brasil, obtendo as informações locais, tabulando-as e, posteriormente cruzando-as para que se possa conhecer, cada vez mais, as influências locais, suas características e seus aspectos e como esse conjunto poderia influenciar e integrar os resultados aos quais os insetos forenses nos retornam através das características regionais.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Grigulo, Maria Marta Marinoski. "ENTOMOLOGIA FORENSE: OS INSETOS DE MAIOR IMPORTÂNCIA PARA A CIÊNCIA CRIMINAL." Jornada Integrada em Biologia (2016): 47-58.

LAZZAROTTO, D. **Avaliação da Qualidade de Base Cartográfica por meio de Indicadores e Sistema de Inferência Fuzzy.** Curitiba 2005

MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO**.** Diretoria de Serviço Geográfico**. Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais (ET-EDGV)**. Brasília, 2010.SERVIÇO GEOGRÁFICO, **Caderno de Encargos, Geração da Base Cartográfica Contínua do Estado do Amapá-AP**. Manaus, AM, 28 de Abril 14

MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO**.** Diretoria de Serviço Geográfico. **Especificação Técnica para a Aquisição de Dados Geoespaciais Vetoriais (ET-ADGV)**. Brasília, 2011

CONCAR - Comissão Nacional de Cartografia. **Especificação Técnica para a Estruturação de Dados Geoespacias Vetoriais (ET-EDGV v2.01).**

DSG – Diretoria de Serviço Geográfico. **Manual Técnico de Convenções Cartográficas – 1ª Parte – Normas para o emprego dos símbolos. 2ª Edição, 2002.**

http://www.portalsaofrancisco.com.br/biologia/entomologia-forense, acesso em 08/fevereiro/2017.

http://editora.unoesc.edu.br/index.php/jornadaintegradaembiologia/article/view/10213, acesso em 09/março/2017.

Revista Digital Simonsen
Como citar: RUIZ LANNA, Neusa Bastos. *Educação Ambiental Crítica: Muito Comentada e Pouco Praticada*. *In:* Revista Digital Simonsen, Nº 6, Nov. 2017. Disponível em: *www.simonsen.br/revistasimonsen* ISSN:2446-5941

SUSTENTABILIDADE

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: MUITO COMENTADA E POUCO PRATICADA

Por: Neusa Bastos Ruiz Lanna[1]

[1]Neusa Bastos Ruiz Lanna é Mestre em Ciências da Saúde e do Ambiente. UNIPLI/Anhanguera. Licenciada em Pedagogia. É Professora das Faculdades Integradas Simonsen. neusabrl@uol.com.br

Revista Digital Simonsen

RESUMO

O objetivo do atual trabalho foi caracterizar a educação ambiental crítica, emancipatória e alertar quanto à importância da sua prática na vida cotidiana a fim de que as gerações futuras tenham condições de vida, uma vez que o Planeta Terra está, há muito tempo, sofrendo agressões do homem que sempre se sentiu o dono do mundo. Torna-se necessário que todo cidadão se torne comprometido com a sustentabilidade do nosso planeta. Destacam-se a importância do professor, na prática da educação ambiental crítica, emancipatória e da família como a primeira instituição social que todo cidadão participa, adquirindo ou não as primeiras experiências em educação ambiental.

PALAVRAS CHAVE

Educação Ambiental Crítica, Planeta Terra, Prática do Professor, Família.

INTRODUÇÃO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA, EMANCIPATÓRIA

Educação ambiental crítica, emancipatória já não se apresenta como novidade. Encontram-se publicações interessantes e consistentes sobre o tema que oportunizam maiores reflexões sobre o assunto. Literatura de qualidade e que, graças à dedicação de vários estudiosos, além de fornecerem conteúdos significativos sobre a Educação Ambiental Crítica, também disponibilizam resultados de suas pesquisas.

Guimarães (2004, p.28) percebe a educação ambiental crítica como "uma contraposição que, a partir de um outro referencial teórico, subsidia uma leitura de mundo mais complexa e instrumentalizada para uma intervenção que contribua no processo de transformação da realidade socioambiental que é complexa. (...) na perspectiva crítica, o conflito, as relações de poder são fundantes na construção de sentidos, na organização espacial.

Depreende-se que não há mais espaço para a prática de uma educação ambiental conservadora que, de acordo com o autor "fragmenta a realidade, simplificando e reduzindo-a, perdendo a riqueza e a diversidade da relação." (p. 27). "Na perspectiva da educação ambiental crítica, transformadora, emancipatória, os temas ambientais não podem ser conteúdos curriculares no sentido que a pedagogia tradicional trata os demais conteúdos de ensino; conhecimentos pré-

estabelecidos que devam ser transmitidos de quem sabe (o educador) para quem não sabe (o educando). A educação ambiental crítica e transformadora exige um tratamento mais vivo e dinâmico dos conhecimentos apropriados, construídos de forma dinâmica, coletiva, cooperativa, contínua, interdisciplinar, democrática e participativa, pois somente assim pode contribuir para o processo de conscientização dos sujeitos para uma prática social emancipatória, condição para a construção de sociedades sustentáveis." (TOZONI-REIS, 2006, p. 97).

A importância de se trabalhar educação ambiental, somente numa perspectiva crítica se torna fundamental. Destaca-se principalmente a prática do professor que deverá envolver seus alunos não só na conscientização dos problemas ambientais, mas também, levá-los a ações coletivas em um exercício de cidadania.

Outros pesquisadores também contribuíram para a elucidação da prática de se trabalhar a educação ambiental numa perspectiva crítica e em todos ficou claro que somente poder-se-á admitir uma prática pedagógica ancorada nessa perspectiva. Somente dessa forma haverá chances de salvar as gerações futuras da perda da qualidade de vida.

Acredita-se que a mudança de atitude que tanto se deseja que aconteça na relação com a natureza está comprometida com os educadores, principalmente os que trabalham com crianças, porque a influência exercida sobre elas é maior. É claro que o adulto, também se transforma, mas uma formação desde cedo em Educação Ambiental surtirá melhores resultados.

Há um adágio que exemplifica a colocação sobre mudança de atitude que é o seguinte "a transformação é uma porta que só se abre por dentro". Só poderá existir uma transformação planetária se houver primeiro uma transformação dos indivíduos, em comportamentos compatíveis com uma educação ambiental crítica, emancipatória. Precisa-se acreditar naquilo que se preconiza sem demagogias, justificadas com determinadas atitudes que não são ambientalmente corretas, encobrindo, muitas vezes interesses pessoais em nome do progresso.

Em relação a atitudes corretas Guimarães (1995, p. 14) afirma que "não bastam apenas atitudes 'corretas' - como por exemplo separar o lixo seletivamente para ser reciclado – se não forem alterados, também os valores consumistas, responsáveis por um volume crescente de lixo nas sociedades modernas".

O termo reciclagem está presente em, praticamente, todos os discursos sobre Educação Ambiental, até parece uma 'panaceia' que resolverá todos os problemas ambientais do Planeta. Pouco se enfatiza o que precisa ser feito, que é reduzir o consumo, evitando o excesso de lixo, que aumenta de forma assustadora.

Miranda (Org.) *et al* (2005, p. 52) pontuou que a reciclagem é um processo industrial de caráter econômico, mas também deve ser considerada um mito, no que tange a seu caráter

"solucionador" do problema causado, principalmente, pelo excesso de embalagens no nosso lixo urbano".

As feiras livres no Brasil existem há anos e continuam sendo pontos nos quais o desperdício de alimentos é assustador. Elas estão presentes em todo o país e apresentam cenas tristes, pois o montante de "lixo" ao término das feiras é assustador, pois o desperdício acaba sendo inevitável (LANNA, 2016). O desperdício nas feiras livres, como todo tipo de desperdício prejudica a sustentabilidade do Planeta.

Já está na hora, ou melhor dizendo, já passou da hora de se fazer um alerta sobre a diminuição do consumo numa ação conjunta, num envolvimento de todas as camadas sociais da população, o governo, a mídia e, principalmente o Professor, que é o grande "maestro" da educação como um todo. Fica a observação que a reciclagem é importante, porém, a redução do consumo tem uma força maior na melhoria da qualidade de vida futura. Há necessidade de se investir mais na mudança em relação ao consumismo a fim de que a sustentabilidade do planeta se preservada para as futuras gerações.

"Segundo Eigenheer (2003), uma das mais sérias contradições no nosso estilo de vida moderna está em não sermos capazes de resolver a questão do destino a ser dado aquilo que 'criamos' ou 'transformamos', a partir do que a natureza nos oferece (água, terra, ar, mananciais). Talvez se fale tanto em lixo na atualidade pela própria impossibilidade de continuar a escondê-lo e ignorá-lo. O orgulhoso criador tornado refém de sua obra." (MIRANDA (ORG.) *et all*, 2008, P. 52)

"Lamentavelmente, o avanço tecnológico do qual tanto nos gabamos, como seres dotados de razão e capazes de transformar a natureza não tem significado avanço para a própria biodiversidade da qual participamos". (GOMES, 2008, p. 21). A crise ambiental existe e acredita-se que grande parte da população já está consciente de que precisa participar ativamente de situações que possam promover uma existência mais saudável. O homem não pode mais agir como se a natureza estivesse à sua disposição. Basta de tanta falta de respeito. É preciso que se tenha um olhar carinhoso com o Planeta Terra que está carente de amor e que está demonstrando que não aguenta mais os maus tratos que vem sofrendo em virtude da ação destruidora do homem.

Tem que se pensar e agir de forma crítica, emancipatória, mudando-se os hábitos e os comportamentos em relação ao meio ambiente. É necessário "revolucionar os indivíduos em suas subjetividades e práticas nas estruturas sociais naturais existentes. (…) atuar criticamente na superação das relações sociais vigentes, na conformação de uma ética que possa se afirmar como 'ecológica' e na objetivação de um patamar societário que seja a expressão da ruptura com os padrões dominadores que caracterizam a contemporaneidade" (LOUREIRO, 2004, p. 73).

Embora permaneça a angústia em relação à crise ambiental, existe, também a esperança de que a população brasileira reconheça que é necessário "agir de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro; como participantes do governo ou da sociedade civil, saibam cumprir suas obrigações, exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a comunidade, tanto a local como internacional; e, como pessoas, encontrem acolhida para ampliar a qualidade de suas relações intra e interpessoais com o ambiente tanto físico quanto social". (PCN, MEIO AMBIENTE E SAÚDE,1997, P. 25-26).

O assunto não ficará "fechado", pois as pesquisas, felizmente continuam e, acredita-se que continuarão, oferecendo informações atuais, sugerindo novas abordagens sobre o tema, principalmente para professores que são os grandes multiplicadores da educação, os grandes responsáveis pela mudança de atitude e pode-se até afirmar que essa mudança que se quer, que tanto se precisa poderá acontecer na população mundial. Professor existe em todo o mundo.

A FORMAÇÃO DO EDUCADOR AMBIENTAL

Encontra-se muita matéria sobre a formação do Educador Ambiental, porém dar-se-á um destaque a mais sobre esse profissional que "carrega" uma responsabilidade enorme na tentativa de colaborar de forma significativa na mudança de atitude em relação ao nosso Planeta, já tão castigado, violentado pelo homem que ao longo dos anos só possuía uma visão antropocêntrica. O atual trabalho referenciará o professor dos anos iniciais do ensino fundamental.

Há necessidade de se adquirir uma nova postura em relação a prática da educação ambiental ou como está contido nos PCN (1997) como meio ambiente. Ao desenvolver a sua prática pedagógica em turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, o educador ambiental deverá reconhecer que "a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da

sociedade, local e global." (PCN,1997, p. 29).

O professor que atua nos anos iniciais do Ensino Fundamental deverá desenvolver em seus alunos uma "postura crítica diante da realidade, de informações e valores veiculados pela mídia e daqueles trazidos de casa'. (PCN, 1997, p. 30). Não se pode mais admitir uma prática pedagógica em Educação Ambiental que não seja crítica, emancipatória, porém, reforçando a pontuação dos PCN, devesse atentar para o fato de que "a EA crítica volta-se para um uma prática de transformação da sociedade em busca de uma sustentabilidade calcada em novos paradigmas, condições materiais, posturas ético políticas, entre outros"

(GUIMARÃES, 2004, p. 48).Infelizmente observa-se que o ser humano permanece, muitas vezes "desumanizado" em relação à Natureza. O Meio Ambiente sofre com as agressões e se não houver um "basta" as gerações futuras enfrentarão sérios problemas de sobrevivência. Não se quer ser alarmista como Lovelock[2] que afirma que "como resultado do aquecimento global no final do século XXI bilhões de nós morrerão e os poucos casais férteis de pessoas que sobreviverão estarão no Ártico onde o clima continuará tolerável. Ele afirma que, pelo final do século, a temperatura média nas regiões temperadas aumentarão 8°C e nos trópicos até 5°C, tornando a maior parte das terras agriculturáveis do mundo inabitáveis e impróprias para a produção de alimentos, mas há de se convir que não existe mais espaço para tanto desrespeito à Natureza". (LOVELOCK, J. "A Vingança de Gaia. RJ: Ed. Intrínseca, 2006).

Capra (2006, p. 57) afirma que "Não é exagero dizer que a sobrevivência da

humanidade vai depender da nossa capacidade, nas próximas décadas, de entender corretamente esses princípios da ecologia e da vida. (...) Cabe a nós aprender a aplicar esses princípios e criar sistemas de educação pelos quais as gerações futuras poderão aprender os princípios e aprender a planejar sociedades que os respeitem e aperfeiçoem".

Questiona-se: será que grande parte da população brasileira não age com ética, em relação ao Meio Ambiente? Haja vista quando se visualiza ambientes públicos após a prática de algum evento. O lixo e muitas vezes a depredação são cenários tristes que são observados com frequência. Convém destacar que tais procedimentos, também ocorrem em outros países, mas como não houve pesquisa "in loco" em relação a esses fatos não se pode apresentar resultados estatísticos sobre a incidência desse acontecimentos.

O enfoque teve como objetivo justificar a importância da atuação do educador ambiental em reverter a atitude do ser humano, em relação à Natureza, porém há de se observar que levar os alunos "apenas a reconhecer a gravidade dos problemas ambientais, como resultado de um processo educativo, pouco avança na construção da sustentabilidade. Sendo assim, a ação que parece prevalecer ainda nos ambientes educativos restringe-se apenas à difusão da percepção sobre a gravidade dos problemas ambientais e suas consequências para o meio ambiente. Essa perspectiva não é suficiente para uma educação ambiental que se pretenda crítica, capaz de intervir no processo de transformações socioambientais em prol da superação da crise ambiental da atualidade" (GUIMARÃES, 2006, p. 15-16). O educador tem uma responsabilidade muito grande em desenvolver uma prática pedagógica que seja capaz de interferir numa nova forma de viver ambientalmente correta. Segundo Jacobi (2003, p. 193) "o educador tem a função de mediador na

[2] James E. Lovelock, Pesquisador independente e ambientalista que vive na Inglaterra. Ele afirma que esforços para conter o aquecimento global já não surtirão sucesso completo. LOVELOCK, J. "A Vingança de Gaia. RJ: Ed. Intrínseca, 2006.

construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito de natureza."

Cabe ao professor despertar nas crianças, em especial as dos anos iniciais do Ensino Fundamental, o desejo de aprender, pois sem motivação a aprendizagem não acontece de fato. Concorda-se que "a aprendizagem exige ousadia para se colocar problemas, buscar soluções e experimentar novos caminhos" (PCN, v. 1, 1997, p. 99).

Referenciando-se Guimarães (2004, p. 38) "a educação ambiental é uma prática pedagógica. Essa prática não se realiza sozinha, mas nas relações do ambiente escolar, na interação entre os diferentes atores, conduzida por um sujeito, os educadores".

Sabe-se como educadora, que aprender não é fácil, exige persistência numa relação de respeito e de confiança entre professor e alunos. É importante destacar que o professor deve trabalhar de forma dinâmica, procurando interagir os alunos com as atividades, respeitando as limitações de cada um, acreditando no seu potencial, desenvolvendo a sua autoestima, incentivado-o a pesquisar, tornando-o criativo, autônomo e sempre disposto a 'aprender a aprender' sempre numa relação dialógica. A aprendizagem deve se tornar significativa e prazerosa.

Lima (2008, p. 35) pontua que "somente as situações que, de modo específico, problematizam o conhecimento levam à aprendizagem. Não é qualquer proposta ou qualquer interação em sala de aula, portanto, que promove a aprendizagem". Enfatiza-se, mais uma vez que em relação ao Meio Ambiente, o professor, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, deverá auxiliar os alunos "a construírem uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria." (PCN, 1997, p. 47).

Precisa-se de educadores reflexivos, capazes de desenvolverem, segundo Reigota (2010, p.26) "uma prática que seja criativa e democrática, fundamentada no diálogo entre professor e alunos", pois só com essa formação poderão desenvolver com seus alunos uma educação ambiental crítica. É imprescindível se reconhecer que: "Os problemas ambientais não são considerados graves porque afetam o planeta, entendido como algo externo, mas porque afetam a todos nós e colocam em risco a vida da espécie humana e a das demais espécies. Lamentavelmente, o avanço tecnológico do qual nos gabamos como seres dotados de razão e capazes de transformar a natureza não tem significado avanço para a própria biodiversidade da qual participamos". (GOMES, 2008 p.20, 21) Concorda-se que numa visão emancipatória a educação deve ser concebida "como práxis e processo dialógico, crítico, problematizador e transformador das condições objetivas e subjetivas que formam a realidade e que "busca por transformação social, o que engloba indivíduos, grupos e

classes sociais, culturas e estruturas, como base para a construção democrática de 'sociedades sustentáveis' e novos modos de se viver na natureza".

Para Oliveira (2003, p.23) "O desafio que se impõe é a transição de um paradigma conservador que predominou nos últimos séculos para um novo paradigma – emergente – que venha proporcionar a renovação de atitudes, valores e crenças exigidos neste novo século".

Loureiro (2.004) pontua que "o educador precisa romper com as práticas sociais contrárias ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade". Dessa forma o educador estará educando para transformar a realidade que ainda se mantém conservadora. Neste contexto "cabe à escola, por meio de suas atividades pedagógicas, mostrar ao aluno que as coisas não são inevitáveis e que tudo que passa por natural precisa ser questionado e pode, consequentemente, ser modificado". (CANDAU, e MOREIRA, 2.008, p. 42). Continuando a linha de pensamento, concorda-se com Costa (2003, p. 13) quando afirma que o aluno "passará a ser o sujeito da construção dos próprios conhecimentos, através da reflexão crítica, deixando, assim de ser um agente passivo no processo'. (http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/1648).

Quando se aborda a prática pedagógica, em especial a desenvolvida pelos professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, não se pode deixar de reconhecer que a avaliação faz parte do contexto pedagógico. Tecer considerações sobre Avaliação é difícil e exige que se tenha realizado uma investigação minuciosa a respeito do tema a fim se não se tornarem conclusões levianas. Apenas dar-se-á um enfoque sobre a importância de o professor refletir a respeito de sua prática e a necessidade de se ter um novo olhar sobre a avaliação de seus alunos.

Acredita-se, que por possuir uma prática pedagógica que ultrapassa meio século que a avaliação deva ser o ponto crucial do processo ensino aprendizagem. Dificilmente os educadores chegam a uma conclusão sobre o tema, que, aliás está presente na legislação e em pesquisas realizadas por estudiosos do assunto. A LDB 9394/96 destaca em seu artigo 24, inciso V que "a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios e, continuando a leitura do referido artigo, na alínea a encontra-se que "a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais".

Ao analisar esta pequenina amostra do texto legal, facilmente chega-se à conclusão que o tema avaliação merece uma pesquisa exclusiva, a fim de que seus resultados sejam fidedignos. A complexidade da sua prática em turmas, principalmente da Educação Básica, exige que o professor possua um conhecimento profundo sobre o assunto, que esteja comprometido com uma educação de qualidade. Pesquisas realizadas por vários estudiosos oportunizam seus resultados através de publicações. Encontram-se, na literatura abordagens excelentes sobre o tema, dentre outras as de

Esteban (2001, 2002, 2007), Hoffmann (2005), Perrenoud (1999) e tantos outros que oferecem subsídios aos professores para que possam compreender que: “a avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas (...). Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio”. (PCN, V. 1, p. 81)

Há necessidade de o professor rever a sua prática pedagógica, provocar mudanças no seu desempenho e possuir um novo olhar sobre a avaliação. Concorda-se com Esteban (2001, p. 187) que "Essas mudanças não podem ser impostas, precisam ser construídas cotidianamente de modo que a perspectiva democrática vá impregnando as práticas, sendo incorporada pelo senso comum, convencendo as pessoas e se constituindo como consenso."

Para terminar a singela abordagem sobre a avaliação, com destaque em EA,

ficar-se-á com o seguinte alerta: “Embora a verdadeira educação seja ambiental por excelência, uma vez que o planeta não é a somatória de indivíduos isolados em redomas, a educação começou a se tornar ambiental a partir de publicações, conferências, encontros, simpósios, reuniões em movimentos realizados ao longo do processo histórico,construindo as premissas iniciais que fundamentam a educação ambiental e que são amplamente utilizadas pelos profissionais educadores ambientais”. (MORALES, 2008, p. 17)

A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A família é a primeira instituição social que todo cidadão participa. A educação normalmente é informal e “nasce de modo espontâneo, sem necessitar de professores e escolas e atinge a todos em meio a suas atividades cotidianas”. (MEKSENAS, 2014, p.20), porém, dependendo da relação familiar e da consciência ambiental poderá ou não contribuir para uma formação ambiental crítica, emanciapatória.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros** BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares**

Nacionais: Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flávio B. **Indagações sobre Currículo**.Brasília: MEC/SEB, 2008 .

CAPRA, Fritjof. Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade. In HTONE, M.K.; BARLOW, Z. (orgs.). **Alfabetização Ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006

COSTA, Célio Marillo Menezes da. **Aprender a aprender: uma técnica de aprendizagem**. Padre Miguel, RJ: Simonsen, 2003

ESTEBAN, Maria. Tereza. **A Avaliação no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ESTEBAN, Maria Tereza. **O que sabe quem erra?** Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GOMES, Nilda Lino. **Indagações sobre currículo:** diversidade e currículo. Brasília: MEC, SEEB, 2008.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental Crítica**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. Armadilha Paradigmática na Educação Ambiental. In LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. de (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola**: um olhar reflexivo sobre a criança. [7 ed]. Porto Alegre: Mediação, 2007.

HOFFMANN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto alegre: Mediação, 2005.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação Ambiental:** o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. (on line) . Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a07v31n2.pdf Acesso em 14 de novembro de2010.

LANNA, Neusa Bastos Ruiz. **Desperdício de Alimentos: até quando?** Revista Digital Simonsen, nº 4. Disponível em www.@simonsen.br/revista digital, 2016/2

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (org.). **Verde cotidiano:** o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Brasília,

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo:** currículo e desenvolvimento

humano. **Brasília:** MEC. SEEB, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Considerações sobre o conceito de Educação Ambiental.** Teoria e Prática da Educação, Maringá, v. 2, n. 3, set. 1999.

LOUREIRO,C.F.B. *et al*. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOVELOCK, J. A. **Vingança de Gaia.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação**: Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo. Edições Loyola, 2014

MORALES, Angélica G. Muller. **Cenário da Educação Ambiental** – Processo de Institucionalização da educação Ambiental. Cadernos Temáticos da Diversidade. Curitiba: SEED – PR, 2008.

MIRANDA, Antonio Carlos de (org.). **A Dimensão do Mito:** na cosmologia; na educação ambiental; na história em quadrinhos. São Paulo: All Print Editora, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TOZONI-REIS, Marília F. C**. A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA.** Educação, Escola e Sociedade.

TOZONI-REIS, Marília. F . C. **Educação Ambiental:** natureza, razão e história. Campinas: Autores Associados, 2004.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação Ambiental:** o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. (on line) . Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a07v31n2.pdf Acesso em 14 de novembro de2010

LANNA, Neusa Bastos Ruiz. **Desperdício de Alimentos: até quando?** Disponível em www.@simonsen.br/revista digital, 2016/2

Revista Digital Simonsen
Como citar: ALBUQUERQUE, Anaquel Gonçalves; OLIVEIRA, Rosane Cristina. *Entre as Tarefas da Casa e o Exercício Profissional: Desafios da Mulher Moderna na Sociedade Conteporânea. In:* Revista Digital Simonsen, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: *www.simonsen.br/revistasimonsen* ISSN:2446-5941

CIÊNCIAS SOCIAIS

ENTRE AS TAREFAS DA CASA E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL: DESAFIOS DA MULHER MODERNA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Por: Anaquel Gonçalves Albuquerque[3]
Por: Rosane Cristina de Oliveira[4]

[3] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio.
[4] Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Humanidades Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio e professora das Faculdades Integradas Simonsen.

Revista Digital Simonsen

RESUMO

Embora muitas mulheres ainda prefiram se dedicar especificamente à maternidade ou casamento (por falta de opção ou até mesmo devido à escolha própria, em virtude de vários fatores a serem considerados, vinculados a representações históricas e sociais), o atual cenário social brasileiro tem se modificado nos últimos anos, sendo crescente o quantitativo de mulheres que têm assumido alternativas diferentes, com foco no binômio família e profissão. Desta forma, o presente artigo pretende abordar a tradição cultural de exploração e dominação masculina, presente no Brasil desde o período colonial, expondo os desafios vivenciados por inúmeras mulheres na tentativa de conciliar um grande número de tarefas de seu interesse, estando neles inclusos exigências de cunho familiar, profissional e de interesse pessoal, as quais embora contribuam para a independência financeira e emocional da mulher, bem como possibilite novos relacionamentos sociais, frequentemente ocasionam conflitos interpessoais que caminham para a violência e desestabilização da convivência familiar. Desta forma, traçaremos um breve panorama histórico e cultural de valores e normas estabelecidos pela sociedade, visando a compreensão e análise sobre a importância da aceitação ao processo de alteração dos papeis sociais estabelecidos para homens e mulheres, buscando suscitar a reflexão quanto à importância de que tais valores e normas sejam revistos.

PALAVRAS - CHAVES: Desafios – Mulher – Sociedade

PAPEIS SOCIAIS ESTABELECIDOS PARA HOMENS E MULHERES: REFLEXÕES INICIAIS

A trajetória da mulher ao longo dos anos é composta por avanços e permanências. Por um lado, o aspecto da dominação masculina pela via do patriarcado brasileiro (do século XVI ao XIX), mantinha a mulher diante de um papel social de subjugação e silenciamento, sendo frequentes a questão da violência cometida contra elas justamente pelo fato de que o “forte” seria o patriarca. O século XX, por outro lado, tornou-se palco de inúmeros movimentos sociais e ideológicos, entre os quais o feminismo destacou-se ao suscitar e reivindicar politicamente a igualdade de gênero. Nos anos 1960, a inserção e comercialização da pílula anticoncepcional promoveu um ponto importante de ruptura dos papéis sociais atribuído às mulheres, especialmente a maternidade e o cuidado em relação ao espaço doméstico. A pílula anticoncepcional traria para o universo feminino a escolha ou a negação da maternidade. Em relação ao mercado de trabalho, na Europa, anterior aos anos 1960, logo após a segunda guerra mundial, foi bastante significativa a inserção da mulher no mercado de trabalho, especialmente por conta da queda do contingente masculino em decorrência dos anos de guerra. Muitas mulheres tornaram-se arrimo de família. Desde então, notou-se, também, aumento

gradativo de mulheres nas universidades. Esta nova realidade colocaria em xeque, posteriormente, o papel da mulher na sociedade.

A partir da década de 1970 no Brasil, grande parte das mulheres jovens, solteiras e sem filhos passaram a se inserir de forma mais significativa no mercado de trabalho. No que concerne à inserção da mulher casada e com filhos no trabalho fora do lar, esta já ocorreu de maneira mais gradativa. Atualmente, esta inserção da mulher no mercado de trabalho tem sido cada vez mais crescente, sendo possível verificar um alto quantitativo de mulheres mais velhas, casadas e mães realizando atividades remuneradas fora do lar (Bruschini, 2007).

Diferentes fatores teriam ocasionado essa transição de mulheres de camadas médias da população que antes exerciam apenas atividades domésticas e passaram a realizar o trabalho remunerado fora do lar. Na década de 1970, por exemplo, com o aumento da inflação, surgiram as muitas dificuldades financeiras, ocasionando a perda do poder aquisitivo de grande parcela da sociedade. Concomitante a este processo, surge a precariedade na qualidade dos serviços públicos, principalmente nas áreas educacionais e de saúde, refletindo no aumento de gastos com despesas básicas e o incentivo de consumo na mídia, consequentemente aumentando o orçamento e gerando a necessidade de obtenção de maior recurso financeiro por parte das famílias de uma forma geral. (Bruschini, 2007; Fleck & Wagner, 2003; Losada & Rocha-Coutinho, 2007).

Além dos fatores supracitados, houve um aumento na escolaridade da população em geral, especialmente das mulheres, favorecendo na inserção destas no mercado de trabalho. Sendo assim, as mulheres passaram a ter menos filhos e aguardar mais tempo para consumar a maternidade (Losada & Rocha-Coutinho, 2007), evidenciando mudanças no contexto familiar, bem como no mercado de trabalho. Entretanto, é válido ressaltar que isto não constitui uma regra geral e ainda nos dias atuais, verifica-se uma enorme resistência da sociedade quanto à aceitação de determinadas escolhas por parte das mulheres, em virtude de uma herança histórica cultural, na qual prevaleceu o sistema patriarcal, onde a família geralmente é comandada pela figura masculina do pai, que detêm o poder sobre seus dependentes.

Já no período colonial é possível perceber os diferentes papeis estabelecidos para homens e mulheres, de maneira que

> O programa de estudos destinado às meninas era bem diferente do dirigido aos meninos, e mesmo nas matérias comuns, ministradas separadamente, o aprendizado delas limitava- se ao mínimo (...) Só as que mais tarde seriam destinadas ao convento aprendiam Latim e Música; as demais restringiam- se ao que interessava ao funcionamento do futuro lar: ler, escrever, contar , coser e bordar; além disso, no máximo que a mestra lhes refira alguns passos da história instrutivos e de edificação, e as faça entoar algumas cantigas inocentes, para as ter sempre alegres e divertidas.(Priore, 2012, p. 50-51)

A citação de Priore (2012) enfatiza desigualdades de gênero que certamente colaboraram para a constituição das relações de poder na sociedade brasileira, criando estereótipos femininos e

masculinos, com base em princípios de dominação e submissão ainda típicos no bojo da sociedade, constituindo um ato de violência, enquanto "mecanismo de poder utilizado na luta de preservação do status quo, na manutenção da organização social de gênero baseada nas desigualdades e nos desníveis de poder entre os gêneros."(Priori, 2007, p.27)

Ao utilizarmo-nos da História enquanto fonte de pesquisa, encontramos relatos de que já no período colonial o comportamento da mulher sempre sofreu influência da classe dominante e principalmente da igreja, de maneira que esta (a mulher) era vista como alguém que carregava consigo o pecado original de Eva e tendo sua sexualidade vigiada muito de perto, geralmente saindo de casa somente em 3 ocasiões específicas: para se batizar, casar ou ser enterrada. Acrescenta- se, ainda, o fato de que a partir de 12 anos de idade ou até mais cedo elas já podiam contrair matrimônio, o qual era decidido pelo pai, enquanto responsável pela escolha de seus respectivos maridos e se estas meninas chegassem aos 15 anos sem que tal fato ocorresse, havia uma inquietude generalizada por parte dos pais, em virtude dos valores misógenos predominantes no meio social, que determinavam a maternidade como o ápice da vida da mulher. Interessante, ainda, é ressaltar o fato de que mesmo após o casamento, a interferência da igreja no leito conjugal se fazia presente, estabelecendo que o ato sexual jamais se destinasse ao prazer, mas à procriação de filhos, sendo imposto que marido e mulher deveriam se empenhar para pagar o "débito conjugal", embora também devessem apresentar moderação e controle da carne. (Priore, 2012,p. 51-53)

De acordo com Rocha (1998, p. 12),

> O processo de construção da cidadania no Brasil esteve intimamente ligado à capacidade de lutas e organização dos marginalizados e relegados dos sistemas políticos e econômicos. Desde o período da colonização, os direitos civis e humanos foram negados a uma enorme parcela da população brasileira.

Estas palavras nos fazem relembrar parte da história brasileira, na qual o uso da violência vem ultrapassando gerações e usurpando direitos de inúmeras pessoas, que sem ter meios ou condições de lutar para sua respectiva obtenção, permanecem à margem da sociedade e sem quaisquer perspectivas de melhorias. Estariam inseridos neste contexto os negros, os índios, homossexuais e mulheres, dentre outros indivíduos, os quais sofreram e, por que não dizer que ainda sofrem, as marcas desta desigualdade imposta e vivenciada por uma grande parcela da população. Neste sentido, historicamente às mulheres o direito de escolha em relação ao próprio corpo, por exemplo, manteve-se negado, e somente a partir do surgimento da pílula anticoncepcional o direito ao corpo seria tomado enquanto elemento fundamental e de posse das

mulheres. Obviamente que tal processo não ocorreu rapidamente e na atualidade a luta pelo "empoderamento" feminino permanece em voga. Dos anos 1980 em diante com a inserção de políticas públicas para as mulheres (criação das Delegacias de atendimento às mulheres – DEAMs, Lei Maria da Penha, entre outras políticas) foram ações importantes no combate da exclusão social sofrida pelas mulheres.

Diante dos fatos explícitos, torna-se possível verificar que embora a sociedade esteja em constante processo de transformação, a escola, família, a religião, a mídia e a sociedade em geral, continuam ensinando e reafirmando de maneira velada ou explicita quais comportamentos são admissíveis como masculino (Nader, 2002, p.473), tal como a forma de se vestir, a associação do sexo a um instrumento de prazer e posse, bem como o exercício do trabalho remunerado como uma função que culturalmente lhe é atribuída, constituindo a base da respeitabilidade masculina na sociedade, enquanto provedor do lar, assegurando a este reconhecimento, segurança e autonomia. Desta forma, a alteração deste contexto imposto aos homens em geral pode vir a ocasionar o aumento da violência, ou representar a sensação de diminuição da masculinidade. A característica de provedor do lar destaca-se entre todas as atribuições masculinas, estando associada ao aspecto da virilidade, de maneira que o desemprego ou a insuficiência de recursos destinados às necessidades do lar desencadeia o sentimento de impotência, podendo também se constituir em um ato gerador de violência.

Portanto, seriam considerados atributos femininos a delicadeza, paciência, dedicação às tarefas do lar e à família, principalmente centrada na figura do marido, enquanto ao homem seriam impostas características como virilidade, coragem, autoconfiança e utilização da força verbal ou física, caso necessário, para que sejam impostos e obedecidos os seus desejos, vontades, e consequentemente, o seu poder, na tentativa de legitimar a dominação do masculino sobre o feminino, ainda que a obrigatoriedade de tais atributos ocasione o aumento da violência de gênero em nossa sociedade. Violência esta impulsionada geralmente pelo uso de drogas lícitas, como o álcool e o tabaco e devido a altas taxas de desemprego de longa duração, conforme relatos de funcionárias de albergues para mulheres vítimas de violência, segundo ressalta Saffioti (2015).

Desta forma, embora o patriarcado ainda se apresente como estrutura familiar básica na maioria das sociedades contemporâneas, torna-se necessário reconhecer que a sociedade passou e passa por inúmeras transformações, sendo permeada por lutas e rupturas, desconstruindo e construindo o papel destinado a homens e mulheres, exigindo que se repense na importância dos laços afetivos e nas favoráveis consequências de que ambos,homem e mulher, possam compartilhar e juntos, definir suas escolhas, sendo este um grande desafio para todo e qualquer cidadão, independente de classe social, raça ou etnia.

DESAFIOS COTIDIANOS NA CONCILIAÇÃO ENTRE VIDA DOMÉSTICA E PROFISSIONAL DAS MULHERES

Os desafios enfrentados pelas mulheres, especialmente no processo de negociação entre a vida privada (doméstica) e a vida profissional é um tema interessante. Em primeiro lugar há inúmeras discussões sobre o não reconhecimento e remuneração em relação à cargos ocupados por mulheres e homens, cuja discrepância é perceptível (mulheres ainda ganham menos do que os homens). Em segundo lugar, ainda é possível observar culturalmente a atribuição da mulher aos cuidados do lar e educação dos filhos e, neste sentido, a sociedade ainda tende a "culpabilizar" a mulher pelo insucesso dos filhos ou má manutenção do espaço doméstico, especialmente quando a mulher desempenha atividades profissionais fora do ambiente doméstico.

Para problematizar a questão proposta neste tópico, utilizaremos a análise de dois filmes: "Não sei como ela consegue" e "O Diabo veste Prada". O primeiro retrata a mulher como a figura responsável pelos afazeres domésticos e criação dos filhos e que ao se inserir no mercado de trabalho, tenta de uma forma sacrificante conciliar trabalho e atividades domésticas, bem como podemos verificar um cenário oposto, em "O Diabo veste Prada", quando remetemo-nos às mulheres que já não conseguem obter êxito ao tentar equilibrar paralelamente as exigências do trabalho e família, de forma a sofrer impactos negativos na área pessoal, visto que a realização profissional nem sempre é acompanhada pelo êxito amoroso.

O filme "Não sei como ela consegue" (I don't know how she does it, 2011), dirigido por Douglas McGrath, retrata como uma mulher moderna (Kate) pode assumir várias funções, sendo perfeita em todas elas: trabalha fora de casa como analista financeira, educa dois filhos, "cuida" do marido e busca se manter sempre elegante e arrumada. Durante a noite e madrugada, cria mentalmente uma variedade de listas, buscando dar conta de suas tarefas para o dia seguinte, mas sempre se *culpabilizando* caso algo saia do controle estabelecido por ela mesma. Entre as tarefas estão: levar a filha para a escola; dedicar-se ao trabalho; dar mais atenção ao marido; eventos beneficentes, aniversários etc. Com muita persistência, Kate até que consegue equilibrar as tarefas domésticas e as responsabilidades profissionais, mas se vê inserida em inúmeros conflitos cotidianos.

Tal filme retrata o cenário de inúmeras mulheres, que embora reconheçam que o papel atribuído à mulher funcione de acordo com a categoria de sexos, sendo esta "socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos", conforme ressalta Saffioti (1987,p.9). Estas mulheres ainda insistem em adentrar na esfera profissional fora do lar, concomitante ao desenvolvimento das tarefas domésticas, ainda que isto lhe cause extremo desgaste e fragilidade das relações afetivas familiares, visto que acumula várias

funções e nem sempre pode contar com o apoio familiar, conforme é retratado no filme em questão.

O filme também exemplifica de forma indireta como transcorrem as relações de poder entre homem e mulher, de maneira que quando a mulher decide conciliar trabalho e rotina doméstica, destaca-se em ambas as posições, priorizando sempre a questão doméstica. Esta priorização do espaço doméstico, enquanto modelo idealizado socialmente por uma tradição cultural machista, configura uma tentativa intencional de impedir que as mulheres conquistem novos espaços. (Priori, 2007,p.25)

Em "O Diabo veste Prada", o enredo gira em torno da arrogante Miranda Priestly**,** sob a Direção de David Frankel e inspirado em uma história real. Na trama, Miranda trabalha na Revista Runway, apresentando uma gestão agressiva e autoritária, onde não são incentivadas as relações interpessoais.

O filme levanta questões bastante interessantes, pois a personagem Andrea, vivida por Anne Hathaway, é uma jornalista recém-formada em busca de uma oportunidade de trabalho, trazendo consigo inúmeras expectativas e um total desconhecimento da esfera da moda e, sem imaginar o que a aguarda, é contratada para atuar na revista Runway.

Tanto Miranda quanto sua 1ª assistente, Emily, transmitem a Andy os piores encargos, embora aos poucos e com muita persistência Andy começa a conquistar a confiança da poderosa editora, revelando um potencial que até então não imaginava ser capaz, embora tenha que pagar um alto preço por sua recente transformação, de maneira a ser incompreendida por seu namorado e pelos antigos amigos.

Surge a reflexão sobre até que ponto é possível assumir determinados comportamentos, sem que interfira em nossa própria personalidade? Como conciliar mundos tão distintos: na área do amor e profissional? Andy percebe que está perdendo pessoas que lhes são especiais, podendo vir a se transformar numa pessoa fria e sozinha como Miranda, não sendo este o destino que ela gostaria de ter e por isso decide optar por um outro trabalho que a satisfaça em suas necessidades e, ao mesmo tempo, a possibilite desfrutar de momentos na presença de pessoas queridas, tendo também uma vida social e equilibrada entre trabalho e rotina diária.

Um momento importante no filme ocorre quando Andy chega à casa de Miranda para deixar o próximo exemplar da revista a ser publicado e assiste uma discussão entre Miranda e o marido, e este a culpabiliza pelo fracasso do casamento, pois trabalha demais e "não cumpre" satisfatoriamente alguns compromissos familiares, etc. Outra cena interessante é um diálogo entre Miranda e Andy, onde a primeira, aos prantos, comenta sobre o fim do casamento. Entretanto, a carreira seria o mais importante para Miranda.

O filme “O Diabo veste Prada” nos leva a refletir sobre o difícil desafio de conciliar rotina doméstica e vida profissional, de maneira que muitas mulheres, não conseguem se adaptar a estas mudanças, ocasionando que se abra mão de vários interesses pessoais, estando dentre eles a carreira profissional, na busca pelo acompanhamento da criação dos filhos (de maneira a não ser omissa no papel de mãe) e, ainda, poder satisfazer os desejos pessoais de seu cônjuge. Neste caso, seria viável compartilhar a partilha de responsabilidades por homens e mulheres em qualquer campo de atividade, não de forma a configurar como uma ajuda, onde a responsabilidade seria sempre do outro, mas de partilhar a vida doméstica, o lazer e as atividades que asseguram o sustento da família. (Saffioti,1987, p.15)

De acordo com Diniz (2004) trabalhar fora de casa pode contribuir para aumentar a autoestima e o senso de confiança da mulher, contribuindo de forma satisfatória para um desempenho das funções familiares. Entretanto, as tradições políticas, sociais e culturais têm dificultado à mulher conciliar os encargos sociais e familiares. Na busca desenfreada pela obtenção do êxito em todas as suas ações, poucas são aquelas que conseguem o reconhecimento e apoio familiar na realização das atividades diárias, sendo geralmente expostas a um extremo desgaste, o qual ocasiona o surgimento de uma série de problemas físicos e emocionais, pois além de trabalharem fora de casa, realizam as tarefas domésticas e ainda acumulam mais responsabilidades, sendo sempre pressionadas quanto ao cumprimento de seus papéis e gerando o sentimento de culpa quando estas não conseguem suprir as expectativas familiares e profissionais, por mais que tenham se esforçado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou demonstrar os desafios vivenciados pela mulher na sociedade contemporânea, a qual geralmente tem buscado conciliar a vida doméstica e o exercício das atividades profissionais, enfrentando um cenário de resistência na qual a sociedade historicamente determinou e continua estimulando características e papeis sociais distintos a homens e mulheres.

Desta forma, ao homem reforça-se o desenvolvimento da competição e agressividade, ao passo que à mulher são determinadas a sensibilidade, o cuidado e a afetividade.

De acordo com Priori (2007, p.25) “Fatores econômicos, políticos e culturais, juntamente com crises conjugais e desgaste das relações pessoais são desencadeadoras das múltiplas formas da violência, entre elas a de gênero, e geram consequências irreparáveis para os indivíduos, para a família e para os diferentes grupos da população.” Ou seja, a violência perpassa por gerações, sendo um problema que preocupa a todos, em virtude de sua abrangência e respectiva possibilidade de reprodução.

O presente trabalho não ampliou a discussão sobre os problemas de violência física praticada contra mulheres quando estas optam por caminhos diferentes dos que lhes são impostos pela sociedade, em virtude da abrangência do assunto, mas é válido ressaltar que a violência simbólica, definida por Bordieu (2001) como uma forma de poder irreconhecível e legitimada, torna-se imperceptível por aquele que a comete e, por vezes, pelos que são afetados direta ou indiretamente por ela, uma vez que fazem parte de um jogo de poder naturalizado. Assim, a violência representa um instrumento de dominação, estando relacionada a ideologia estabelecida pela classe dominante sobre a classe dominada, por meio de uma cultura que une, separa e legitima, abrangendo as diferentes classes sociais, idade e cultura.

Schirmer (1997) ressalta que é necessário que se encontrem soluções para viabilizar a permanência da mulher no mercado de trabalho, porém torna-se necessário que as mudanças oriundas da contemporaneidade sobre a relação familiar sejam apreendidas e contextualizadas.

Desta forma, já não é mas possível visualizar tão somente o papel do homem como provedor da família e o da mulher como a única responsável pelas tarefas do lar e criação dos filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRUSCHINI, M. C. A. (2007). *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa*, *37*(132), 537-572. doi:10.1590/S0100-15742007000300003.

DINIZ, Gláucia. Mulher, *Trabalho e saúde mental*. In: CODO, Wanderley (Org.). O trabalho enlouquece: Um encontro entre a clínica e o trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 105-134.

FLECK, A. C., & Wagner, A. (2003). *A mulher como principal provedora do sustento econômico familiar* [Número especial]. *Psicologia em Estudo, 8*, 31-38.

LOSADA, B. L., & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). *Redefinindo o significado da atividade profissional para as mulheres: O caso das pequenas empresárias. Psicologia em Estudo, 12*(3), 493-502. doi:10.1590/S1413-73722007000300006.

NADER, Maria Beatriz. *A condição masculina na sociedade*. Dimensões: Revista de História da. UFES, Vitória, n. 14, p. 461-480, 2002

PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*.São Paulo: Contexto,2012.

PRIORI, Claudia. *Retratos da violência de gênero: denúncias na Delegacia da Mulher de Maringá* (1987-1996). Maringá: Eduem, 2007.

ROCHA, José Geraldo da. *Teologia e Negritude*. Santa Maria: Pallotti,1998

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHIRMER, J. *Trabalho e maternidade: Qual o custo para as mulheres?* In: OLIVEIRA, E. M. e SCAVONE, L. (orgs). Trabalho, saúde e gênero na era da globalização. Goiânia, A. B. Edit., 1997.

Revista Digital Simonsen
Como citar: PAIXÃO, Andréa. *Encarceramento feminino no presídio talavera bruce. In:* Revista Digital Simonsen, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: *www.simonsen.br/revistasimonsen* ISSN:2446-5941

SERVIÇO SOCIAL

NOTAS DE PESQUISA SOBRE ENCARCERAMENTO FEMININO NO PRESÍDIO TALAVERA BRUCE

Por:Andréa Paixão[1]

[1] Assistente Social graduada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciência Sociais (PPGCS) da UFRRJ, Docente do curso de Serviço Social das Faculdade Integradas Simonsen e CBM-UNICBE. paixxaoandrea@gmail.com

Revista Digital Simonsen

RESUMO

Este artigo é parte da dissertação de mestrado que teve como objeto de estudo o encarceramento e as relações afetivas e sexuais entre mulheres no Presídio Feminino Talavera Bruce e permitiu identificar algumas transformações na política de execução penal quanto ao tratamento dispensando a estas mulheres bem como as práticas de violência institucional que vem sendo discutidas ao longo do tempo tanto por pesquisadores como por instituições que se dedicam ao tema.

PALAVRAS - CHAVES: Prisão Feminina, sexualidade, encarceramento

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XVII surgem os novos modelos do sistema punitivo, que deixa para trás os suplícios para punir o corpo do indivíduo, passando para um modelo de "humanização", onde a alma deve ser punida. As dores deixam de marcar o corpo através de esquartejamentos, açoites etc., e passam a marcar a alma, através da supressão da liberdade e da solidão do isolamento.

Para Foucault:

> Essa necessidade de um castigo sem suplício é formulada primeiro como um grito do coração ou da natureza indignada: no pior dos assassinos, uma coisa pelo menos deve ser respeitada quando punimos: sua 'humanidade'. (FOUCAULT, 1987: 63)

O novo modelo, no entanto, vem, desde sua criação, fadado ao fracasso. O enclausuramento provoca intensa interiorização da cultura prisional, marcada pela disciplina e domesticação dos indivíduos, e se expressa principalmente nos corpos. O processo acaba por fazer com que se adaptem às regras e internalizem os códigos sociais dos reclusos: conviver harmoniosamente com seus sistemas de valores e "aceitar" pacificamente as privações de liberdade material e sexual, para que não sofram sanções caso as regras sejam violadas (CLEMMER, *apud* CUNHA, 1991: 4).

A prisão também segue o modelo de administração sugerido por Foucault (1979), notadamente, em seus escritos sobre a governamentalidade, onde o "governo" é o governo das

almas, uma economia de gerência dos sujeitos, das subjetividades, através não de leis apenas, mas, por meio de táticas onde a "arte de governar", nesse caso específico, se dá por meio da gerência da vida, da disciplina. Na prisão, assim como na governamentalidade de Foucault, as leis não são os instrumentos principais, pois as táticas as substituem. Um bom exemplo do uso dessas táticas no ambiente prisional é o domínio por parte do aparelho estatal sobre os contatos dos presos com o mundo exterior, através do controle da correspondência, das visitas que deverão ou poderão receber, do alimento que recebem das visitas, das roupas e cores que podem usar, entre outros aspectos.

Endossando esta análise, é possível pensar que as práticas empregadas no contexto prisional com a finalidade de "controlar e disciplinar" produzem um tipo de violência a que podemos chamar de violência estatal, aquela que provoca sofrimento individual, uma economia moral, uma biopolítica que lida com a vida dos seres humanos, os indesejados, os que sofrem, etc. (FASSIM, 2014). A hostilidade com que os indivíduos encarcerados se voltam àqueles encarregados de "cuidar" do cumprimento das penas (agentes penitenciários e diretores de unidades, principalmente) é inversamente proporcional ao sentimento de solidariedade entre eles. No entanto, o enclausuramento pode se tornar uma "escola" para os sujeitos aprisionados.

Como falamos de um sistema punitivo disciplinador e domesticador, de vigilância constante e que produz reincidência expressiva[2] de aproximadamente 70% (BRASIL, 2015), é importante pensar acerca do potencial dessa "escola" em formar novos ou mais sofisticados criminosos - o que mostra o seu fracasso.

A punição para "mulheres criminosas" com a restrição da liberdade em ambiente específico, uma penitenciária exclusivamente feminina, no Brasil, data do ano de 1941, com a criação da Penitenciária de Mulheres, em São Paulo, reforçada em 1942 com a criação da Penitenciária Feminina da Capital Federal, no Rio de Janeiro. Até então, as mulheres cumpriam pena em celas mistas nas penitenciárias masculinas, casas de correção ou delegacias[3]. Em algumas penitenciárias elas tinham alas, celas ou salas próprias ao confinamento[4].

Partindo do princípio de que a mulher afastada de seu papel social estava mais propensa a cometer crimes, Lemos de Brito, penitenciarista e idealizador das penitenciárias femininas, sugeriu

---

[2] Fonte: Ipea. Disponível em: << http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/07/572bba385357003379ffeb4c9aa1f0d9.pdf>>. Acesso em 14 Jan 2017

[3] Segundo dados do Infopen, no ano de 2008 existiam no Brasil 450 estabelecimentos penais para ambos os sexos e 58 exclusivamente para mulheres. Disponível em: http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf. Acesso em: 15 jun 2016

[4] ARTUR, Ângela T. "Presídio de Mulheres": as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo,1930-1950.2009.Disponívelem:http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0925.pdf. Acesso em: 19 jan 2016.

que elas deveriam ser administradas por freiras (LIMA, 1983). A prisão seria o *locus* onde a mulher recuperaria seu lugar, seu papel de santa, onde os "demônios" seriam expulsos e, para tanto, a educação religiosa era o caminho:

> Vão ser aplicados os atributos da santa, diretamente sobre a prisioneira, como prática de sua recuperação. Por exemplo, o fato de que a santa é uma imagem assexuada terá como decorrência preceitos práticos para a prisioneira (a negação da visita íntima para a mulher na prisão é um exemplo). (LIMA, 1983: 43)

Com a ideia de domesticação, de recuperar na mulher a feminilidade, a doçura, sua "santidade", a administração da penitenciária feminina pelas religiosas concretizaria a imaginada prisão-convento, fórmula ideal para o fim proposto. A construção da penitenciária sugeria mesmo uma ideia de convento, por seus muros baixos e certo "convívio" com a comunidade local. Nesse sentido, após a contratação das religiosas para sua administração, a penitenciária recebeu no pátio central a construção de uma capela, onde, aos domingos havia celebração de missas abertas à comunidade com propósito de mostrar que aquele era um lugar de redenção e não de punição.(LIMA, 1983).

O fracasso do modelo de prisão convento segue a história do fracasso da pena de prisão desde 1820 na França. "[...] pode-se afirmar que, enquanto projeto de transformação de indivíduos, a prisão foi um *fracasso total* " (CAMARGO, 1990 :135). O objetivo de recuperar criminosos com a pena de prisão criou uma espécie de oficina de formação de criminosos. A ociosidade e a não separação por crimes cometidos, colocando na mesma cela praticantes de crimes variados, pode ser, no meu entendimento, uma maneira eficaz de minar qualquer tentativa de ressocialização. Ademais, a prisão acaba funcionando como local privilegiado de violação de direitos como, por exemplo: o direito à justiça, que se expressa em casos de presos sem assistência jurídica, sem julgamento, que tenham cumprido pena por crimes que não cometeram ou, ainda, quando cumpriram toda a pena e continuam presos, além de outras tantas causas.

A história nos mostra que pouco mudou no sistema de punição no Brasil e no mundo e por isso seu fracasso é percebido ainda hoje. No entanto, não há distinção de gênero para esse fenômeno: o fracasso da punição através da pena restritiva de liberdade e de direitos atinge homens e mulheres, sendo possível notar, entretanto, que as mulheres são ainda as que mais sofrem seus efeitos.

O encarceramento de mulheres vem crescendo de forma sistemática nos últimos anos, segundo dados consolidados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Entre os anos de 2000 e 2014, no Brasil, o número de mulheres presas aumentou 567%, enquanto o encarceramento global (entre homens e mulheres) se elevou em 119% no mesmo período[5]. A despeito de o número

[5] Relatório Penitenciário de 2014. Disponível em: http://s.conjur.com.br/dl/infopen-mulheres-depen.pdf

de mulheres presas ser consideravelmente menor que o número de homens presos – 93,4% para os homens e 6,3% para as mulheres –, trata-se de número bem elevado, visto que no ano 2000 ele representava 5,6 mil mulheres e, em junho de 2014, chegava a 37,3 mil.

TALAVERA BRUCE: O CAMPO EM QUESTÃO

Para a realização da pesquisa que originou este artigo foi necessário submeter o projeto à Escola de Gestão Penitenciária (EGP) da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (SEAP) para avaliação e liberação da minha entrada na unidade prisional. Cada unidade prisional do Estado pode receber, segundo as regras da EGP, somente dois pesquisadores por vez e cada pesquisador tem três meses para concluir seu trabalho, podendo ser prorrogado. O projeto também foi submetido à Comissão de Ética na Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde foi avaliado e aprovado.

Muitas barreiras são colocadas pelos gestores do sistema penitenciário para a entrada de pessoas "estranhas à instituição". A alegação mais comum – e convincente - é de que o número de agentes penitenciários é deficitário e qualquer pessoa que entre na unidade deve ser acompanhada por um agente, o que modifica a rotina interna (por exemplo, quando outro agente tem que sair de seu posto para buscar um preso para ser entrevistado, como no meu caso). No Presídio Talavera Bruce não é diferente. O número de agentes por plantão é bem inferior ao desejado. São apenas sete.

A penitenciária funciona no mesmo local de sua criação e sua estrutura física é praticamente a mesma. Foram construídos mais dois pavilhões com celas coletivas, que comportam oito presas cada. As celas individuais ainda existem e são ocupadas por presas idosas (doze celas) e por casais homossexuais, em sua maioria. O prédio ainda conserva as características do período das freiras. Logo na entrada está localizada a capela. Entre a capela e o prédio principal, podemos avistar o muro baixo do "convento".

No entanto, toda área está cercada por um enorme muro de concreto, impossibilitando qualquer contato com o meio exterior, cumprindo, assim, a lógica da arquitetura prisional moderna. As atividades hoje oferecidas às presas não estão muito distantes daquelas oferecidas em sua criação, remetendo sempre ao espaço privado, à domesticidade; há uma oficina de costura, uma padaria e uma cozinha industrial.

As instituições evangélicas estão muito presentes nas penitenciárias brasileiras. O número de presas "convertidas" é expressivamente alto, configurando quase a totalidade da população do

Talavera Bruce, conforme informações de vários atores institucionais com os quais conversei durante a pesquisa.

Apesar de um sistema ordenado por legislação única no âmbito federal, os presídios brasileiros têm características próprias e cada um segue as diretrizes das secretarias estaduais.

O não-estranhamento sobre o meu objeto de pesquisa, as relações e práticas afetivas e sexuais entre mulheres naquele ambiente, mostra que a ideia inicial de controle rigoroso sobre as relações afetivas, eróticas e sexuais entre mulheres no espaço prisional tinha, ali, uma especificidade bem diferente do período das freiras e da minha primeira experiência em um presídio feminino

A marca de minha inserção no campo foi a grande receptividade. A chefe de segurança, que me recebeu quando fui pela primeira vez à penitenciária, havia sido substituída e estava exercendo a função de guarda. Foi ela quem me acompanhou durante o primeiro dia em que lá estive. Enquanto conversávamos à porta da Inspetoria, seis presas aguardavam para ser atendidas pelo defensor público, sentadas nas cadeiras colocadas no corredor. Uma das presas me perguntou se eu era psicóloga e a guarda então respondeu: *"É pesquisadora. Ela vai pesquisar as relações homossexuais, aqui, das lésbicas".*

Nesse momento, eu já havia percebido a presença de uma "sapatão[6]" na fila. Essa percepção tem como fundamento a maneira como elas se vestem e se comportam dentro do espaço prisional. Apesar de a roupa ser sempre a mesma: camisa de malha branca e bermuda ou calça jeans (e, para as faxinas[7], camisa de malha verde), é possível observar que a "sapatão" assume uma caracterização diferenciada, geralmente usando cabelo raspado, bem curto, com um topete, às vezes descolorido pela água oxigenada, e tem pelos nas pernas.

A reação das presas à informação da guarda foi imediata. Muitos risos e cochichos. Uma presa, então, perguntou: *"como é essa pesquisa, o que a senhora quer saber?"*. Nesse momento, me aproximei do grupo e expliquei que era uma pesquisa sobre as relações afetivas e/ou sexuais que elas estabeleciam entre si, que eu queria entender como elas aconteciam e se era possível haver afeto além de outros sentimentos envolvidos nesses casos e que eu iria fazer entrevistas com quem quisesse participar. Tive o cuidado de deixar claro que a participação na pesquisa não era obrigatória, que só participaria quem realmente quisesse. Logo uma presa disse: *"Eu quero. A senhora pode me chamar. Eu tô com ela"* se referindo à companheira sentada ao seu lado.

---

[6] Me aproprio desse termo nativo para dar referência às mulheres que se relacionam afetiva, erótica e sexualmente com outras mulheres na penitenciária, pelo fato de elas mesmas desejarem ser assim tratadas. Sobre o uso desse e de outros termos empregados por presas e equipe para designar mulheres homossexuais naquele espaço, tratarei com detalhes mais adiante.

[7] Faxinas são as presas que trabalham. Não importa o setor ou a ocupação, todas as faxinas devem usar uma camisa de malha verde, com a marca SEAP estampada em branco nas costas.

A partir daí, das seis presas, três se identificaram como homossexuais e se colocaram à disposição para dar entrevistas, além de sugerirem outras colegas.

Registrei os nomes no caderno de campo e informei que na semana seguinte eu voltaria e chamaria cada uma. Outra presa ao dar seu nome disse: *"Coloca o nome de outra aí. É minha companheira. Pode colocar que ela vem. Ela vai querer."* Anotei, então, os quatro nomes e pedi a elas que, caso conhecessem mais alguma mulher que se relacionava com outra e que quisesse participar, para deixarem os nomes na Inspetoria. Na semana seguinte, comecei as entrevistas e mais dois nomes foram sugeridos por elas.

As agentes trabalham por plantão de 24 horas. São quatro turmas com sete guardas por turma. Dois agentes ficam exclusivamente na portaria (sempre um do sexo masculino e uma do sexo feminino) e as demais guardas cuidam de todo o resto. São responsáveis por tirar e devolver as presas às celas para fazer suas atividades ou para atendimento em algum serviço, além de toda a segurança da penitenciária.

Devido ao número muito reduzido de agentes, sempre que chegava à unidade, entregava a lista com os nomes das presas que seriam entrevistadas e deixava a critério das guardas quem seria 'tirada'. Entre as três primeiras interlocutoras que se ofereceram para participar da pesquisa, duas eram da mesma cela, além de outra que teve seu nome sugerido pela companheira. Isso facilitou bastante o trabalho das guardas, pois não houve necessidade de muita movimentação.

No segundo dia de entrevista, uma interlocutora de outro pavilhão sugeriu o nome de sua companheira para participar da pesquisa: *"a senhora chama minha companheira? Eu falei com ela e ela quer conversar também".* Esta fala revela não só a vontade de participar da pesquisa, mas a vontade das presas em "conversar", falar. As entrevistas foram momentos em que as interlocutoras usavam para falar de si. Contavam suas histórias sem qualquer constrangimento e com muita naturalidade. Como eu não tinha um questionário, começava apresentando-me e à pesquisa. A partir daí, elas começavam a falar e eu conduzia suas falas para o meu objeto para que o foco não fosse perdido, pois decidi me apresentar não só como pesquisadora, mas também assistente social e em muitos momentos elas pediam informações ou algum tipo de ajuda, como por exemplo, entrar em contato com a família que não as visitava para saber notícias, solicitar um agendamento com a diretora ou tirar dúvidas sobre seus processos**.** A impressão inicial sobre a boa receptividade que tive no campo foi se consolidando a cada visita.

As entrevistas, que aconteciam na biblioteca, tiveram que ser transferidas para outro local. Um membro da equipe administrativa me informou que não poderia ficar lá e me sugeriu a sala da "segurança". No entanto, nesta sala, trabalham duas pessoas e eu então informei de todo o cuidado que devemos ter para garantir o sigilo das entrevistas, inclusive todo o trâmite para autorização da

pesquisa nos comitês de ética tanto da Universidade, como do Ministério da Saúde. Prontamente ela entendeu minha explicação e me autorizou a ocupar a sala da Defensoria.

O cuidado em preservar o sigilo e a identidade das interlocutoras foi permanente durante a pesquisa. Em todas as entrevistas, expliquei que, para preservar sua identidade e para maior segurança, caso houvesse, por parte dela, algum relato denunciando situações de violência, violações de direitos etc., sugeria que escolhesse um nome fictício. Nem todas as interlocutoras acolheram a ideia. Algumas disseram para manter seus nomes, no entanto, considerando as diversas declarações sobre casos de violência e violações de direitos, decidi eu mesma identificá-las com nomes fictícios escolhidos por mim e, assim, as identidades serão preservadas e obviamente o sigilo será garantido, como pressuposto do trabalho. Os critérios de observância ao sigilo e preservação das identidades, além da veracidade, são salientados por Beker:

> O investigador consequentemente enfrenta um dilema ético: a ciência exige relatos francos e irrestritos, e as questões das quais os membros dos grupos se queixam podem ser aspectos importantes do funcionamento do grupo, cuja supressão enfraqueceria o relato e o privaria de importância científica. Por outro lado, o investigador certamente tem alguma obrigação de não causar danos àqueles que permitiram que ele os estudasse; ele pode, de fato, ter prometido a eles que não seriam prejudicados. Ao fazer a promessa, ele pode ter querido dizer meramente que não exporia nenhum *indivíduo* ao ridículo ou à retaliação [...] (BEKER, 1997: 133)

A pesquisa, no entanto, não teve a pretensão de levantar denúncias ou criar tensões e conflitos entre a academia e o campo pesquisado ou deste com as interlocutoras. Contudo, pela minha trajetória profissional, posso afirmar que não seria possível fazê-lo com fidelidade, se não pudesse dar voz às interlocutoras. De acordo com Foucault (1970), o discurso não está preso só a quem fala: após o pronunciado, cada um pode "usá-lo" como entender ou interpretar por isso, as denúncias apuradas durante as entrevistas não foram discutidas para que não se perdesse seu foco principal. No entanto, alguns atores institucionais se mostraram apreensivos com o conteúdo das entrevistas, conforme percebi em conversas informais com diversos deles.

Em uma dessas conversas informais com um desses atores institucionais, após o primeiro dia de entrevistas, fui questionada: *"E aí? Estão metendo muito o pau na gente?"*. A pergunta revela a importância de assegurar o sigilo e, por outro lado, me fez pensar o que poderia fazer com que as presas "metessem o pau", em que medida a aparente "tranqüilidade" da unidade, até então percebida, abrigava situações a serem denunciadas, a ponto de preocupar os dirigentes? Minha resposta à pergunta foi: "Não falamos sobre outro assunto, senão a minha proposta de pesquisa". Decidi, naquele momento, que eu não poderia dizer outra coisa, a fim de garantir a continuidade da pesquisa e também a fidelidade do sigilo.

Percebi nas entrevistas que não há uma proximidade entre as narrativas da equipe da penitenciária e as das presas. Ficou explícito que as presas têm seus códigos e suas linguagens. Exemplo disso é que, para a equipe da penitenciária, as homossexuais são aquelas mulheres que se auto declaram desta forma. No entanto, durante as entrevistas, as interlocutoras me fizeram algumas revelações a respeito de mulheres que têm "caso na cadeia" em segredo, e é interessante por que esses casos não são socializados. Todas sabem, mas ninguém fala.

Muitos podem ser os motivos para que esses "casos" sejam silenciados. Uma possibilidade é que muitas das mulheres são presas mais antigas, acima dos 50 – 60 anos. Geralmente, essas são as "mães" ou "tias" da cadeia. Uma espécie de parentesco, que se traduz em proteção, principalmente afetiva.

Camargo (1990) atenta para o que chamo aqui de silêncio ou de códigos entre as presas durante seu tempo de segregação ao mundo exterior à prisão, uma espécie de tratado da cumplicidade:

> A grande saída coletiva e mais reveladora da capacidade de resistência dos presidiários é a criação de um sistema próprio de interação social e de poder, denominado de *"sociedade dos cativos".* A tendência a organizar-se como uma sociedade paralela torna-se mais visível nas grandes penitenciárias, onde existe divisão social do trabalho, hierarquia própria, código de ética rígido, com conseqüente sistema de punições e prêmios. (CAMARGO, 1990: 137)

O silêncio das presas em relação às experiências afetivas e/ou sexuais não pode ser atribuído a todas, já que muitas se interessaram por participar da pesquisa. Esse interesse imediato não só das presas como de toda a equipe da penitenciária foi na contramão do que eu havia projetado. Pensei que seria difícil a inserção e discorrer sobre o assunto, uma vez que falar de sexualidade é ainda um tabu. Fui surpreendida quando não encontrei naquele espaço qualquer constrangimento ou repressão pelo meu objeto de pesquisa e o tema a ser abordado. Ao contrário, tanto os atores institucionais como as presas mostraram enorme vontade em falar. Uma fala muito recorrente entre as agentes penitenciárias foi: *"por que você não estuda a gente? Ninguém quer saber das guardas..."*. Importante ressaltar, como dito anteriormente, que em muitos momentos ficou claro que havia uma vontade de falar e essa vontade vinha não só por parte das presas que se dispuseram a dar entrevistas, mas também das guardas.

O pesquisador deve ser um instrumento de diálogo entre distintas narrativas e representações, não apenas um coletor de falas ou dados. Deve criar empatia com os interlocutores, para que estabeleçam entre si confiança e troca.

Nas entrevistas, todas as interlocutoras estiveram sempre muito à vontade para falar. E falaram sobre tudo: suas relações familiares, suas angústias, suas penas e, inclusive, do que, fora da prisão, consideramos os segredos mais íntimos. Contaram como suas relações pessoais se dão,

inclusive como se relacionam sexualmente, as posições que mais gostam ou que não gostam, falaram dos segredos mais íntimos, que dificilmente acredito que aconteçam com freqüência entre pessoas – pesquisadores ou não, presas ou não –, que não têm um grau mais elevado de intimidade, considerando que tínhamos apenas um encontro.

Notadamente, elas têm interesse em falar, em contar suas histórias para quem deseja ouvir, o que pode ser uma forma de se escutarem por meio de suas narrativas. O convite à fala funciona, então, como um convite à elaboração, à organização do discurso dirigido não só para quem escuta, mas também para si mesmas e isso lhes interessa.

Todas essas questões surgiram no contato com as presas durante as entrevistas. Desta forma, me atrevo a dizer é que a minha presença proporcionou, às presas, ficar frente à frente com sua realidade. Não só a realidade da vida na prisão, mas aquela de onde vieram e para a qual, um dia, certamente voltarão (ou não...).

Penso ser esta uma realidade, que está silenciada por parcela significativa da população e também pelo Estado. O não dito sobre as pessoas que ocupam o sistema prisional brasileiro diz muito para elas e para os que se debruçam a estudar e a pensar sobre a eficácia do sistema punitivo aplicado hoje no Brasil. Um sistema que não só pune, mas que destitui direitos, numa perspectiva de seletividade, como apontam os dados do Relatório Penitenciário de 2014[8].

No sistema penitenciário brasileiro, do total de presos, 31% têm entre 18 e 24 anos de idade - e no estado do Rio de Janeiro esse percentual chega a 62%; do total, 20% têm entre 25 e 29 anos de idade - e no estado do Rio de Janeiro somam 20%. Em outra vertente, 67% das pessoas presas no Brasil são negras - e no estado do Rio de Janeiro elas representam 71,6% do total de presos.

Esses dados me instigaram a conhecer o perfil das mulheres que cumprem pena de prisão na Penitenciária Talavera Bruce. A ideia seria fazer uma pesquisa documental junto aos prontuários de cada uma, caso a unidade não possuísse esse perfil.

No entanto, em contato com a equipe administrativa da unidade, perguntei se esses dados estavam disponíveis e fui informada de que não. Diante da negativa, falei do interesse em conhecer o perfil das presas, levantando algumas informações como idade, cor (raça, etnia), escolarização e tipo de crime e, para tanto, precisava ter acesso aos prontuários de cada uma. A resposta foi uma negativa com a alegação de que *"tem coisas sigilosas. Você não pode ter acesso"*. No gancho dessas informações que pedi, perguntei se havia um arquivo com os documentos da época em que o presídio foi administrado pelas freiras[9] e obtive a seguinte resposta: *"Olha... sei que tem uns*

[8] Relatório Penitenciário de 2014. Disponível em: http://s.conjur.com.br/dl/infopen-mulheres-depen.pdf

[9] Meu interesse em ter acesso ao arquivo do período das freiras era confirmar as revelações feitas por alguns autores sobre o sistema de administração e também buscar novos dados que pudessem enriquecer e/ou elucidar os dados colhidos nesta pesquisa.

documentos no sótão. Muita coisa perdeu por causa de chuva. Molhou tudo e jogaram fora, mas pra pegar tem que ter alguém só pra isso. Um funcionário mesmo e nós não temos. Tem pouca gente."

Não traçar esse perfil não afetou a proposta inicial do trabalho, mas o deixou incompleto, uma vez que não foi possível mostrar quem são e o que levou estas mulheres à prisão, a partir de um olhar mais generalizante.

Conhecer o perfil das mulheres que cumprem pena de prisão na Penitenciária Talavera Bruce seria uma maneira de revelar como o Estado as vê e o que interessa a ele, Estado, saber sobre elas. Um dado significativo seria saber se no prontuário das presas há algum registro sobre sua orientação sexual, pois a homossexualidade na unidade pesquisada tem sido tratada pela direção e toda a equipe de forma 'natural'.

Essa naturalidade foi percebida, quando não notei, em nenhum momento, por nenhum membro do corpo administrativo, diretor ou pelos agentes, qualquer surpresa ou desaprovação ao saberem da minha proposta de estudo. A lista com nomes de mulheres que e declaram homossexuais é um bom exemplo.

Essa medida, no entanto, não pode ser percebida como um entendimento, respeito e/ou valorização da homossexualidade apenas. É importante pensar em que medida esta não seria uma estratégia da administração da penitenciária para disciplinar, domesticar ou até mesmo segregar esses sujeitos. Em outras palavras, até que ponto o uso desse conhecimento não serviria para a administração como moeda de troca em diversas situações como, por exemplo, a 'paz' na cadeia. Estando a presa em harmonia com sua companheira, não haverá de se envolver em confusões com outras presas ou com algum membro da equipe. Uma presa tranquila garante a paz na cadeia e essa tranqüilidade muitas vezes vem do estado emocional. Paz e tranqüilidade entre as presas é garantia de evitar rebeliões, por exemplo.

As tensões e os afetos perpassam as relações nas prisões femininas. Por isso, as relações entre mulheres no ambiente prisional acontecem como possibilidade de exercer o afeto, pois há, além das relações afetivas, eróticas e sexuais, o afeto das pseudo famílias[10]. São formadas redes de solidariedade e cuidado entre as presas mais novas e as mais velhas, consideradas tias, madrinhas ou mães de cadeia. As relações afetivas e sexuais, por exemplo, para que aconteçam, devem contar com o apoio das mães de cadeia.

Os códigos sociais da prisão, no entanto, são percebidos como uma forma de se manter em 'harmonia'. Minha chegada ao campo posso definir como 'harmônica'. Essa harmonia expressa

[10] O que chamo de pseudo famílias são os arranjos familiares criados na prisão que, como dito anteriormente serão investigados e analisados posteriormente.

certa naturalidade, uma entrada tranquila e bem-sucedida. Não houve tensão, acanhamento, pelo contrário, parecia que eu era uma boa e velha conhecida das interlocutoras e também da maioria[11] dos atores institucionais.

Apesar de ir semanalmente ao campo, nem todas as vezes foi possível fazer entrevistas. Com um número reduzido de agentes penitenciários, apenas sete por plantão, muitas vezes elas não tiveram disponibilidade para retirar presas das celas para as entrevistas e minhas visitas ficaram reduzidas à minha presença na sala da inspetoria, o que não significou 'viagem perdida'. A permanência neste setor me possibilitou observar melhor a dinâmica institucional e também levantar informações importantes no que se refere ao tratamento recebido pelas presas por diversos atores institucionais. Estes fatos são constitutivos do trabalho de campo que, segundo Damata (2000:13) é "cheio de dilemas e problemas sociais".

Pela inspetoria passam todas as presas que saem de suas celas para qualquer atividade: seja para ir ao ambulatório, à defensoria, à segurança, ao dentista, ao setor de classificação etc.. Durante essa passagem, é raríssimo o fato de alguma presa não se aproveitar para falar com alguma agente. Os assuntos, invariavelmente, são pedidos. Elas sempre pedem 'uma palavra', e as palavras são pedidos diversos: roupa, chinelo, medicação, trabalho, material de higiene etc.

A 'recepção' das agentes aos pedidos é muito diversificada. Algumas agentes são mais acessíveis que outras, as presas são ouvidas com atenção e as respostas são afirmativas do tipo: 'vou ver pra você'. Em outros casos, as respostas são o que eu quero chamar de 'resposta de cadeia', ou seja: respostas ríspidas, grosseiras, que parecem ter o tom exato da hierarquia e do poder que algumas agentes penitenciárias fazem questão de demonstrar.

A manifestação das guardas com relação às solicitações das presas também foi percebida quando recebem o 'catuque'[12]. Em alguns casos é lido e respondido na hora. Em outros, é deixado sobre a mesa para ler depois – e realmente é lido e encaminhado a quem de destino. Em muitos outros, não é lido.

O tratamento dispensado às presas não pode ser avaliado isoladamente, apenas pelas impressões durante minha estada na sala da inspetoria. Faço essa consideração, por alguns motivos: 1) minha presença interfere substancialmente no tratamento que as presas recebem das agentes; 2) cada turma tem suas peculiaridades, que variam de acordo com a chefia; 3) a rotina do presídio interfere diretamente no 'humor' das agentes, pois, em um plantão tenso, elas ficam tensas, e isso interfere no tratamento às presas; 4) o comportamento da presa interfere no tratamento que ela recebe da agente.

[11] Digo maioria, pois nem todas as "turmas" me receberam da mesma forma.
[12] Catuque: bilhetes trocados dentro das unidades prisionais entre presas e outras presas, ou entre presas e os diversos atores institucionais.

As relações sociais dentro de uma unidade prisional perpassam todos os que nela se inserem. No entanto, nem todos concordam com as normativas, sejam elas institucionais ou do grupo (Goffmam, 2001). Na prisão, os códigos sociais, as moralidades, as regras existem, mas nem sempre são cumpridas ou respeitadas, mesmo porque não são estáticas, fixas e atemporais, ou seja, podem ser negociadas, reelaboradas e ressignificadas pelos integrantes deste grupo.

A experiência da pesquisa trouxe resultados inesperados e surpreendentes como por exemplo, a disponibilidade e a liberdade que as interlocutoras tiveram em falar de suas vidas sem nenhum pudor ou restrição. Tanto as agentes penitenciárias como as presas do Talavera Bruce mostraram que alguns tabus foram quebrados ao colaborar, se interessar e participar da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram percebidas inúmeras formas de violência e violação dos direitos das presas corroborando com as expectativas iniciais da pesquisa e não foram denunciados por não ter sido este seu objetivo. No entanto, é importante destacar que a violência e toda sorte de violações de direitos já percebidos e amplamente divulgados por diversos órgãos e instituições, além de pesquisas sobre o sistema penitenciário brasileiro, não é seletivo com relação ao gênero. Homens e mulheres[13] sofrem suas ações, sendo que para as mulheres o "preço" de transgredir as regras e não cumprir seu papel social da forma que a sociedade impõe é sempre muito maior e mais penoso.

A violência no sistema prisional brasileiro não constitui um segredo, mas uma grande ameaça à vida dos sujeitos encarcerados. Além das diversas formas de violência citadas neste trabalho, o Estado opera de forma não anunciada na negação ou violação de direitos desses sujeitos. A precariedade das políticas públicas existentes se configura em mais uma forma de punir aqueles que ali se encontram ou até mesmo os egressos desse sistema.

A pesquisa trouxe alguns elementos para a compreensão da homossexualidade feminina seja na prisão ou na sociedade ampliada: o padrão ativo/passivo que normatiza relações heterossexuais e que, via de regra são indicativos de uma relação entre "um sapatão" e sua companheira – seja ela guria, lésbica, entendida ou mulheríssima – é encontrado nas práticas sexuais de mulheres que assumem identidades/ tipologias/ classificações sexuais variadas. A afirmação de que há oposição entre masculino e feminino de acordo com a prática sexual ativa ou passiva merece ser repensada

[13] Não podemos deixar de mencionar aqui, a violência com que pessoas travestis e transexuais são tratadas no sistema penitenciário.

quanto a sua rigidez, uma vez que foram desveladas práticas sexuais mais diversas que essa categorização.

Além de compreender as agencias entre afeto, sexualidades e como se estabelecem suas relações sociais e sexuais este trabalho procura dar voz a essas mulheres, permitir que sejam protagonistas de suas próprias estórias e acima de tudo, dar visibilidade a um grupo de pessoas vítimas da violência do Estado em suas mais variadas formas através de diversos atores sendo estes seus representantes diretos ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTUR, Ângela T. "Presídio de Mulheres": as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 1930-1950. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: << http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0925.pdf>> Acesso em 26 Abril 2016

_____. Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 17, n. 3, p. 437-446, set./dez. 2012. pp. 437 – 446

_____. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Contextos Clínicos**, v.5, n.1 São Leopoldo, jul. 2012. Disponível em: << http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822012000100007>> Acesso em 13 de Maio de 2014.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar. 1997.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Grupo de Trabalho Interministerial. **Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino**. Brasília, 2008. 196 p.

_____. Ministério da Justiça. **Lei 7.210 de 11 de julho de 1984**. Lei de execuções Penais. Brasília, 1984. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>> Acesso em 22 mar 2010

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Grupo de Trabalho Interministerial. **Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino**. Brasília, 2008.

_____. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Relatório final de atividades da pesquisa sobre reincidência criminal.** Ipea. Rio de Janeiro, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade**.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

_____. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto?. Tradução Sérgio Tadeu de 95 Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica Carla Rodrigues. - 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
_____. Vida precária. **El poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2009.

CAMARGO, Maria Soares de. A Prisão. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.33. Editora Cortez. Ano XI. São Paulo. Agosto de 1990.

CARVALHO, João Eduardo C. Violência e Sofrimento Social: a resistência feminina na obra de Veena Das. **Saúde soc**. [online], vol 17, n.3, 2008, pp. 9-18. Disponível na Internet: <<file:///C:/Users/Andrea/Downloads/7593-10101-1-PB.pdf>>. Acesso em 17 set 2016

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Antropóloga Débora Diniz conta experiência no Presídio Feminino de Brasília**. Disponível em: << http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79820-antropologa-debora-diniz-conta-experiencia-no-presidio-feminino-de-brasilia>> Acesso em 10 Ago 2015

CUNHA, Manuela I. P. **A prisão feminina como 'ilha de Lesbos' e 'escola do crime'** : discursos, representações, práticas. Repositorium. [s.l:s.n.], 1991. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5248/3/A%20pris%C3%A3o%20como%20ilha.pdf>Acesso em 17 jul 2015.

DA MATTA, Roberto. Trabalho de campo. In: **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.

DINIZ, Debora. **Cadeia**: relatos sobre mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Tradução Procópio Abreu; editor José Nazar. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FACCHINI, Regina. "Entrecruzando diferenças" In: **Entre umas e outras**: mulheres, (homo) sexualidade e diferenças na cidade de São Paulo. Campinas: UNICAMP, 2008. Tese de doutorado [p. 215-284].

_____. **Entre umas e outras**: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

_____. **Sopa de letrinhas**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005

FASSIN, Didier. **Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França.** Ponto Urbe [Online], 15, 2014. Disponível em: << www.pontourbe-2467-15-compaixao-e-repressao-a-economia-moral-das-politicas-de-imigracao-na-franca%20(4).pdf>>

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 26. ed. Petrópolis: Vozes,1987.

_____. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. 4. ed., São Paulo: Perspectiva, 2001.

HEILBORN, Maria Luiza. Vida a dois: conjugalidade igualitária e identidade sexual. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionai***s*, São Paulo, Brasil, 1992.
_____. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 97

HEILBORN, Maria Luiza [et al.] (org). **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro : Garamond e Fiocruz, 2006.

LACOMBE, Andrea. De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, *28*, 207-225. 2007

_____. **Ler [se] nas entrelinhas**: sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2010 X, 192 p.

_____. "Pra homem já tô eu": masculinidades e socialização lésbica em um bar no centro do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

_____. "Tu é ruim de transa!" Ou como etnografar contextos de sedução lésbica em duas boates glbt do subúrbio do rio de janeiro. In: Prazeres dissidentes / María Elvira Díaz-Benítez, Carlos Eduardo Fígari (orgs). - Rio de Janeiro : Garamond, 2014. 600 p.

LEMGRUBER, Julita. A mulher e o sistema de justiça criminal: algumas notas. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 9. n. 36, p. 370 – 382, out./dez. 2001

LIMA, Elça Mendonça. **Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro:** o período das freiras (1942 – 1955). Rio de Janeiro: OAB, 1983
LUIZ, José Victor R. "Estado de exceção como regra": o impasse contemporâneo à resistência política no pensamento de Giorgio Agambem. In: **Achegas.net**, n. 33. Disponível na Internet: <http://www.achegas.net/numero/33/jose_luiz_33.pdf>. Acesso em 13 set 2016

OLIVEIRA, Luiz Roberto C. Existe violência sem agressão moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol 23, n. 67, Jun, 2008, pp. 135 – 193. Disponível na Internet: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/10.pdf>>. Acesso em 17 set 2016

PADOVANI, Natália Corazza. No olho do furacão: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital. **Cadernos Pagu**, n.37. Jul a Dez 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200007> Acesso em 26 Mai 2015

_____. **"Perpétuas espirais"**: falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital. - Campinas, SP : [s. n.], 136 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

PAIXÃO, Andréa F. **Ser ou estar? isto (não) é da minha conta**: a face (des) oculta das relações homoafetivas entre mulheres no presídio feminino de Campos dos Goytacazes. 99 p. Monografia (graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRANO, Marisa. **A favor da etnografia**. Disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/livros/a_favor_da_etnografia.pdf 98

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro : Record, 2015. Disponível em: <http://lelivros.space/book/baixar-livro-presos-que-menstruam-nana-queiroz-em-pdf-epub-e-mobi/> Acesso em 22 ago 2016

RIO DE JANEIRO. SEAP – Secretaria de Administração Penitenciária. **Visita íntima a internos da SEAP.** Disponível em: <<http://www.visitanteseap.rj.gov.br/VisitanteSeap/beneficioseregaliasseap/visitaintima.html>> Acesso em 28 Out 2015

_____. SuperDir | SEASDH – Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **Programa Rio sem Homofobia**. Disponível em: <http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/> Acesso em 27 Jul 2016.

RIO DE JANEIRO. SuperDir | SEASDH – Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. Programa Rio sem Homofobia. **Resolução nº 558**, de 29 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/files/pdf/70efdf2ec9b086079795c442636b55fb.pdf?1482481935>> Acesso em 27 Jul 2016.

ROCHA, Ruth. Minidicionário da língua portuguesa/Ruth Rocha/Hindenburg da Silva Pires. São Paulo: Scipione, 2005.

WRIGHT MILLS, Charles. Do artesanato intelectual In: *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969 [1959].-pp. 211-243.

Revista Digital Simonsen
Como citar: FELGUEIRAS, Ana Cláudia M.Leal. *Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro. Das Sufragistas ao Ciberfeminismo. In:* Revista Digital Simonsen, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: *www.simonsen.br/revistasimonsen* ISSN:2446-5941

HUMANIDADES

BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO. DAS SUFRAGISTAS AO CIBERFEMINISMO

Por: Ana Cláudia M.Leal Felgueiras[1]

[1] Ana Cláudia M. Leal Felgueiras, Especialista em Direito Civil, mestranda em Humanidades, Cultura e Artes na Unigranrio. Professora das Faculdades Integradas Simonsen e do Centro Universitário do Conservatório Brasileiro de Música

Revista Digital Simonsen

RESUMO

O artigo que busca trazer uma visão geral do movimento feminista brasileiro e sua evolução histórica, desde o movimento sufragista pelo direito ao voto, passando pelas lutas emancipatórias da mulher, pela igualdade de gênero e de oportunidades, pela liberdade sexual e do corpo feminino, pelo direito ao trabalho com igualdade salarial e de crescimento profissional. Analisamos as conhecidas três ondas do feminismo e questionamos o surgimento de uma nova onda, a quarta com novas ferramentas na luta feminista, a tecnologia.

PALAVRAS - CHAVES: feminismo brasileiro – movimento feminista – ondas feministas

INTRODUÇÃO

Venho até vocês hoje arriscando uma "condenação penosa", "como uma mulher que somente tem paradoxos a oferecer e não problemas fáceis de serem resolvidos. " Olympe de Gouges

O movimento feminista ainda encontra problemas e divisões internas, é um movimento plural com questões e temáticas heterogênicas; há lutas pela igualdade entre homens e mulheres; lutas no campo político, jurídico, filosófico, cultural, lutas contra violência, pela saúde, educação, luta pelo direito ao corpo etc. Possuindo ainda, diferentes estratégias de ação e movimentação, desde a articulação política pela criação e modificação de leis, a militância, conscientização até a marcha das vadias. Sendo necessário para algumas autoras falamos em feminismos, pois a singularidade não comportaria a diversificada gama das questões abraçadas pelo movimento feminista atual.

Muitos se perguntam da necessidade de existir um movimento de luta pelos direitos das mulheres no século XXI, muitos questionam a necessidade do feminismo nos dias atuais, onde as mulheres trabalham fora, conquistaram cargos de comando, são maioria em vários cursos universitários, quando a lei prevê em nossa constituição a vedação à discriminação de qualquer forma. É inegável que as mulheres atualmente ocupem posições de destaque no cenário social, científico, político e acadêmico o que leva muito a pensar como se a luta pela igualdade feminina já estivesse ganha, como se não houvesse nada mais a lutar. Sendo comum diminuir as lutas das feministas atuais ou confundi-las com vitimização ou desejo de superioridade feminina.

A naturalização do machismo faz parecer que a luta já foi ganha. Certas formas de pensar estão tão enraizadas no seio social que parece ser o natural, o normal o correto, como a ideia de que a criação dos filhos e os afazeres domésticos são de responsabilidade da mulher, que nasceu preparada para estas atividades, quase investida por um poder divino que lhe incumbida de tal tarefa por ser o único gênero capaz de trazer à vida outro ser. Estas construções de pensamento não são naturais, são socialmente construídas através da educação, como nos mostra Saffiotti:

> Rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou gêmeas. E através da educação que recebem que se tornamos e mulheres. A identidade social e, portanto, socialmente construída. Se, diferentemente das mulheres de certas tribos indígenas brasileiras, a mulher moderna tem seus filhos geralmente em hospitais, e observa determinadas proibições, e porque a sociedade brasileira de hoje construiu desta forma a maternidade. Assim, esta função natural sofreu uma elaboração social, como alias, ocorre com todos os fenômenos naturais. Até mesmo o metabolismo das pessoas é socialmente condicionado. Pessoas que não foram habituadas a comer determinados alimentos, não raro não conseguem fazê-lo quando se encontram em sociedades que adotaram este tipo de alimentação. Se, porventura, forem obrigadas a ingeri-los, não conseguem metabolizai-los, dado o asco por eles provocado. (SAFFIOTI, 1987, p. 10)

Não se pode negar que após os últimos dois séculos o feminismo ganhou algumas batalhas para as mulheres que conquistaram espaços antes negados às mulheres no mercado de trabalho, nas universidades, mas ainda não a igualdade; ainda vivemos inseridos em uma cultura masculina e dominadora. E todos os dias as mulheres convivem com pequenas lutas diárias, em todas as classes sociais em sociedade, na família, nos relacionamentos afetivos, no trabalho, mas parecem que porque por serem tão íntimas e nossas companheiras diárias nem parecem mais lutas, a rotina banaliza ou naturalizou a luta e, é comum ouvirmos que uma mulher forte é uma guerreira, uma lutadora, é batalhadora essas palavras são mais do que eufemismos, são expressão da realidade cotidiana das mulheres que ainda não vivem em plana igualdade e precisam lutar por sua voz, seu espaço, sua dignidade. E mesmo assim, esta luta não é valorizada no seio social; a banalidade da luta é tamanha ao ponto de muitas mulheres discordarem da necessidade ou da legitimidade do movimento feminista, é comum encontrarmos mulheres que se dizem antifeministas que nasceram mulheres e que faz parte do papel da mulher “lavar a louça, cuidar da casa”, ainda Safffioti nos esclarece que a sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz. (SAFFIOTI, 1987, p. 9)

Assim, as mulheres que ousam se intitular feministas são comumente vistas como mulheres histéricas, feias, mal-amadas, infelizes e sexualmente insatisfeitas, outra associação comum é do feminismo com o lesbianismo, isso ocorre normalmente na busca de estereotipar o movimento feminista

e tentar diminuí-lo, ou desassociá-lo de suas lutas ou de todas as mulheres[2]. De algum modo há sempre a ironia e o descrédito para assim esvazia-lo numa espécie de disputa de poder e até mesmo do pelo controle do que significado do que é ser mulher, do que a mulher pode fazer, como deve se vesti, se comportar, falar, onde pode ir etc.

É curioso o fato de não há uma luta homogênea no movimento feminista e até há muitas mulheres contrárias ao feminismo, numa rápida pesquisa pela rede social *facebook*[3] é fácil encontrar páginas como:

Moça, não sou obrigada a ser feminista com 600.158 curtidas,

Feministas não me representam com 3.136 curtidas.

Mulheres contra o feminismo com 35.647 curtidas.

Resistência Anti-Feminismo Marxista 33.131 curtidas.

A história do feminismo, como movimento social, talvez posa nos trazer algumas luzes. O movimento feminista surge no século XIX, dentro do contexto das ideias iluministas e das Revoluções Francesa e da Americana e partindo da Europa vai gradativamente vai ganhando o mundo. Neste primeiro momento a luta se instala entre as mulheres intelectualizadas da época, junto à elite, principalmente através da imprensa, de jornais destinados ao público feminino, completamente separada dos movimentos das operárias que buscavam melhores condições de trabalho. Costa e Sardenberg nos retratam essa realidade:

> No Brasil, são algumas mulheres instruídas, que pertencem aos setores médios e altos, que acolhem as primeiras idéias feministas trazidas pelas publicações de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Considerada a primeira feminista brasileira, Nísia, depois de estudar na Europa e conviver com as feministas de lá, regressa ao Brasil e pública em 1832 a tradução da obra pioneira de Mary Wollestonecraft, A vindication of the rights of women, marcando, assim, o despertar da consciência crítica da condição feminina no Brasil. Posteriormente, Nísia pública, de sua autoria, o livro Opúsculo humanitário, em 1835, e em 1842, o livro Conselhos a minha filha, nos quais defendia a necessidade da educação para a mulher como a única forma de garantir sua emancipação, seguindo a mesma linha de Wollestonecraft. (COSTA; SARDENBERG, 1994a, p. 95)

BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO SUFRAGISTA BRASILEIRO – PRIMEIRA ONDA A LUTA PELO VOTO – A EMANCIPAÇÃO FEMINIA.

O feminismo no Brasil do século XIX nascido no seio da elite intelectual da época não busca ainda a plena igualdade da mulher na sociedade, a liberação sexual, por exemplo levará mais de um século para ser uma bandeira feminista, a luta é pelo sufrágio, pelo direito ao voto por isso as mulheres que luta por este direito ficaram conhecidas como s*uffragette* ou sufragistas. Por essa razão é também

[2] Foi esta, pois, a imagem da feminista que predominou na memória social sobre outras possíveis e, ainda hoje, as que lutam pela autonomia das mulheres continuam sendo desqualificadas por um estereótipo que vem de longa data, não apenas dos anos 70, definindo-as como machas, feias e mal-amadas FEMINIZAR É PRECISO por uma cultura filógina MARGARETH RAGO SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 15(3) 2001

[3] Dados referente ao mês de julho de 2016.

conhecido como "feminismo bem-comportado"[4], já que não questionava o lugar da mulher na sociedade e não exigia igualdade plena. O lar e a família foram constituídos como lugares da mulher, o movimento buscava a mudança ou igualdade nos papéis sociais ainda, mas apenas o direito ao voto. Após décadas de tentativas frustradas desde a segunda metade do século XIX foi com a liderança de Bertha Lutz, bióloga, cientista de relevo que havia estudado na Europa, sendo influenciada pelo movimento sufragista francês e inglês, volta ao Brasil na década de 1910, que as sufragetes brasileira ganham nova força para luta pelo direito ao voto e a emancipação feminina. Bertha criou em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião para a posterior fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada em 1922.

AS PRECURSORAS DO FEMINISMO BRASIELIRO

Além de Bertha Lutz, podemos citar outras grandes mulheres que lutaram pelo voto feminino do brasil, dentre elas, Nísia Floresta nascida no Rio Grande do Norte, republicana, abolicionista e feminista. Publica em 1835 em Recife seu livro "Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens", marcando a história das lutas feministas no Brasil. Esta obra foi claramente influenciada pelo livro da escritora e feminista inglesa Mary Wolstonecraft autora do "A vindication of the rights of women", publicado em 1790. Em Manaus em 1887 foi criada a associação de mulheres Amazonenses Libertadoras lideradas por Elisa de Faria Souto, Olímpia Fonseca, Filomena Amorim, mulheres brancas da elite local, que lutaram pela libertação dos escravos. A advogada Mirtes de Campos, nascida na cidade de Macaé, no Rio de Janeiro não se conformou com os limites impostos às mulheres na sociedade vigente e brigou com sua família para estudar Direito, matriculando-se na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro onde concluiu o curso em 1898. Lutou ainda para ser reconhecida como advogada, o que só ocorreu oito anos após sua formatura. Em 1922 atuou no Congresso Jurídico realizado no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da Independência, sua brilhante argumentação em defesa do voto feminino conseguiu a aprovação dos presente e edição da emenda de sua autoria, por 28x4 votos:

1. A mulher não é, moral nem intelectualmente, inapta para o exercício dos direitos políticos;

2. Em face da Constituição Federal, não é proibido às mulheres o exercício dos direitos políticos, que lhes deva ser permitido[5]. No ano de 1910, um grupo de mulheres fundam, no Rio de janeiro, o partido

[4] Em suma, se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão-somente porque esta se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais. [...] Aí reside um paradoxo: é nesses espaços revolucionários, são feministas em princípio, que se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição de explorada da mulher como decorrência das relações de gênero. Diferentemente da luta das sufragistas, essas mulheres apontavam sem meias palavras a opressão masculina. (PINTO, 2003, p. 26-34)

[5] Biografia de Mirtes Campos. Hildete Pereira de Melo/Teresa Cristina de Novaes Marques. Disponível em: pdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS,%20Mirtes.pdf

republicano feminino. A professora Leolinda de Figueiredo Daltro presidente eleita presidente do partido. Os estatutos do partido constavam os objetivos: "pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica...pugnar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil...extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo. Em 1911 o Partido Republicano Feminino recebeu o registro oficial e durante os oito anos seguintes estas mulheres. (Lourdes Bandeira Hildete Pereira de Melo Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil Brasília: SPM, 2010. Página 14). Outra feminista foi Carlota Pereira de Queiroz formada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em 1926, foi comissionada pelo governo de São Paulo em 1929 para estudar Dietética Infantil em centros médicos da Europa. Além de médica e pesquisadora foi no cenário político que obteve a maior conquista feminina sendo a primeira deputada federal da História do Brasil, eleita pelo estado de São Paulo em 1934.

A PRIMEIRA MULHER BRASILEIRA A TER O DIREITO DE VOTAR

O Estado do Rio Grande do Norte foi pioneiro na luta feminista pelo voto ao assegurar em 1927 o direito de votar e ser votado a todos os cidadãos, sem distinção de sexos. Sendo, também neste estado eleita a primeira prefeita do Brasil em 1929, Alzira Soriano[6] elegendo-se na cidade de Lages. A primeira eleitora brasileira a alistar-se foi a professora Celina Guimarães Viana, do município potiguar de Mossoró.

A CONQUISTA DO VOTO

Finalmente no dia 24 de fevereiro de 1932 no código eleitoral Provisório, durante o governo de Getúlio Vargas, o voto feminino no Brasil foi conferido, após uma longa e árdua campanha nacional pelo direito ao voto feminino, iniciada antes mesmo da proclamação da República. A partir desde dia mulheres passaram a ter, o direito de votar e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo. Mas, infelizmente, esta vitória era parcial pois, foi aprovado apenas o direito ao voto às mulheres casadas, com autorização dos maridos, e às viúvas e solteiras que tivessem renda própria, o exercício de um direito básico para o pleno exercício da cidadania. Somente em 1934 é que estas restrições ao voto feminino foram eliminadas do Código Eleitoral, todavia, a obrigatoriedade do voto era um dever masculino, para as mulheres, este dever surgiu só em 1946.

[6] Lourdes Bandeira Hildete Pereira de Melo Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil Brasília: SPM, 2010. Disponível em: http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias. Página 16.

> "Obtida a cidadania pelo direito ao voto, alguns segmentos femininos voltaram-se tanto para o ingresso no mercado de trabalho, aproveitando as oportunidades do emprego industrial, no comércio e nos serviços, como também para ingressar nas carreiras universitárias. (BANDEIRA e MELO, 2010, p. 20)

É importante mencionar os diversos movimentos de operárias anarquistas que tiveram fundamental importância na criação e no desenvolvimento do movimento feminista brasileiro, pois é exatamente no trabalho que podemos ver refletidas as desigualdades de gênero, como difícil vida das operárias com longas jornadas de trabalho, as péssimas condições, ambientes insalubres, baixos salários, maus tratos e, infelizmente, o assédio sexual. O feminismo da época foi marcado pelo movimento das operárias anarquistas, reunidas na "União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas", composto em sua maioria por operárias e intelectuais de esquerda. Um importante meio de divulgação das causas e manifestações feministas eram os jornais que divulgavam os manifestos escritos por operários da indústria têxtil, no qual denunciavam as péssimas condições de trabalho.

"O PESSOAL É POLÍTICO" – SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO: LUTA CONTRA A HEGEMONIA MASCULINA, A VIOLÊNCIA SEXUAL E PELO DIREITO AO EXERCÍCIO DO PRAZER

Após a conquista do direito ao voto das mulheres muito do movimento feminista se desintegrou, já que nesta primeira fase o movimento se concentrava na busca pelo voto e não pelas questões de igualdade de gênero que serão retomadas principalmente na década de 60 durante a segunda onda do feminino. Pois cresce a conscientização de que a vida doméstica, ou seja, particular, pessoal e a vida não-doméstica, pública não podem ser vistas isoladamente, o que ocasiona a necessidade de uma completa reconstrução de grande parte da teoria política. Por isso, o slogan da segunda onda do feminismo "o pessoal é político", é o reflexo dessa imperiosa necessidade de se ressignificar e politizar o cotidiano, na compreensão de que que existe uma estrutura de poder machista e elitista por trás do que do que a sociedade entendia como sendo um papel "natural" do homem e da mulher.

Assim, nesta fase a luta feminista se amplia em busca de uma real participação política da mulher na sociedade e da consolidação da democracia, mas principalmente pela igualdade de direitos muito mais ampla com reivindicações referentes à: Sexualidade, o direito ao prazer, ao corpo, quando se inicia o debate sobre direito ao aborto e contracepção, Violência em de todas as suas formas de opressão, tinha, ainda, como objetivo lutar contra o preconceito, discriminação e opressão. Mas a principal conscientização se dá no fato de que para buscar a tão sonhada igualdade era necessário discutir as políticas públicas para as mulheres, pois a opressão contra a à mulher estava institucionalizada nas leis e

na visão que o Estado tinha do que era ser mulher. Costa retrata muito bem quando trata da problemática de que para as mulheres o pessoal é o político, onde questões privadas são trazidas ao debate público e político:

> "Ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal. O movimento significou uma redefinição do poder político e da forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico". (COSTA, p. 2).

No mesmo sentido Oliveira e Cassab repercutem as consequências do pessoal é político:

> O movimento propiciou às mulheres repensarem sobre sua opressão acerca, principalmente (mas não somente), das questões políticas. Trouxe à tona a questão de que tudo aquilo que é público atinge a vida pessoal e as decisões, seus desejos e vontades não aconteciam somente pelo próprio mérito, condição ou até mesmo sorte, mas sim, que a vida pessoal era até então atingida por fatores públicos. " (OLIVEIRA E CASSAB, 2014, p. 3)

Este período da história também é marcado pelo crescente surgimento de partidos políticos, associações, grupos de estudos e de mulheres trabalhadoras e operárias. Com o golpe militar de 1964, e a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI5 – 1968), o movimento feminista no país perde força, a ditadura não permitiu a existência de movimentos de caráter emancipatório, libertário e revolucionário; desta forma, as manifestações feministas no Brasil passaram a ser vistas como perigosas e moralmente condenáveis. Após o golpe de 64 o movimento feminista brasileiro abraça a luta contra a ditadura segundo matos: "Esta segunda onda caracterizou-se, no Brasil e nos demais países latino-americanos, então, como uma resistência contra a ditadura militar e, por outro lado, em uma luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer". (MATOS, 2010. P. 68). Com a proibição das formas de organização coletiva contrárias ao governo militar o movimento feminista passa para clandestinidade.

Durante os anos de ditadura militar as mulheres resistiram de diferentes formas, no movimento estudantil, sindicatos partidos políticos, se organizaram em clubes de mães, associações de bairros, comunidades religiosas, em movimentos contra a carestia e por mais creches e até mesmos, pegaram em armas na tentativa de derrubar o regime militar. Mas é preciso ressaltar que a participação feminina junto a resistência à ditadura nem sempre se deu por um viés exatamente feminista; pois, durante este período a principal luta era oposição ao regime militar e não necessariamente a luta por igualdade entre os sexos. Essa participação das mulheres na luta armada simbolizava não apenas o desejo de ir contra a ordem social estabelecida, como também, representou uma revolução com o que era designado para a mulher.

Infelizmente em meio a militância política e a resistência contra a ditadura as mulheres ainda não encontraram seu espaço, como Célia Regina Pinto nos relata que o feminismo no Brasil não era visto com

bons olhos pelo regime militar ultradireitista, também não guardava guarida entre os militantes da extrema esquerda, para Álvarez:

> A participação das mulheres no movimento contra a ditadura não foi mais fácil pouca vez lhes foi davam posições de autoridade ou liderança nos grupos. Inclusive era comum aos militantes lhes encarregar o trabalho de infraestrutura da Nova Esquerda Brasileira: as mulheres cuidavam dos aparelhos, trabalhavam como mensageiras, cozinhavam, cuidavam dos doentes e feridos, e às vezes, lhes pediam para usarem seus "encantos femininos" para obter informações do inimigo.
> O que incomodava as militantes que se ressentiam de estarem relegadas a posições de subordinação dentro da estrutura interna de poder dos grupos de esquerda. (ÁLVAREZ, apud COSTA, 2006, p. 58)

Mas, foi durante este período que muitos militantes partiram para o exílio nos anos de 1970, principalmente em países da Europa, lá sob a especial influência das feministas francesas ocorreu uma maior conscientização das mulheres da necessidade de uma luta mais especifica a opressão feminina**.**

Outro ponto importante ocorreu após o ano de 1975 quando Organização das Nações Unidas (ONU) o definiu como o Ano Internacional da Mulher e pelo início da Década da Mulher, reforçadas pelas propostas da ONU ocorrem várias comemorações públicas pelo Dia Internacional da Mulher, sendo criadas várias organizações feministas e vários jornais feministas são fundados. As mulheres no Brasil e do mundo puderam celebrar a incorporação de suas lutas numa agenda oficial mundial, o que acabou por estimulando o debate e a demanda por novas políticas públicas voltadas para a mulheres, sendo realizadas reuniões no Rio de Janeiro e em São Paulo, que resultaram na criação do Centro da Mulher Brasileira (RJ) e do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (SP). Também neste período cabe ressaltar a segundo Sarti a relação entre o movimento feminista e a igreja católica:

> Essa atuação conjunta marcou o movimento de mulheres no Brasil e deu-lhe coloração própria. Envolveu, em primeiro lugar, uma delicada relação com a Igreja Católica, importante foco de oposição, diante do vazio político deixado pelo regime militar. As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Isto colocou os grupos feministas politizados em permanente enfrentamento com a Igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares. O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário. (SARTI, 1998, p.5)

E, em 1979, com a anistia várias mulheres exiladas voltam ao Brasil no início dos anos de 1980 trazendo consigo as ideias e a experiência feminista vivida na Europa e nos Estados Unidos. Ocorre o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres e, na década de 1980, já existem dezenas de grupos feministas por todo país. Em 1985 foi criado, junto ao ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) e foi neste ano também que foi criada a primeira delegacia Especial de atendimento à mulher (DEAM), em São Paulo e no ano seguinte no rio de Janeiro. Carneiro nos fala da importância dessa nova frente de luta feminista:

> A luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado. A violência doméstica tida como algo da dimensão do privado alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMS), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, a exemplo do treinamento

> de profissionais da segurança pública no que diz respeito às situações de violência contra a mulher, entre outras iniciativas. (CARNEIRO, 2003, p. 117)

LUTAS DO FEMINISMO – O FEMINISMO POPULAR – NA TERCEIRA ONDA, DÉCADA DE 1990

Os anos 90 se caracterizaram pela popularização e segmentação do movimento feminista, que antes encontrava-se bastante setorizado na sociedade e também pela introdução de novas temáticas nas lutas feministas, como: maior participação da mulher na política e nos partidos políticos, criação de as ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e, nas listas de candidaturas aos cargos legislativos, pela saúde da mulher, das portadoras de HIV, das mulheres negras e também pela criação de inúmeras ONGs em defesa da mulher. Toda essa múltipla temática fragmenta e setoriza o movimento feminista ainda mais com a especificidade de cada luta feminina[7].

Em 1995 acontece a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, convocada pela ONU, em Beijin, na China. Todo o processo de preparação para a conferência em Beijing, coincidindo com os 50 anos da ONU e tendo como sub-temas "igualdade, desenvolvimento e paz" trouxe novas energias ao movimento feminista brasileiro pois, estimulou o aparecimento de inúmeros fóruns em locais que não existiam ou que estavam desativados. Foram realizados eventos em 25 dos 26 estados brasileiros, para SARTI esse processo foi importante:

> No campo do Estado, essa articulação conseguiu avanços importantíssimos. À revelia do CNDM, nesse momento em mãos de setores conservadores, as feministas conseguiram, através de importante atuação junto ao Ministério de Relações Exteriores, órgão responsável pela elaboração do informe do governo brasileiro, estabelecer pela primeira vez na história do país uma dinâmica de participação e consulta ampla na elaboração do documento oficial. (...) Essa articulação não só garantiu a apresentação por parte do governo brasileiro de um documento representativo, mas também a aprovação da Plataforma de Beijing por esse governo brasileiro, sem ressalvas, e em especial, a partir daí, houve uma melhor assimilação das demandas das mulheres por parte dos organismos do governo federal. (SARTI, 2004, p. 47)

Segundo Guarnieri em todas as conferências, prevaleceram os temas igualdade, desenvolvimento e paz, mas, em cada uma delas, foram priorizadas subáreas temáticas que demonstravam o amadurecimento das posições e reivindicações femininas e ainda, foram acrescentados meios de comunicação, meio ambiente e situação das meninas. Beijing contou com aproximadamente cinquenta mil participantes, sendo mais de 2/3 mulheres. Para o movimento feminista brasileiro a conferência também possibilitou um aprofundamento maior da articulação com o feminismo latino-americano para criação de políticas conjuntas.

---

[7] Se não foi possível, na forma como se manifestou o feminismo no Brasil, enfrentar a natureza híbrida de um movimento que, embora fundado em uma identidade, é ao mesmo tempo recortado por clivagens sociais e referências culturais muito distintas, isso aconteceu precisamente porque as mulheres não constituem uma categoria universal, exceto pela projeção de nossas próprias referências culturais. As mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. A análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado. Cynthia Andersen Sarti. O FEMINISMO BRASILEIRO DESDE OS ANOS 1970: REVISITANDO UMA TRAJETÓRIA. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 35-50, maio-agosto/2004. P 44

Como resultado da Conferência de Beijin foi produzida a Plataforma de Ação e a Declaração de Beijing., elaborados com base no que havia sido firmado sobre o assunto em décadas anteriores e nas conferências sociais precedentes foram adotados unanimemente por 189 países, servindo de base para a consolidação dos avanços jurídicos nas últimas décadas, principalmente no que tange à igualdade das mulheres, estabelecendo áreas prioritárias de ação para a comunidade internacional. Sua importância se dá no fato de ser um guia de ação para qualquer entidade que deseja trabalhar com as questões das lutas feministas por trazer em seu bojo um diagnóstico da situação da mulher no mundo, para mais claramente ser possível estabelecer um conjunto de medidas a serem tomadas pela comunidade internacional com vistas a promover, capacitar as mulheres e a superação das discriminações de gênero.

FEMINISMO NO SÉCULO XXI – CIBERFEMINISMO – QUARTA ONDA?

Muitas décadas se passaram, mas ainda há muito pouco a se comemorar, pois desde que o movimento feminista começou a lutar pelos direitos da mulher, conquistamos o direito ao voto, ao trabalho, ao estudo, mas persiste uma grande desigualdade entre homens e mulheres, principalmente nas relações afetivas, na sociedade e na cultura, Saffiotti nos demonstra isso:

> "O argumento de que há muito poucas mulheres dentre os grandes cientistas, grandes artistas, até grandes cozinheiros, tenta provar que também em termos de inteligência a mulher e inferior ao homem. Os portadores e divulgadores desta ideologia esquecem-se de medir as oportunidades que foram oferecidas, ou melhor, negadas as mulheres. Ao se atribuir a elas a responsabilidade praticamente exclusiva pela prole e pela casa, já se lhes esta, automaticamente, reduzindo as probabilidades de desenvolvimento de outras potencialidades de que são portadoras. " (SAFIOTTI, 1987, p. 14)

A dupla jornada nos rouba oportunidades, descanso, lazer, tempo de estudo e reflexão e consequentemente crescimento pessoal e profissional, é preciso que não mais se eduquem os homens para ajudarem as mulheres, mas para que dividam as responsabilidades de uma vida adulta com ela. Porque quando o homem apenas ajudar reforça que o dever é da mulher e que o "bom marido" ajuda sua esposa, quando na verdade um homem adulto que vivem em uma casa e necessita de comida, limpeza e organização compartilha responsabilidades naturalmente pela consciência de justiça.

Da mesma forma ainda no século XXI a mulher não é dona de seu corpo, a sociedade ainda dita o que vestir, como e onde, sob o risco de parecer uma prostituta e "merecer" ser estuprada muitas mulheres cedem e permitem que seus companheiros, pais, maridos ou namorados determinem o cumprimento de suas saias. E foi exatamente neste contesto que de forma irreverente, irônica e rebelando-se surge a marca das vadias, engajando jovens mulheres em um movimento que por vezes precisa chocar para se dar a ver. A marcha se inicia após o triste episódio do estupro sofrido pela universitária Jaclyn Friedman ocorrido na Universidade de Toronto, no Canadá em 2011. Se o crime não fosse bárbaro por si só, como o policial orientou as estudantes do campus "a não se vestirem como putas para não serem estupradas" assim,

cheias de indignação as canadenses dão início a *SLUT WALK*, ou marcha das vadias que rapidamente se espalhou por várias cidades do mundo contra a culpabilização da vítima de estupro[8]. Como resposta ao argumento policial as jovens se manifestam usando apenas lingerie, minissaias e até mesmo com os seios à mostra. No Brasil esse movimento de apoio às jovens vítimas de violência é chamado de Marcha das vadias, a liberação do corpo feminino está no centro das manifestações em todo o mundo, o slogan: "Meu corpo, minha regra" é constante nos cartazes ou escrito nos corpos das manifestantes nas durante as Marchas. Esse novo movimento luta para que toda mulher tenha o direito, à autonomia de decisão sobre seu próprio corpo, mas principalmente sobre as formas de representá-lo e ressignificá-lo, sem se tornar vítima de preconceito ou alvo de violência, também há a luta pelos direitos reprodutivos e sexuais, a descriminalização do aborto e a defesa do Estado Laico. Curioso, que essa mesma bandeira não é nova, esteve presente nas discussões e lutas dos movimentos feministas ao longo da história, especialmente na década de 1970, quando as feministas gritavam: "Nosso corpo nos pertence" contra a discriminação de gênero e a divisão entre o biológico e o cultural.

Diante deste cenário social de novas formas de manifestação do feminismo nos dias atuais, muito se fala da possibilidade de estarmos vivendo uma nova onda, a quarta onda do feminismo no Brasil, caracterizada principalmente pelo uso da internet e das redes sociais como forma de mobilização, debates e divulgação do feminismo, alguns autores têm chamado de Ciberfeminismo pelo uso de ferramentas tecnológicas como canais de vídeos, blogs, sites e redes sociais com jovens militantes que foram criadas já na era digital e que compreendem o alcance desta ferramenta de comunicação e sabem muito bem como utiliza-la. Muitas dessas feministas digitais cresceram com suas mães mais independentes, que trabalham fora e construíram carreias e ouviram que homens e mulheres são iguais, mas infelizmente ao começarem suas próprias carreias e vida social se deparam com uma realidade completamente diferente e se surpreendem com o machismo ainda presente nas relações sociais, mas principalmente no trabalho.

Hoje podemos constatar que o movimento feminista brasileiro é múltiplo, com lutas muitas vezes semelhantes, todavia cada grupo de mulheres imprime sua visão de feminismo e sua própria estratégia para encontrar igualdade. O movimento é tão diversificado como as mulheres que os compõe: são elas negras, indígenas, brancas, universitárias, lésbicas, de diferentes classes sociais, trabalhadoras urbanas e rurais, domésticas, acadêmicas, portadoras de necessidades especiais e etc. Mas, todas elas podem constar que o fato de serem mulheres não só as une, porém, infelizmente isso as tornam alvo de preconceito e discriminação na sociedade machista que ainda persiste no século XXI. Por isso, se faz necessário arregimentar nas fileiras das lutas feministas o homem e conscientizá-lo da necessidade da redefinição dos papéis sociais feminino e masculino na vida de relação social. Assim unidos em luta podemos pensar

[8] https://marchavadiasjc.wordpress.com/2012/04/13/origem-da-marcha-das-vadias/

em igualdade, pois ao longo das décadas os métodos mudaram, mas as lutas e desejos de igualdade anseios permanecem tão vivos e necessários como no início do século XX.

BIBLIOGRAFIA

ADRIÃO, TONELI e MALUF Karla Galvão, Maria Juracy Filgueiras Sônia Weidner **O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia**. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(3): 392, setembro-dezembro/2011. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/23603-76725-1-PB.pdf

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento. Estudos Avançados**. vol.17 no.49 São Paulo Sept./Dec. 2003 Disponível em : http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política.** Revista Gênero UFF V. 5, N. 2 disponível em: http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285

COSTA; SARDENBERG, Cecilia Maria. **Feminismos, feministas e movimentos sociais**. In: BRANDÃO, Maria Luiza; BINGEMER, Maria Clara (Org.). Mulher e relações de gênero. São Paulo: Loyola, 1994a.

D'ALKMIN, Sônia Maria. A Conquista Do Voto Feminino No Brasil. disponível em : file:///C:/Users/User/Downloads/1219-2056-1-PB.pdf

GUARNIERI. Tathiana Haddad. **Os Direitos Das Mulheres No Contexto Internacional – Da Criação Da Onu** (1945). À Conferência De Beijing (1995) Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery http://re.granbery.edu.br - ISSN 1981 0377 Curso de Direito - N. 8, jan/jun 2010. Disponível em: http://re.granbery.edu.br/artigos/MzUx.pdf . Acesso em maio de 2016.

MATOS, Marlise. Movimento E Teoria Feminista: **É Possível Reconstruir A Teoria Feminista A Partir Do Sul Global?** Recebido em 20 de novembro de 2009. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010 Aprovado em 05 de março de 2010.

MELO, Lourdes Bandeira Hildete Pereira de. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**, Brasília: SPM, 2010. Disponível em: http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias

MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. Disponível em: http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feminismtas_cyntia.pdf

PINTO, Céli Regina Jardim**. História feminismo e poder**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010 Aprovado em 10 de dezembro de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200003&script=sci_arttext Acesso em maio de 2016.

_____. Céli Regina Jardim, **Uma História do feminismo no Brasil.** S.P: editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

OLIVEIRA e CASSABL. Thaís Paula Rodrigues de e Latif Antonia. **O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade**. História das Mulheres no Brasil, organização de Mary Del Priore. São Paulo: Contexto, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SARTI, Cynthia A. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido,** Texto preparado para apresentação no XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, 24-26 de setembro de 1998, disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf Acesso em junho de 2016.

SARTI, Cynthia Andersen **O Feminismo Brasileiro Desde Os Anos 1970: Revisitando Uma Trajetória.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 35-50, Maio-Agosto/2004. Disponível em: file:///C:/Users/User/Documents/Note%20da%20Ana%20Back%20up/Mestrado%20Humanas,%20Cultura%20e%20Artes/Feninismo/feminismo%20no%20Brasil%20desde%201970.pdf Acesso em junho de 2016.

Revista Digital Simonsen
Como citar: TAVARES, Renan Beloni Teixeira. *Desafios na Formação do Cibercidadão*. *In:* Revista Digital Simonsen, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: *www.simonsen.br/revistasimonsen*
ISSN:2446-5941

LETRAS

DESAFIOS NA FORMAÇÃO DO CIBERCIDADÃO

Por: Renan Beloni Teixeira Tavares[1]

[1] Graduando em Letras pelas Faculdades Integradas Simonsen
email - renanbeloni87@gmail.com

INTRODUÇÃO

O desenfreado e intenso avanço tecnológico das últimas décadas propicia forte impacto sobre a sociedade. De modo vertiginoso e imperceptível, o cotidiano das pessoas tem se adaptado ao ciberespaço (ambiente *on-line* no qual se concentram as tecnologias de informação e comunicação digitais).

Diversos serviços são veiculados por computadores, *Smartphones* e *Tablets* como, por exemplo: serviços bancários, agendamentos em órgãos governamentais, comunicadores, notícias, acessibilidade, etc. No entanto, para manipular tais tecnologias o usuário, que não possui uma preparação adequada, poderá encontrar muitas dificuldades em seu manuseio.

Para tentar acompanhar a demanda informática, a educação formal nacional procura meios de fazer a inclusão desse novo mundo digital nas escolas, disponibilizando recursos de laboratórios para o uso de docentes e alunos. Dessa forma, este trabalho visa pesquisar a contribuição desses recursos tecnológicos na formação do *cibercidadão.*

As metodologias utilizadas para a elaboração do trabalho foram as pesquisas bibliográfica e on-line propiciando o conhecimento necessário para o embasamento e a elaboração deste projeto. Assim, pôde-se perceber que nas terminologias usadas pelos autores estudados, como: Sociedade Midiática, Era Digital, Era do Computador, entre outras há representação da realidade social globalizada, sendo ela incorporada à linguagem do mundo moderno. Logo, à medida que não se pode imaginar a vida sem as novas tecnologias digitais, surgiu a necessidade de investigar o assunto.

A primeira parte deste trabalho trata de um levantamento feito a respeito do impacto causado pela informatização na sociedade durante a grande revolução tecnológica no mundo atual.Na segunda parte, são pontuadas algumas observações em relação a importância da alfabetização digital no mundo moderno e a forma como a exclusão digital discrimina socialmente alguns cidadãos. Em seguida, abordaram-se questões relativas aos métodos de ensino que são aplicados na formação do cidadão contemporâneo, expondo algumas adversidades presentes no sistema de educação e levantando ideias que auxiliem na reflexão de outros pesquisadores acerca do assunto proposto neste trabalho.

PALAVRAS - CHAVES: Internet, tecnologia, sociedade, educação.

A RECEPTIVIDADE DO CYBERESPAÇO PELA SOCIEDADE

Partindo da premissa de que a formação do homem é derivada do meio em que está inserido, percebe-se que, através dos canais de comunicação modernos apresentados pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC), surgem novos tipos de letramento, discurso, escrita e leitura. O letramento digital é um assunto cada dia mais relevante no cenário da educação nacional e visa capacitar o cidadão moderno para lidar com as ferramentas e recursos da informática de foma crítica e criativa.

Saliés e Shepherd (2013, p. 26, 27) afirmam que:

> Vêm ocorrendo mudanças profundas no modo como o letramento é entendido. Para aqueles que nasceram e foram educados antes da era da internet, o letramento impresso é fundamental e o da tela, periférico. Para as nascidas e educadas desde então vem sendo o contrário. Neste momento, encontramo-nos em um período de transição esquisito, de confronto entre as gerações. O uso de tecnologias pelos jovens é visto com desconfiança. Os telefones celulares são proibidos em sala de aula. Mitos sobre o impacto do meio eletrônico na linguagem encontram-se por todos os lados. As pessoas reclamam que "os adolescentes não leem", quando na realidade os adolescentes leem o tempo todo — no celular, no facebook…

Ao contextualizar o pensamento *chomskyano,* o qual afirma que toda criança, quando nasce, é dotada de uma faculdade inata da linguagem, a qual se ajusta a alguns padrões através de estímulos provenientes do meio, e desenvolve, no ser, a competência da língua nativa, pode-se comparar, transversalmente, esse pensamento à forma com que os cidadãos mais jovens adquirem, naturalmente, o domínio sobre as linguagens dos computadores e da internet, fazendo parecer banal a resolução dos desafios propostos pela informática. No entanto, para os adultos nascidos e educados antes da difusão das TIC, o processo de aprendizagem destas é mais complexo, pois não há a mesma autonomia no desenvolvimento da compreensão acerca do código do sistema presente no mundo digital, fazendo-se necessário que o interessado busque meios formais ou alternativos para estudar tais linguagens.

Atualmente, muitas crianças aprendem a utilizar diversas funções de computadores, *tablets* e *smartphones* antes mesmo de dominarem a leitura e a escrita. Esse aprendizado dá-se de modo intuitivo, não carecendo, portanto, de qualquer intervenção externa para que se desenvolva, no ser, a competência necessária para decifrar os códigos básicos de manuseio desses aparelhos. Consequentemente, após adquirir a competência, o amadurecimento da performance desse usuário, esclarece-o sobre a variedade e funcionalidade dos recursos oferecidos por essas máquinas, as quais podem ser conectadas à internet, propiciando assim, uma infinidade de recursos ao internauta, tais como: acesso às notícias, redes sociais virtuais, jogos *online*, vendas, mensageiros, pesquisas,

downloads de músicas, livros, imagens, vídeos, jogos em rede, consultas bancárias, pagamentos de boleto, compras, etc. E tudo isso acontece de maneira instantânea, sem exigência de grande esforço físico ou deslocamento espacial indesejado, por parte do usuário, ou seja, o conforto e comodidade oferecidos pela rede mundial de computadores atrai cada vez mais adeptos devido a sua pluralidade de recursos e ferramentas que dinamizam ações cotidianas de maneira eficaz.

Contrapondo-se à realidade da juventude moderna, a qual nunca viveu em um mundo sem microcomputadores e internet, estão os adultos que estudaram sob uma abordagem tradicional de ensino e aprendizagem na qual o material instrucional limitava-se aos livros, cadernos e sem o suporte de qualquer tecnologia digital. A vertiginosa evolução dos mecanismos computacionais e da internet tem deixado estes adultos, de certa forma, desorietandos em relação aos novos códigos e linguagens do mundo digital. A aquisição da competência da linguagem digital por eles acontece, geralmente, de modo menos intuitivo do que para os mais jovens, pois as associações dos códigos da linguagem da informática é compreendida, a princípio, como algo incoerente e totalmente diferente do seu habitual, ou seja, como algo não lógico.

Segundo PROENÇA (2010, p. 5)

> Contudo, o que se tem por objetivo neste trabalho é abordar o medo do desconhecido, o ser humano tem pavor do desconhecido. Aquilo que nunca experenciamos pode nos conduzir à morte. Por isso, desde muito cedo, o homem receou a natureza. Ela era toda inexplicável em épocas primitivas. Por temer sua imprevisibilidade tentamos até hoje domina-la. Depois sofisticamos o medo criando o misticismo – misticum provém da mesma raiz latina de misterium. Este sistema de criar um mundo que não poderia ser visto ou controlado por simples mortais dava um poder infinito àqueles que diziam que conseguiam manipula-lo. Devido à força que o misticismo possuía, ele acabou sendo institucionalizado em forma de religiões. Hoje, elas estão aí para provar o poder que o desconhecido pode exercer sobre nós.

Entende-se, portanto, que, historicamente, a humanidade refere-se ao desconhecido como algo nocivo. Por isso, cria alegorias, a fim de explicar essas incógnitas, a fim de disfarçar o, provável medo por não compreender a **epistemologia de** determinadas ciências. Dessa forma, pode-se afirmar que o sujeito o qual possui pouca ou nenhuma competência na liguagem da informática prepõe-se ameaçado. Carregado de incertezas, este indivíduo pode desenvolver ou adotar teorias tendenciosas a fim de descredibilizar tais tecnologias. Consequentemente, a realidade das crianças e adolescentes modernos passa a ser enxergada com desconfiança pela pessoa iletrada digitalmente, pois não compreende porque esses jovens empregam tanto tempo à frente dessas máquinas, como eles podem estar conectados a tantos lugares e pessoas ao mesmo tempo, adquirir todo tipo informações em questão de segundos, estudar, etc.

A falta de esclarecimento sobre a prestatividade das TIC faz com que alguns adultos, tecnologicamente leigos, acreditem que os computadores e a internet podem exercer influência

negativa, em relação ao processo de ensino e aprendizagem dos mais jovens, em virtude do grande tempo que estes dedicam a seus aparelhos eletrônicos. Creem, inclusive, que o jovem moderno não possui o hábito da leitura, quando na verdade ele dispõem de várias leituras, em diferentes canais, utilizando diversos tipos de códigos, em um ambiente erudito.

Mesmo não havendo hegemonia da opinião pública em relação à contribuição dos computadores e à internet para a humanidade, a informática torna-se, progressivamente, imprescindível para a sociedade devido a sua interatividade dentro de um mundo próprio, virtual e gobalizado.

A INFORMÁTICA COMO DIVISOR SOCIAL

Desde o princípio da civilização, o homem busca romper as barreiras das dificuldades impostas pela natureza, promovendo ajustes, mudanças e explorações durante sua constante busca por novos conhecimentos e tecnologias.

Reflexões sobre tecnologia e educação são temáticas presentes na sociedade desde que se atinou para a influência que estas exercem na vida do cidadão contemporâneo e notou-se a inevitabilidade de investigar este assunto diante da rápida evolução dos meios de informação e comunicação digitais.

Atualmente, a informática está presente em todos os campos da sociedade oferencendo conforto, rapidez e praticidade para os seus usuários. No entanto, as tecnologias de informação e comunicação modernas criam novas fronteiras sociais as quais justificam o título deste capítulo. Diante da complexidade a qual é proposta por este capítulo e a fim de desenvolver pontuações concisas e coerentes a respeito, faz-se necessário compreender a influência provocada pelo progresso tecnológico na sociedade e na organização da vida social.

Ferramentas como computadores e internet possuem tal aplicabilidade e interatividade que permitem ao usuário conectar-se a qualquer área da produção humana e/ou realizar edições em todas elas. No panorama atutal, pode-se notar que as TIC estão presentes no cotidiano do brasileiro, ao usar uma urna eletrônica, cartões de crédito e até mesmo em projetos sociais,como recebimentos dos benefícios dos trabalhadores através do cartão cidadão ou os recebimentos programa bolsa família instituídos pelo governo federal.

Segundo WAISELFISZ (2007, p. 2):

> Neste início do terceiro milênio, observamos diversos atores sociais em todo o mundo estão colocando o tema da exclusão digital na agenda pública, enfatizando que: "Há o consenso de que o que caracteriza nosso mundo atual é a crescente ligação das atividades humanas com as tecnologias digitais. (...) E isso é, precisamente, o que está sendo chamado de sociedade da informação e do conhecimento, um fenômeno bem recente na história da humanidade, de não mais de três décadas, mas que já deixou sua marca em todos os campos da atividade humana"

A influência exercida pela informatização mundial mudou, definitivamente, a forma como a sociedade produz e se relaciona. A alfabetização digital torna-se, portanto, imprescindível na formação do cidadão contemporâneo desde os seus primeiros anos de vida. Consequentemente, uma outra forma de desigualdade social surge: a exclusão digital, que, ainda nos dias de hoje atinge grande parte da população global.

Segundo FREITAS (2009, p. 75)

> O computador *on-line* ocupa posição central na constituição da sociedade da informação e da cibercultura. A partir da década de 1980, o computador deixou de ser uma máquina solitária, rigida e restritiva para se aprensentar ao usuário como sistema "conversacional" em uma rede mundial à base de janelas, icones e interfaces na tela de um monitor. A sociedade da informação e a cibercultura eclodem com uma nova versão "amigável" e elevada à categoria de mídia interativa. Assim o computador *on-line* vem englobando todos os meios de informação e comunicação anteriores, tornando-se o centro processador da informação e comunicação.

Na época atual, é correto afirmar que a informática exerce grande relevância no desenvolvimento dos processos sociais modernos, principalmente em regiões urbanas, tais como em: lazer; educação; comércio; indústria, meios de comunicação, etc. Isso implica profundamente na constituição do corpo social moderno.

Supostamente, esse processo de informatização da sociedade parece tratar os computadores e a internet como agentes centralizadores sistema de informação e comunicação. Entretanto, afirma FREITAS (2009. p75):

> (…)Tudo tende a passar por seus aplicativos e por sua extensão em rede. (...) é eminentemente descentralizador. O hipertexto, seu fundamento técnico, permite abrir janelas paralelas ou superpostas que se movimentam, abrem e fecham através de "elos" com ícones na tela. Pressupõe uma arquitetura complexa que define a memória e os processamentos não na forma hierárquica, segundo a metáfora da "árvore", mas em forma de rede, uma trama aberta a múltiplas conexões planetárias, em tempo real.

A informática é, certamente, a área que mais influenciou o sistema social no século XX. É correto afirmar que, atualmente, o sujeito o qual aprende a lidar com os recursos oferecidos por computadores e internet amplia, extraodinariamente, seus horizontes em relação a sua percepção global. Estas ferramentas têm propiciado a jovens e adultos uma nova forma de ver e aprender o mundo. Na indústria, não poderia ser diferente, hoje em dia, qualquer empresa precisa ser informatizada para se manter no mercado de trabalho e ficar a par das tecnologias relevantes ao seu segmento.

A informática permite que as pessoas possam manter-se devidamente informadas e interadas, através de sua ampla rede de informação e comunicação as quais possibilitam ao usuário interferir de forma ativa na sociedade. No entanto, o sujeito o qual se exclui ou tem o meio digital excluído de sua vida está, definitivamente, limitando a sua vida profissional e social, pois hoje em dia, sem conhecimentos de informática, o curriculo vitae desta pessoa restringe-a a pouquíssimas oportunidades no mercado de trabalho as quais, muito dificilmente, propiciaram-lhes um plano de carreira promissor, além da limitação de informação e comunicação a qual será submetida.

Segundo FREITAS (2009, p. 78)

> Há crescente mobilização mundial em torno da sociedade da informação entendida como política pública. Foi criada até uma Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação sob os auspícios da ONU, incluindo diversos países que se reúnem para colocar em debate suas realidades e suas políticas particulares em busca de parcerias e implementações transicionais. (…) A crescente mobilização internacional é bem-vinda, entretanto, nem todos estão verdadeiramente atentos à preocupação maior: "A internet é de fato uma tecnologia da liberdade, mas pode libertar os poderosos para oprimir os mais desafortunados, pode levar à exclusão dos desvalorizados pelos conquistadores do valor".

As diferenças sociais sempre existiram na civilização e, certamente, continuarão existindo por muito tempo. Mesmo numa sociedade em pleno desenvolvimento tecnológico, ainda há uma grande distinção entre o indivíduo incluso no mundo digital e o que, por algum motivo, é privado destas tecnologias.

Principalmente nos centros urbanos, há ligação com a internet em quase tudo. Hoje em dia, as crianças são criadas em meio a prática do uso de computadores e internet. Por este motivo, muitas brincadeiras, tradicionalmente, praticadas pelas crianças, já não são mais tão populares. No entanto, o uso da internet, em alguns momentos, pode ser, de certa forma, prejudicial ao comportamento humano, principalmente, no que diz respeito a utilização desta tecnologia por crianças e jovens, pois grande parte dos acessos são feitos de modo descontrolado, sem a supervisão

dos pais e, portanto, o usuário pode ter acesso a conteúdos não educativos e nocivos para sua formação.

Os relacionamentos pessoais passam por mudanças na sociedade moderna, pois a facilidade de se comunicar através das TIC influencia as relações sociais de modo que as pessoas já não se encontram pessoalmente com tanta frequência. No entanto, os sistemas globalizados de comucação veiculados através da internet expandem amplamente os horizontes do usuário no que diz respeito aos relacionamentos interpessoais, possibilitando, inclusive, que se criem vínculos entre sujeitos que sequer se conhecem pessoalmente ou, no caso, de muitas pessoas peculiarmente tímidas que se sentem mais à vontade quando conversam por intermédio de um computador *on-line*.

O ser humano, por natureza, tem medo do desconhecido e/ou das novidades e isso pode ser considerado uma coisa boa, pois muitas vezes este receio o protege de certas situações perigosas. Entretanto, as TIC já estão incorporadas a sociedade mundial fazendo-se, portanto, necessário a aquisição do letramento digital pelo sujeito para que este se insira no mundo moderno e seja capaz de pleitear o seu espaço na sociedade.

A RELAÇÃO ENTRE HOMEM, EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

As TIC estão, cada vez mais, presentes no cenário da educação no país. A escola, como instituição social tem o papel pedagógico de formar os alunos propiciando-lhes os conhecimentos e habilidades necessários para que exerçam integralmente a cidadania, que entendam o seu lugar no universo, desenvolvam os conceitos da relação do homem com a natureza e que sejam capazes de superarem os desafios da vida social, acadêmica e profissional.

Visto que, as tecnologias da informação e comunicação estão presentes em quase todas as áreas da sociedade contemporânea e entendendo que a educação faz parte da evolução humana, fez-se imprescindível uma ampla reestruturação no sistema de ensino brasileiro a fim de que houvesse as adequações necessárias para realizar o processo de ensino e aprendizagem dos cidadãos do mundo moderno, ou cibercidadão. Segundo VALENTE (1999, p. 2)

> [...] processo de construção do conhecimento implica mudanças na escola que vão além da formação do professor. É necessário que todos os segmentos da escola – alunos, professores, administradores e comunidades de pais – estejam preparados e suportem as mudanças educacionais necessárias para a formação de um novo profissional. Nesse sentido, a informática é um dos elementos que deverão fazer parte da mudança, porém essa mudança é

> mais profunda do que simplesmente montar laboratórios de computadores na escola e formar professores para utilização dos mesmos.

A inserção de ferramentas digitais nas escolas, apenas, não é o suficiente para que haja a transformação necessária na educação. Faz-se necessária a capacitação de todos os profissionais da educação e uma nova orientação para que os pais possam participar mais efetivamente da formação do aluno.

No cenário atual, há grande resistência em relação aos computadores, principalmente por professores mais velhos os quais comumente encaram as novas tecnologias digitais apenas como materiais complementares para auxiliar a didática tradicional. Segundo Saliés e Shepherd (2013, p.27)

> É de extrema importância a leitura ser uma rotina na vida desses jovens. Talvez não estejam lendo o que os adultos querem que eles leiam (Shakespeare, Dickens...), mas estão lendo. Então o desafio o desafio pedagógico é encontrar modos de encurtar a distância até a literatura sofisticada – de usar a tecnologia como ponto de encontro com ela. Em vez de proibir as mensagens de texto em sala de aula, precisamos usá-las para fazer poesia (e romances, em algumas partes do mundo). Precisamos tornar o letramento digital uma prioridade na biblioteca das escolas. Precisamos distribuir notebooks para as crianças, caso ainda não os tenham. E, de forma geral, precisamos trabalhar em prol de um clima respeitoso pelo modo de os jovens verem o mundo em vez de condená-lo.

Faz-se necessária uma profunda reflexão acerca do uso das novas tecnologias digitais nas escolas de modo que se desenvolvam metodologias pedagógicas sistemáticas as quais se adaptem as realidades e linguagens dos alunos modernos.

A abordagem no processo de ensino e aprendizagem realizado pelo professor na escola tradicional era caracterizada pela rigidez e centralização no professor o qual era considerado o detendor de todo o conhecimento. Nos alunos eram apenas "depositadas" as informações consideradas relevantes pela educação formal. Os materiais didáticos disponibilizados pela escola eram apenas livros e o conteúdo do caderno, limitando-se, portanto, as fontes de pesquisa de informações, consequentemente, os alunos não tinham muito o que questionar, devido as restrições aos conhecimentos a que lhes foram submetidos. Na atualidade, os computadores *on-line* têm propiciado ao cidadão moderno além da oportunidade de ampliar consideravelmente os canais de leitura através de e-books, web jornais, revistas digitais, artigos, redes sociais, etc, também é

possível buscar qualquer informação instantaneamente de qualquer lugar do mundo, em vários idiomas, por vários pontos de vista. Além do acesso à todo tipo de informações, as TIC permitem que o usuário seja também um produtor de informações.

Segundo Araújo e Leffa (2016, pag. 155):

> Quando se fala na inserção das tecnologias da informação e da comunicação na educação, é corrente a afirmação de que os professores não acompanham o desempenho dos alunos no uso dos recursos digitais, mesmo em escolas que possuem e fomentam práticas com tais ferramentas. Empiricamente, percebemos que a afirmação se aplica especialmente ao contexto dos ensinos fundamental e médio, assim como aos cursos de educação superior (…)

Para haver a integralização das TIC à prática pedagógica é necessário que sejam estabelecidas metas que visem formar professores durante a sua graduação e, evidentemente, pós graduação. Ainda há muita dificuldade em relação a inserção da tecnologia em sala de aula, pois apenas implantação de computadores na escola não é o suficiente para que haja um salto na qualidade da educação brasileira. Entregar computadores e internet meramente ao professores não basta. Faz-se imprescindível que seja propiciado aos docentes a oportunidade de capacitação e inclusão na era digital.

De acordo com o levantamento realizado pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br)[2], 99% das escolas das redes pública e privada no país possuem computadores, 93% desdes com acesso à internet. No entanto, em muitas destas escolas os computadores ainda permanecem sem muita utilidade, certamente, pelas dificuldades que há em relação a preparação do professor para lidar com o ciberespaço. Desse modo, cabe a interpretação de que mesmo que haja a universalização da inserção dos computadores nas escolas, mesmo que haja um computador por aluno e professor, ainda assim, não haveria um grande avanço no cenário da educação. No entanto, quando houver medidas que ofereçam aos professores condições para que estes possam receber treinamentos os quais qualifique-os à utilização das TIC de maneira pessoal e pedagógica e esses conhecimentos se associarem às ferramentas necessárias presentes nas escolas um novo cenário se configurará e possibilitará uma verdadeira revolução na educação.

2 Informação obtida através do endereço: http://www.webaula.com.br/index.php/pt/acontece/noticias/2939-internet-chega-a-93-das-escolas-do-brasil

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das pesquisas bibliográfica e *on-line* realizadas para este trabalho, compreende-se que a formação do cidadão moderno ainda enfrenta muitas dificuldades em relação a vários fatores. Uma delas é o receio que muitas pessoas, nascidas e educadas antes da era da internet, possuem do uso das TIC por crianças e jovens já que nunca conheceram um mundo sem estas tecnologias.

A exclusão digital ou infoexclusão, de acordo com FREITAS (2009), é um tipo de desigualdade social a qual ainda atinge muitos brasileiros. Embora haja grande mobilização do sistema de ensino nacional, realizando a implantação de computadores, internet e laboratórios de informática nas escolas, a educação formal ainda se encontra longe do propósito de propiciar uma alfabetização digital de qualidade e universalizada nacionalmente.

A informática exerce grande influência na sociedade moderna, de modo que está presente em quase todos processos de produção e relações humanas fazendo-se, por conseguinte, imprescindível o letramento desta tecnologia na formação do cidadão contemporâneo. O indivíduo o qual não se preparar para lidar com as novas tecnologias da informação e comunicação, possivelmente, será marginalizado e integrado a outro grupo, o dos excluídos digitais.

Aspirando, portanto, a um progresso expressivo na qualidade do ensino e formação do cibercidadão brasileiro é necessário preparar todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (professores, inspetores, família, etc.) para poderem lidar e trabalhar pedagogicamente com as novas tecnologias digitais.

Assim o MEC, segundo NASCIMENTO (2007), justifica propostas, tais como: alfabetizar digitalmente todos os profissionais ligados à educação, propiciando-lhes treinamentos que os capacite não apenas para utilizar as TIC, como também desenvolver suas próprias metodologias através do ciberespaço.

Dessa forma, o projeto proposto prevê a implantação de um sistema de avaliação no qual o professor poderá trabalhar, legitimamente, como o mediador capaz de converter o grande fluxo de informação *on-line* recebido, pelos alunos oriundos da era digital, em conhecimentos relevântes os quais possibilitem-os elaborar soluções eficazes e inteligentes para enfrentar os desafios do mundo moderno.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Júlio; LEFFA, Vilson. **REDES SOCIAIS e ensino de línguas: o que temos de aprender?**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção (ORG.). **Cibercultura e formação de professores.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SHEPHERD, Tania G.; SALIÉS, Tânia G. **Linguística da Internet.** São Paulo: Contexto, 2013.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa das Desigualdades Digitais no Brasil**. Brasília: 2007. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2017.

VALENTE, José Armando (org.). **O computador na sociedade do conhecimento**. Nied. Disponível em <http://www.nied.unicamp.br>. Acessado em: 10 dez. 2016.

PROENÇA, Anderson Francisco. **O medo do desconhecido**. Blogspot. Disponível

em <http://filosofiaafp.blogspot.com.br>. Acessado em: 29 nov. 2016.

NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. **Informática aplicada à educação.** Portal MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em: 08/04/2017.

Revista Digital Simonsen

Como citar: SILVA, Telma Fragoso*;* VICTER, Eline Flores. *Nem tudo é por* $\frac{-b\pm\sqrt{BHASKARA}}{2a}$*: uma abordagem Histórica*. *In:* Revista Digital Simonsen, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: *www.simonsen.br/revistasimonsen* ISSN:2446-5941

MATEMÁTICA

Nem tudo é por $\frac{-b\pm\sqrt{BHASKARA}}{2a}$: uma abordagem Histórica

Por: Telma Fidelis Fragoso da Silva[1]
Por: Eline das Flores Victer[2]

[1] Mestranda em Ensino das Ciências e Matemática pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO); Professora dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Engenharia da Universidade Cândido Mendes, email: professoratelmafidelis@gmail.com

[2] Doutora em Modelagem Computacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Professora do Programa de Pós Graduação em Ensino das Ciências da Unigranrio. Publicou em 2008 a Tese de Doutorado Uma Abordagem Semi-Lagrangeana para a Quebra do Operador de Convecção-difusão: Um Estudo de Casos e Comparações com um Esquema Totalmente Implícito; email: elineflores@hotmail.com

Revista Digital Simonsen

RESUMO

Este artigo apresenta uma abordagem histórica sobre o conteúdo de Equação do Segundo Grau. Para realizarmos tal artigo pesquisamos sobre a história da Equação do Segundo Grau, onde diversas formas de resolução foram expostas e desenvolvidas com o passar dos anos. Como sustentação teórica, foram adotados autores como, Eves (2004), Boyer (2012), Fragoso (2010), Guelli (2002) e Roque (2012) que trazem essas informações históricas sobre a matemática e a equação do segundo grau. Com base na pesquisa realizada é possível afirmar que a fórmula de Bhaskara, não foi desenvolvida somente pelo matemático hindu Bhaskara II e sim surgiu da reunião das possíveis formas de resoluções da equação do segundo grau, desenvolvidas por alguns matemáticos da antiguidade. Inclusive podemos perceber que a fórmula chamada de "Fórmula de Bhaskara", recebeu essa denominação no Brasil, diferentemente da denominação internacional. As considerações desse artigo é um indicativo para a utilização da história da matemática, permitindo a exposição de momentos históricos relevantes, afim enriquecer o conhecimento matemático dos conteúdos proposto em sala de aula.

PALAVRAS - CHAVES: História da Matemática; História da Equação do 2º Grau.

INTRODUÇÃO

Através do conhecimento histórico podemos compreender melhor certos costumes e valores de cada sociedade. Para entendermos o presente, precisamos muitas vezes voltar no tempo e explorar o passado.

Inteirar-se da história da humanidade é notar os inúmeros fatos ocorridos e perceber que esses fatos foram de grande importância para que o somos atualmente. Dentro desse contexto de evolução e da sociedade, a matemática e seus grandes estudiosos estão presentes e marcaram suas épocas com importantes descobertas.

A matemática é uma ciência que promoveu os alicerces para sustentar o mundo de hoje, principalmente quando tratamos de assuntos relacionados aos aspectos financeiros e tecnológicos, que estão incorporados no cotidiano de cada cidadão.

Percebendo a importância da matemática, se viu necessário entender como essa ciência foi evoluindo com o passar dos tempos, como por exemplo, explorar o conceito sobre Equação do Segundo Grau, que está presente no ambiente escolar dos alunos que cursam o ensino fundamental.

Resolver Equações do Segundo Grau não é algo exclusivo da atualidade, inúmeras civilizações, povos da antiguidade, desenvolveram mecanismos capazes de resolver Equação do Segundo Grau, porém de forma intuitiva, considerando-se que nessa época, fórmulas e letras não simbolizavam os coeficientes e a variável de uma equação. No Brasil, podemos perceber nas salas de aula e nos livros didáticos, que problemas onde envolvem Equação do Segundo Grau, em sua grande maioria, são resolvidos através da fórmula de Bhaskara.

Essa fórmula prática tão utilizada nos dias atuais só existe por conta da contribuição de alguns matemáticos no decorrer dos anos, conforme diversos fatos históricos.

Este artigo se dará por uma pesquisa bibliográfica acerca da temática supracitada, partindo de uma abordagem histórica sobre como as equações eram resolvidas e suas contribuições para compor a fórmula atualmente empregada na maioria das escolas.

RESOLVENDO EQUAÇÃO DO SEGUNDO GRAU COM OS BABILÔNIOS

A Mesopotâmia compreendia um conjunto de povos que hoje corresponde ao território do Iraque e regiões adjacentes. Dentre os reinos mesopotâmicos, o reino de Hamurabi na cidade da Babilônia teve mais destaque por suas conquistas.

Os mesopotâmicos usavam como suporte para sua escrita, placas de argila, que eram marcadas com estilete e, em seguida, eram cozidas ou secas ao sol para aumentar sua durabilidade, esse estilo de escrita recebeu o nome de cuneiforme. Foi nesse estilo retórico, que ocorreram os primeiros registros englobando problemas que representavam uma resolução de Equação do Segundo Grau. Datados de 1.700 a.C., esses registros mostram a álgebra babilônica.

Segundo Roque (2012), o sistema sexagesimal era usado na Babilônia, de modo sistemático em textos matemáticos ou astronômicos. No sistema “numérico” da Babilônia, o sinal usado para designar a unidade era . Esse sinal era repetido para formar os números maiores que 1, como (2), e assim por diante, até chegar a 10, representado por um sinal diferente: . Na Figura 6, podemos identificar os números através dos sinais cuneiformes:

Figura 1. Números cuneiformes babilônicos

Fonte: ROQUE, 2012, p.49

Podemos atentar na tabela (Figura 1), que os números 1 e 60 são representados pela mesmo simbologia, que de acordo com Roque (2012), nos demonstra que o sistema dos antigos babilônios era de notação posicional de base 60, enquanto o nossa é de base 10. O sistema que usamos para representar as horas, os minutos e os segundos é um sistema sexagesimal. Por exemplo, para encontrarmos o valor decimal de 1h4min23s, precisamos calcular o resultado de $1 \times 3.600 + 4 \times 60 + 23 = 6.023s$.

Guelli (2002) nos conta que durantes muitos anos, os filhos dos agricultores e dos comerciantes estudavam juntos com os filhos dos ricos para conseguirem uma ascensão social como escribas. O escriba podia dedicar-se ao ensino da Matemática e resolver diversos problemas, inclusive resolver Equações do Segundo Grau. Segundo Pedroso (2010), a solução era exposta como uma "receita matemática", e estabelecia apenas as raízes positivas, como descrevemos no exemplo abaixo:

> **Exemplo:** Qual é o lado de um quadrado em que a área menos o lado dá 870? (o que hoje se escreve: $x^2 - x = 870$).
> **Resolução:**
> **1°)** Tome a metade de 1 (coeficiente de x): $1 \div 2 = 0{,}5$
> **2°)** Multiplique por ela mesma:$0{,}5 \times 0{,}5 = 0{,}25$
> **3°)** Some o resultado a 870 (termo independente):$0{,}25 + 870 = 870{,}25$
> **4°)** Obtém-se um quadrado:$870{,}25 = 29{,}5^2$
> **5°)** Cujo lado somado à metade de 1 vai dar (30) o lado do quadrado procurado. Ou seja, $29{,}5 + 0{,}5 = 30$. (FRAGOSO, 2000, p.21)

Alguns históriadores matemáticos nos dizem que a "receita" babilônica nos induz a uma fórmula simular a formula de Bhaskara que conhecemos, ou seja:

$$\boldsymbol{x = \sqrt{(\frac{p}{2})^2 + q} + \frac{p}{2}}$$

Utilizada para resolver equações do tipo: $\boldsymbol{x^2 - px = q}$.

Por conseguinte, em relação a resolução de Equação do Segundo Grau pelo babilônios, podemos dizer que: "A solução das equações quadráticas [...] é um feito admirável não tanto pelo alto nível de habilidade técnica, quanto pela maturidade e flexibilidade dos conceitos algébricos envolvidos" (BOYER, 1995. P.25).

RESOLVENDO EQUAÇÃO DO SEGUNDO GRAU COM OS GREGOS

Após o declínio de algumas civilizações, os gregos passaram ao primeiro plano político e econômico. Acredita-se que a dificuldade da utilização dos números era devido ao sistema de numeração grega ser literal e ao gosto natural pela Geometria. Considerada o berço da matemática demonstrativa, por Eves (2011), esse período foi denominado de a Idade do Ferro e trouxe consigo muitas mudanças referentes às guerras e as atividades que utilizavam instrumentos e ferramentas. Nessa época inventou-se o alfabeto e as moedas foram introduzidas na sociedade.

A Grécia foi palco de grandes matemáticos, como Tales de Mileto e Pitágoras de Santos, mentores das escolas jônica e pitagórica, respectivamente, segundo Fragoso (1999) e atingiu seu esplendor, na figura de Euclides, cognominado Euclides de Alexandria, para que não o confundissem com outros tantos Euclides existentes na época.

Trabalhando na biblioteca do Museu "Refúgio das Musas", do qual tinha acesso a um grande acervo científico de várias partes do mundo, em torno de 500.000 manuscritos, Euclides escreveu seu importante e famoso livro "Os Elementos", vindo a se tornar um dos mais famosos livros de Matemática de todos os tempos.

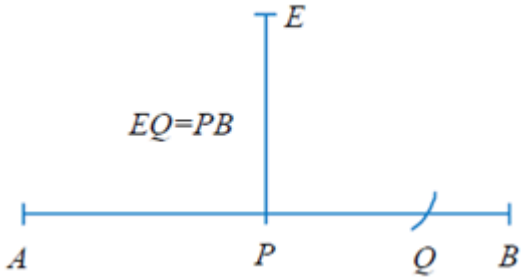
> Euclides era conhecido por sua capacidade de ensinar. Daí o sucesso alcançado por sua maior obra. ***Elementos*** é constituído de treze livros ou capítulos, sendo os seis primeiros sobre Geometria Plana, os três seguintes sobre os diferentes tipos de números, o livro X sobre segmentos incomensuráveis e os três últimos sobre Geometria no espaço. Os livros II e V são dedicados ao estudo de Álgebra. Euclides não fazia cálculos; usava apenas uma régua não graduada e um compasso. (GUELLI, 2002, p.23)

O gosto natural pela Geometria conduziu essa civilização (500 a 200 a.C.) a tratar geometricamente muitos de seus problemas, incluindo a resolução de equações.

Vejamos, a seguir, um exemplo de tratamento geométrico utilizado pelos povos gregos para resolver Equação do Segundo Grau.

> **Exemplo:** Como os gregos resolviam uma equação do tipo $x^2 - 10x + 9 = 0$.
> **Resolução:**

> Trace o segmento AB = 10. Por P, ponto médio de AB, levante o segmentos perpendicular PE = 3 (igual á raiz quadrada de 9) e, com centro em E e raio PB, trace um arco de circunferência que corta AB no ponto Q. A raiz desejada será dada pelo comprimento AQ.



(FRAGOSO, 2000, p.21)

No momento presente, podemos observar que essa forma de resolução atende as equações do tipo:

$$x^2 - ax + b^2 = 0, \textit{tem para raízes } x_1 = AQ \textit{ e } x_2 = -BQ$$

$$x^2 + ax + b^2 = 0, \textit{tem para raízes } x_1 = -AQ \textit{ e } x_2 = BQ$$

RESOLVENDO EQUAÇÃO DO SEGUNDO GRAU COM O ÁRABES

> Durante o reinado de Harum al-Raschid – califa de Bagdá do ano 786 até 809 –, os povos da Península Arábica, abalados por uma crise econômica, travaram uma série que guerras de conquista. Foi assim que o Museu de Alexandria se converteu em prêmio de guerra ao vencedor: livros escritos em grego foram transportados de Alexandria para Bagdá e traduzidos para a língua árabe. (GUELLI, 2009, p.28)

O califa Al-Mamum buscava tornar Bagdá o maior centro científico do mundo, para isso, reuniu grandes sábios muçulmanos e Al-Khwarizmi estava entre eles.

O termo "álgebra" tem origem em um dos livros árabe mais importante da Idade Média: *Tratado sobre o cálculo de al-jabr e al-muqabala*, escrito por Al-Khwarizmi, Roque (2012) nos conta ainda que a palavra al-jabr, ou "álgebra", em árabe, era utilizada para designar "restauração", uma das operações usadas no resolução de equações.

A linguagem do Al-Khwarizmi era puramente retórica, sendo assim ele não empregava nenhum simbolismo. Porém, ele desenvolveu um vocabulário padrão para indicar os objetos que surgiam nos problemas, principalmente para os números que utilizava no cálculo da álgebra, são eles: a raiz, o quadrado e o número simples. O quadrado da quantidade desconhecida para expresso pela palavra *Mal*, que atualmente tem o significado de "possessão", ou "tesouro", porém a palavra era empregada de modo retórico por Al-Khwarizmi, assim como outros termos, mas com sentido técnico para resolver equações.

Citando Roque (20012):

> A "raiz" é o termo essencial, designada pela palavra *Jidhr* e também é chamada de "coisa" (*shay*). As duas palavras eram usadas para exprimir o que atualmente chamamos de "incógnita". O emprego do termo "raiz" para expressar a quantidade desconhecida está estreitamente ligado ao fato de que o quadrado dessa quantidade era também uma incógnita, com nomenclatura própria (*Mal*). Já o *Adad* era um número dado qualquer, ou seja, a quantidade conhecida. (ROQUE, 2012, p.250)

Podemos condensar e expor em notação atual as informações supracitadas no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Linguagem retórica árabe para equação

Nomenclatura árabe	Significado na língua corrente	Sentido nos problemas	Notação moderna
Adad	Número ou quantidade de dinheiro	Quantidade conhecida (número dado)	**C**
Jidhr	Raiz	Quantidade desconhecida	**X**
Mal	Possessão ou tesouro	Quadrado da quantidade desconhecida	$\mathbf{x^2}$

Fonte: ROQUE, 2012, p.250

Nos dias de hoje empregamos o termo "raiz" para a solução de uma equação, esse termo vem justamente da palavra árabe *Jidhr* ao ser traduzido para o latim.

Al-Khwarizmi demonstra, com enunciado retórico, seis possíveis problemas, apresentados no Quadro 2.

Quadro 2: Problemas de Al-Khwarizmi

	Notação Moderna
1 - quadrados iguais a raízes	$ax^2 = bx$
2 - quadrados iguais a um número	$ax^2 = c$
3 - raízes iguais a um número	$bx = c$
4 - quadrados e raízes iguais a um número	$ax^2 + bx = c$
5 - quadrados e um número iguais a raízes	$ax^2 + c = bx$
6 - raízes e um número iguais a quadrado	$bx + c = ax^2$

Fonte: ROQUE, 2012, p.251

Como se tratava de uma quantidade de quadrados, ou de raízes, os coeficientes eram considerados positivos. Al-Khwarizmi enunciava suas regras de solução e justificativas geométricas retiradas do livro de Euclides (*Os Elementos*), sendo assim, sua solução utilizava métodos algébricos e geométricos em sua resolução. Cada um dos seis possíveis problemas era tratado a partir de exemplos, mas o método era possível ser empregado para quaisquer dados numéricos dentro de cada problema.

Vejamos um exemplo de Equação do Segundo Grau resolvida de forma retórica:

> **Exemplo:** Considerando o quarto possível problema, Al-Khwarizmi considera o exemplo "um *Mal* e dez *Jidhr* igualam 39 *dinares*", que em nossa notação algébrica seria representado como $x^2 - 10x = 39$.
> **Resolução:**O algoritmo de resolução era descrito assim:Tome a metade da quantidade de *Jidhr* (que neste exemplo é 5).Multiplique essa quantidade por si mesma (obtendo 25). Some no resultado os *Adad* (fazemos 39 + 25 = 64). Extraia a raiz quadrada do resultado (que dá 8). Subtraia desse resultado a metade dos *Jidhr*, encontramos a solução (esse solução é 8 – 5 = 3) (ROQUE, 2012, p.252)

Transportando esse procedimento retórico para nossa linguagem algébrica atual, conseguimos resolver equações do tipo $x^2 - bx = c$, sendo possível a resolução através da fórmula $-\frac{b}{2} + \sqrt{\frac{b^2}{4} + c}$. O Quadro 3 abaixo demonstra a resolução de forma mais organizada para a equação do nosso exemplo acima:

Quadro 3: Comparação das resoluções retórica e atual para equação $x^2 - 10x = 39$

Solução apresentada por Al-Khwarizmi	**Operações correspondentes em linguagem moderna**	**Operações correspondentes em linguagem moderna**
Tome a metade da quantidade de *Jidhr*	$\frac{10}{2} = 5$	$\frac{b}{2}$
Multiplique essa quantidade por si mesma	$5^2 = 25$	$\left(\frac{b}{2}\right)^2$
Some no resultado os *Adad*	$25 + 39 = 64$	$\left(\frac{b}{2}\right)^2 + c$
Extraia a raiz quadrada do resultado	$\sqrt{64} = 8$	$\sqrt{\left(\frac{b}{2}\right)^2 + c}$

Subtraia desse resultado a metade dos *Jidhr*, encontramos a solução	$8 - 5 = 3$	$\sqrt{\left(\frac{b}{2}\right)^2 + c} - \frac{b}{2}$

Fonte: ROQUE, 2012, p.252

RESOLVENDO EQUAÇÃO DO SEGUNDO GRAU COM OS HINDUS

Utilizando a escrita em sânscrito a matemática que conhecemos como “indiana” originou-se na região do sul da Ásia (que compreende também o Paquistão, o Nepal, Bangladesh e Sri Lanka). Apesar de não reconhecermos as influências da matemática indiana pelos povos da antiguidade, é possível notar que seus problemas foram inspirados em algum tipo de contato com a astronomia babilônica e grega.

Desde os tratados mais antigos sobre a matemática e sobre a astronomia indiana, percebe-se a escrita em forma de versos, porém a forma de versos era de difícil compreensão, com isso outros matemáticos traduziam os versos para ajudar do entendimento.

Segundo Roque (2012):

> Como a exposição em versos era de difícil compreensão, as obras indianas eram complementadas por comentários redigidos por outros matemáticos tendo em vista elucidar o seu significado. (ROQUE, 2012, p,238).

Bhaskara foi o último matemático medieval importante da índia, autor dos livros mais populares de aritmética e álgebra no século XII, julga-se, que foram livros-textos dedicados ao ensino. Inúmeras evidências de seus trabalhos sugerem o quão esse astrônomo nascido em 1114 era influente na época. Seus livros mais conhecidos foram *Lilavati* e o *Bija Ganita*, suas obras culminavam de contribuições de hindus anteriores a ele, com o acréscimo de observações novas e próprias.

Uma curiosidade que podemos apresentar em relação aos livros de Bhaskara, é o nome de sua filha, como título do livro Lilavati, como uma forma de consolo pela perda de seu casamento. Boyer (1974) nos conta a lenda:

> [...] segundo a lenda, a filha perdeu a oportunidade de se casar por causa da confiança de seu pai em suas predições astrológicas. Bhaskara tinha calculado que sua filha só poderia se casar de modo propício numa hora determinada de um dia dado. No dia que deveria ser de seu casamento a jovem ansiosa estava debruçada sobre um relógio de água quando se aproximava a hora do casamento, quando uma pérola em seu cabelo caiu, sem ser observada, e deteve o fluxo de água. Antes que o acidente fosse notado, a hora propícia

> passava. Para consolar a infeliz moça, o pai deu seu nome ao livro que estamos descrevendo. (BOYER, 1974, p.161)

O *Lilavati* como o *Bija Ganita*, contem numerosos problemas sobre os tópicos favoritos dos hindus: equações lineares e quadráticas. No livro *Bija Ganita*, que significa "semente do cálculo", problemas envolvendo quantidades desconhecidas foram descritos pelo autor, em forma de regras expressas por versos, porém contém exemplos e um próprio comentário de Bhaskara visando explicá-los.

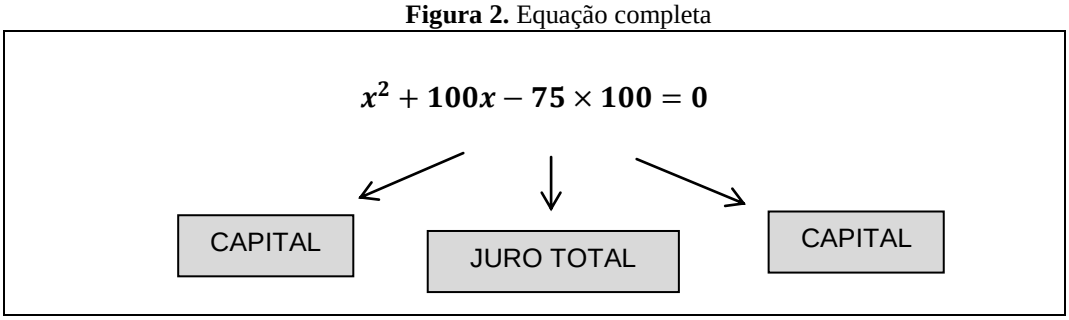
Vejamos abaixo um exemplo de problema que recai na Equação do Segundo Grau que compara como o problema era resolvido por Bhaskara e outros matemáticos hindus e como ele é resolvido com a nossa linguagem atual.

Exemplo: Um capital de 100 foi emprestado a uma certa taxa de juro ao ano. O juro obtido após um ano foi aplicado durante mais um ano. Se o juro total é de 75, qual é a taxa de juro?

Resolução: *"Calcule a metade do capital ao quadrado, acrescente-a ao produto do juro total pelo capital, extraia a raiz quadrada e logo diminua a metade do capital".*Calcule a metade do capital ao quadrado = $\left(\frac{100}{2}\right)^2$; Acrescente-a ao produto do juro total pelo capital = $\left(\frac{100}{2}\right)^2 + 75 \times 100$; Extraia a raiz quadrada = $\sqrt{\left(\frac{100}{2}\right)^2 + 75 \times 100}$; Logo diminua a metade do capital = $\sqrt{\left(\frac{100}{2}\right)^2 + 75 \times 100} - \frac{100}{2}$ (GUELLI, 2002, p.36)

Podemos verificar na Figura 2, que a regra se aplica a equação:

Figura 2. Equação completa



Fonte: GUELLI, 2002, p.36

O método de Bhaskara para ser descrito através da fórmula:

$$x = \sqrt{\left(\frac{b}{2}\right)^2 - c} - \frac{b}{2}$$

Apesar de todo o seu talento, Bhaskara não conseguiu dar o passo fundamental no desenvolvimento das equações: a descoberta da fórmula.

Para isso foi preciso um novo modo de escrever que transformou a Álgebra num ramo independente da Matemática, desvinculada dos problemas de medidas, juros, seguros etc. (GUELLI, 2002).

Esse passo categórico não foi dado por um matemático, ironicamente, foi dado por um jurista, um genial advogado francês.

RESOLVENDO EQUAÇÃO DO SEGUNDO GRAU COM OS EUROPEUS

O método de Bhaskara funcionava perfeitamente para resolver o que chamamos, hoje, de "equações de segundo grau", mas ainda assim não podemos atribuir-lhe a invenção da fórmula usada atualmente. Por quê? (ROQUE, 2012, p.242)

A falta de simbolismo da época impossibilitava que os coeficientes das equações fossem expressos de forma genérica, como conhecemos atualmente os coeficientes *a*, *b* e *c*, de uma equação como $ax^2 + bx + c = 0$.

Com isso, podemos afirmar que existia um método geral para resolução de equações, de forma retórica. No entanto, não existia a "fórmula" que temos hoje composta pelos seus coeficientes, estes só foram propostos no século XVI.

Na Europa, conforme Fragoso (2000), o processo para resolver problemas que recaem na Equação do Segundo Grau era basicamente o método usado por Bhaskara. Contudo, vários matemáticos desenvolveram seus métodos para resolver tais equações, dentre eles destacaram-se François Viète, René Descartes e Thomas Harriot.

François Viète, segundo Roque (2012), desenvolveu axiomas envolvendo operações sobre símbolos, como adição subtração, multiplicação, divisão, extração de raiz e formação de razões. Resultando nos primeiros passos para a criação da Álgebra simbólica.

De início, Viète representou através de uma vogal a incógnita da equação e também abreviou algumas palavras da seguinte forma:

$\overline{p}$ SIGNIFICAVA **MAIS**

$\overline{\overline{m}}$ SIGNIFICAVA **MENOS**

O traço sobre a letra era para distinguir uma letra comum de uma letra que estava sendo utilizada como símbolo matemático.

Sendo assim, as equações começaram a serem expressas por meio de alguns símbolos, contendo algumas palavras abreviadas e outras não, conforme Quadro 4 abaixo:

Quadro 4: Início das equações expressas por símbolos

Equação por extenso	Equação correspondente
$x + 6 = 18$	$A\ \bar{p}\ 6$ é $igual\ a\ 18$
$2x - 5 = 27$	$A2\ \bar{m}\ 5$ é $igual\ a\ 27$
$x^2 + 3x = 0$	$A\ área\ \bar{p}\ A3$ é $igual\ a\ 0$

Fonte: GUELLI, 2002, p.39

Os matemáticos daquela época buscaram no Renascimento, especificamente com os comerciantes, os sinais de + e de -, ainda desconhecidos na Matemática, para substituir as letras $\bar{p}$ e $\bar{m}$. Guelli (2002) reforça ainda sobre o assunto, que partir daí, estes dois sinais (+ e -) entraram definitivamente na Matemática.

A partir de uma ideia simplória, que Viète passou a representar as incógnitas de uma equação por vogais e os coeficientes literais das incógnitas por consoantes do alfabeto, todas maiúsculas. O advogado usava abreviação ***in*** para palavra ***vezes***.

Assim, foi possível expressar, pela primeira vez, a Equação do Segundo Grau por meio de uma fórmula geral.

$$\boldsymbol{B\ in\ A}\ \text{á}\boldsymbol{rea} + \boldsymbol{C\ in\ A} + \boldsymbol{D}\ \text{é}\ \boldsymbol{igual\ a}\ \mathbf{0}$$

Viéte para chegar a suas conclusões, apoiou-se nos trabalhos de grandes matemáticos da Antiguidade e matemáticos posteriores a ele, contribuíram para o aperfeiçoamento a Álgebra simbólica, como foi o caso do matemático inglês Robert Recorde, que defendia que duas coisas não podiam ser mais iguais do que um par de retas gêmeas de mesmo comprimento e o matemático Thomas Harriot (1560 – 1621), que estabeleceu o sinal de igualdade: =, como conhecemos hoje e adotou uma nova notação para representar as potências das incógnitas $A\ área \rightarrow AA$.

Já o filósofo e matemático francês René Descartes (1596 – 1650), descobriu um modo simples e prático para expressar os símbolos criados por Viète:

* Começou a usar o expoente 2 para indicar $\boldsymbol{A}\ \text{á}\boldsymbol{rea}$.

> * Substituiu $\boldsymbol{in}$ pelo sinal $\times$, depois;
> * Passou a representar as incógnitas de uma equação pelas últimas letras do alfabeto: ... $\boldsymbol{x}$ $\boldsymbol{y}$ $\boldsymbol{z}$
> e os coeficientes literais das incógnitas pelas primeiras letras: $\boldsymbol{a}$ $\boldsymbol{b}$ $\boldsymbol{c}$ ... (GUELLI, 2002, p.40)

No quadro 5 apresentamos com comparativo da evolução da simbologia da equação após as descobertas na Europa:

Quadro 5: Comparação entre os símbolos criados por Viète, Harriot e Descartes

Simbologia de Viéte	Simbologia de Harriot	Simbologia de Descartes
A área é $igual\ a$ 50	$AA = 50$	$x^2 = 50$
A área $\bar{m}$ $A2$ $\bar{p}$ 1 é $igual\ a$ 0	$AA - A2 + 1 = 0$	$x^2 - x \times 2 + 1 = 0$
$\boldsymbol{B\ in\ A}$ área $+ \boldsymbol{C\ in\ A} + \boldsymbol{D}$ é $\boldsymbol{igual\ a\ 0}$	$\boldsymbol{B\ in\ AA + C\ in\ A + D = 0}$	$\boldsymbol{x^2 \times A + B \times x + C = 0}$

Fonte: GUELLI, 2002, p.40

Com a definição da fórmula geral para expressar Equação do Segundo Grau, muitos matemáticos foram descobrindo suas propriedades e quase que ao mesmo tempo, acabaram deduzindo uma única fórmula, que possibilitou a resolução de qualquer Equação do Segundo Grau.

A dedução da fórmula supracitada está descrita no Quadro 6.

Quadro 6: Passo-a-passo da dedução da fórmula

Dedução da Fórmula	Acompanhamento através de um exemplo
$\boldsymbol{ax^2 + bx + c = 0 \quad a \neq 0}$	$\boldsymbol{x^2 + 3x - 4 = 0}$
$\boldsymbol{ax^2 + bx = -c}$	$\boldsymbol{x^2 + 3x = 4}$
$\boldsymbol{4a \times (ax^2 + bx) = 4a \times (-c)}$	$\boldsymbol{4.1(x^2 + 3x) = 4.1(4)}$
$\boldsymbol{4a^2x^2 + 4abx = -4ac}$	$\boldsymbol{4x^2 + 12x = 16}$
$\boldsymbol{4a^2x^2 + 4abx + b^2 = -4ac + b^2}$	$\boldsymbol{4x^2 + 12x + 3^2 = 16 + 3^2}$
$\boldsymbol{(2ax + b)^2 = -4ac + b^2}$	$\boldsymbol{(2x + 3)^2 = 25}$
$\boldsymbol{\sqrt{(2ax + b)^2} = \sqrt{-4ac + b^2}}$	$\boldsymbol{\sqrt{(2x + 3)^2} = \sqrt{25}}$

$2ax + b = \sqrt{-4ac + b^2}$ $2ax + b = \pm\sqrt{-4ac + b^2}$ $x = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$	$2x + 3 = 5$ $2x + 3 = \pm 5$ $x = \frac{-3 \pm 5}{2}$ $x' = \frac{-3 - 5}{2} = \frac{-8}{2} = -4$ $x'' = \frac{-3 + 5}{2} = \frac{2}{2} = 1$

Fonte: <http://alunosonline.uol.com.br/matematica/bhaskara.html> Acesso em: 03 nov 2016

O nome de ***discriminante*** foi dado para expressão $b^2 - 4ac$, sendo indicada pela letra Δ $(delta: \Delta = b^2 - 4ac)$.

Sendo assim a fórmula pode ser expressa por: $x = \frac{-b \pm \sqrt{\Delta}}{2a}$.

Segundo Guelli (2002) os estudantes de hoje conseguem resolver em poucos minutos problemas que os mais brilhantes matemáticos da Antiguidade levavam meses para resolver!

EQUAÇÃO DO SEGUNDO GRAU NO BRASIL

A fórmula geral é utilizada no Brasil para resolver Equações do Segundo Grau, porém, por volta do ano 1960, se estabeleceu no país o hábito de nomear a fórmula geral, como fórmula de Bhaskara, possivelmente como uma homenagem ao matemático hindu Bhaskara II. Conforme Anotações (2011), este costume, aparentemente brasileiro não é adequado, pois os problemas que recaem em Equações do Segundo Grau já apareciam há quase quatro mil anos, em textos escritos pelos babilônios.

Alguns matemáticos brasileiros não concordam com essa denominação, pois é possível de se encontrar essa denominação em literaturas internacionais.

Reforçando a ideia que a fórmula não é exclusiva de Bhaskara, Fragoso (2000), nos diz que ao estudarmos a Equação do Segundo Grau, usamos a representação herdada dos europeus, com a definição da simbologia e a solução herdada dos hindus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poucos são os alunos que tem a oportunidade de saber que a fórmula de Bhaskara, tão utilizada nas escolas brasileiras, como forma de resolver Equação do Segundo Grau, não foi criada por Bhaskara, mas sim, que muitos matemáticos participaram do seu desenvolvimento.

Pudemos enriquecer, por intermédio desse artigo, nossos conhecimentos sobre o conceito de Equação do Segundo Grau, através de sua história, nos permitindo um aprofundamento no conteúdo e é possível percebemos a contribuição de diversas civilizações e seus respectivos matemáticos, para o que praticamos hoje como forma de resolução dessa equação.

Enfim, a possibilidade de utilizar a história da matemática em prática de ensino pode proporcionar a construção de conceitos e descobertas dessa disciplina com o nosso presente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOYER, C. B. **História da Matemática**. São Paulo: Edgard Blücher, 2012.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** matemática. Brasília: MEC/SEF, 1999.

D´AMBROSIO, U. A história da matemática: questões historiográficas e políticas e reflexos na Educação Matemática. In: BICUDO, M. A. V.(org.). **Pesquisa em Educação Matemática**: concepções e perspectivas. São Paulo: UNESP, 2000. p. 97-115.

D'AMBRÓSIO, U. **Educação Matemática:** da teoria à prática. 23 ed. Campinas: Papirus, 2012. Coleção Perspectivas em Educação Matemática.

EVES, Howard. **Introdução à História da Matemática.** Tradução de Hygino H. Domingues. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2004.

FRAGOSO, W. C. Uma Abordagem Histórica da Equação do 2º Grau. **RPM**. n. 43. p. 20 a 25. 2000. Disponível em: < http://www.rpm.org.br/cdrpm/43/4.htm >. Acesso em: 04 mar. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUELLI, O. **Contando a História da Matemática:** história da equação do 2º grau. 10 ed. São Paulo: Ática, 2010.

MIGUEL, A.; MIORIM, M. Â. **História da Matemática:** propostas e desafios**.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Coleção Tendências em Educação Matemática.

MOTTA, C. D. V. B. Resumo: o papel psicológico da História de Matemática no processo de ensino-aprendizagem. In: **SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE**, 2, 2005, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttes&pid=MSC0000000820050002000 56&Ing=en&nrm=abn>.Acesso em: 08 abr. 2015.

MOTTA, J. M. **Abordagem da equação do 2º grau através da resolução de problemas. Uma aplicação no ensino fundamental**. Florianópolis. 2000. 70 f. Monografia Graduação em Matemática. Centro de Ciências Físicas e Matemáticas. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97061/Josiane_Marques_Motta.PDF?sequence=1>Acesso em: 03 mai. 2016.

PEDROSO, H. A. Uma breve história da equação do 2º grau. In. **Revista Eletrônica de matemática**, nº 2, 2010. Disponível em: < http://www.matematicajatai.com/rematFiles/2-2010/eq2grau.pdf >. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2016

ROQUE, T. **História da matemática.** Uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SANTAMA, L. T. **A inserção da História da Matemática no Ensino da Equação de 2° Grau.** Monografia de Licenciatura Plena em Matemática, Universidade Estadual da Paraíba, 2013.

SANTOS, L. M. **Metodologia do Ensino de Matemática e Física:** Tópicos de História da Física e da Matemática**.** Curitiba: Ibpex, 2009.

SANTOS. L.S. **A geometria da escola e a utilização de história em quadrinhos nos anos finais do ensino fundamental**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Pelotas, 2014.

Revista Digital Simonsen
Como citar: AMARAL, Rodrigo. *Neusa Bastos. Educação ambiental: crítcas e redefinições conceituais.* In: Revista Digital Simonsen, Nº6, Maio. 2017. Disponível em: *www.simonsen.br/revistasimonsen* ISSN:2446-5941

ENTREVISTA

NEUSA BASTOS. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CRÍTCAS E REDEFINIÇÕES CONCEITUAIS

Por: Rodrigo Amaral

Autora de importantes textos publicados na RDS, como "*Desperdício de alimentos: até quando?* " e "*A problemática ambiental numa interface com as conferências internacionais, a legislação brasileira e a educação ambiental* " em edições anteriores, a Professora Ms. Neusa Bastos Ruiz Lanna contribui novamente para a revista com o tema da educação ambiental. Esta discussão inspirou nossa capa e nossa entrevista desta edição, realizada por meio eletrônico em maio deste ano. A professora Neusa, Neusinha, como é carinhosamente chamada por colegas e alunos, é uma das campeãs em homenagem de formaturas e um dos quadros históricos da Simonsen, onde leciona há 44 anos. Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente (UNIPLI/Anhanguera) lidera importante papel na instituição abordando temas atuais como o papel do cidadão na formação de uma sociedade mais consciente e politizada.

Nossa entrevista com a professora Neusa demonstra que o planejamento das Faculdades Simonsen e da UNICBE estão em consonância com o PNE (Plano Nacional de Educação) 2014-2024, que em seu art. 2°, X da Lei 13.005/2014 busca promover o *respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.* Boa leitura!

Utilizaremos RA para Rodrigo Amaral e NBRL para Neusa Bastos Ruiz Lanna, na entrevista abaixo:

1)RA: Professora, quando e como a senhora passou a se interessar sobre o tema da educação ambiental?

NBRL: Na verdade sempre gostei da Natureza. Nasci e cresci em contato com terra, árvores frutíferas, roseiras e tantas outras plantas que eu e minha doce e inesquecível **mamãe** plantávamos e cuidávamos numa casa modesta do subúrbio do Rio de Janeiro. Após a entrada para o Ginásio em horário integral o tempo ficou pequeno para as atividades anteriormente citadas. Ao término dessa etapa escolar tive que trabalhar para pagar cursinho pré-normal. Sou formada em Professora Primária pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro desde 1961. Para não me alongar mais até essa data, embora como declarei no início da resposta, que sempre gostei da Natureza, não manifestei interesse em adquirir maiores conhecimentos sobre o tema educação ambiental. Não havia tempo para isso, pois estudava e trabalhava, sendo que no período do Curso Normal eu estudava e trabalhava à noite com alfabetização de adolescentes e adultos. A minha vida foi mudando e já adulta voltei adquirir um novo olhar para o mundo ecológico. Passei a acompanhar as atividades ambientais que meus filhos realizavam e o interesse sobre o tema da EA foi crescendo. Somente me realizei na área ambiental quando entrei no curso de Mestrado em Ciências da Saúde e do Ambiente em 2010, terminando em 2012.

2)RA: Professora, como podemos classificar as políticas brasileiras, do Estado e do município do Rio de Janeiro a cerca da educação ambiental?

NBRL: As políticas brasileiras do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro são boas. Legislação não falta, tanto em nível estadual quanto em nível municipal. O problema é que as Leis na prática não são cumpridas totalmente. A população, de um modo geral, desconhece a legislação e acredito que mesmo que conhecesse não a respeitaria. Se faltam conhecimento e conscientização do problema ambiental como poderá agir de forma crítica, agindo com respeito, com amor à Natureza?

3)RA: No texto publicado nesta edição a senhora aborda a importância da educação ambiental no ensino fundamental para que as crianças sejam inseridas numa nova concepção "emancipadora" e "crítica" da educação ambiental. Que postura seria essa e qual o papel do Professor de ensino superior neste processo?

NBRL: Atualmente compete ao curso de Pedagogia a formação de professores para atuação nos anos iniciais do ensino fundamental. Esse professor será formado em nível Superior. Cabe ao professor de Faculdade adquirir uma postura compatível com a disciplina que está trabalhando, pois o seu aluno desenvolverá a sua prática pedagógica com crianças. Esse educador de Curso Superior deve desenvolver com seus alunos atividades em Educação Ambiental Crítica como se esses alunos estivessem numa sala de aula com crianças a fim de que essas crianças fossem inseridas numa nova concepção "crítica" da educação ambiental.

4)RA: Professora, que ações concretas poderiam ser colocadas em prática nas instituições de ensino superior privadas para que se alcance resultados na EA? O que já tem sido feito?

NBRL: Professores de todas as disciplinas poderão inserir em suas turmas atividades práticas, tais como passeios, pesquisas de campo, oficinas pedagógicas, dramatizações, visitas a parques ecológicos, lagoas, praias, apresentação de vídeos com posterior debate, organização de feiras e tantas outras que nossos professores têm condições de propor aos seus alunos. A educação ambiental permeia todas as disciplinas.

Quando trabalho a disciplina Fundamentos e Metodologia das Ciências Naturais, como acontece neste período letivo, a turma realiza uma pesquisa de campo após uma abordagem sobre meio ambiente e sustentabilidade. Eu destaco a importância de se conhecer melhor os problemas ambientais da nossa cidade. Sugiro alguns lugares para a realização “in loco” do trabalho, como aceito sugestões de outros lugares propostos pelas turmas. Fazemos um planejamento e elaboramos um roteiro da atividade. Há um debate sobre os problemas ambientais observados e os grupos apresentam possíveis soluções para os mesmos.

Procuro fazer com que os alunos não fiquem apenas na conscientização dos problemas ambientais, mas que haja realmente a prática da educação ambiental crítica, que tenham adquirido uma mudança de atitude em relação à educação ambiental conservadora.

Além de fotos do local, sendo que uma delas será a do grupo de trabalho. Os alunos apresentam um trabalho escrito e em “power point”, devidamente ilustrado.

Outras atividades também podem ser sugeridas, tais como realização de experiência em sala de aula (trabalho em grupo), como aconteceu no atual período letivo.

Além das experiências em sala de aula a turma a turma da tarde realizará uma Feira de Ciências no pátio da Faculdade no dia 23 de maio às 16 horas, comemorando o Dia do Pedagogo (20 de maio).

5)RA: A senhora poderia citar os projetos, pesquisas e eventos que já participou sobre o tema?

NBRL: Em 2010 comecei o curso de Mestrado em Ciências da Saúde e do Ambiente e me encantei com as aulas e com os Professores excelentes que tive. A partir de então passei a me interessar mais pelo tema. Muitas pesquisas foram realizadas durante e após o término do curso em 2012.

Em 2014 participei do IV Encontro Nacional de Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente realizado na UFF, Niterói/RJ, apresentando o Artigo: A Prática em Educação Ambiental de Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Egressos do Curso de Pedagogia

Em dezembro de 2014 participei do 8º Fórum de Educação Ambiental realizado em Belém (Pará). Apresentei o artigo: Educação Ambiental Crítica na Sociedade.

Obs

Como mestranda muitas atividades foram apresentadas, oferecendo um suporte significativo ao tema meio ambiente. Assisti muitas palestras com professores e pesquisadores que me proporcionaram muito conhecimento na área ambiental.

Convém observar que o meu curso de Mestrado foi de 2010 a 2012. Comecei muito tarde.

6)RA: Que recado a senhora poderia deixar para os nossos alunos da Simonsen e da UNICBE em relação ao meio ambiente?

NBRL: Eu diria:

Que tenham um "olhar carinhoso" sobre o nosso planeta que está carente de amor, pedindo socorro.

Que não fiquem com demagogias, porém que tomem atitudes que contribuam para a sustentabilidade do planeta Terra.